



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ASSOCIATIVISMO E CAPRINOCULTURA: POLÍTICAS
PÚBLICAS E “POLITICAGEM” NO CARIRI PARAIBANO**

Valdênio Freitas Meneses

Orientadora: Dra. Ramonildes Gomes

CAMPINA GRANDE - PB
FEVEREIRO- 2014

VALDÊNIO FREITAS MENESES

**ASSOCIATIVISMO E CAPRINOCULTURA: POLÍTICAS
PÚBLICAS E “POLITICAGEM” NO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, da
Universidade Federal de Campina
Grande (PPGCS/UFCG), como
requisito para a obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE - PB
FEVEREIRO- 2014



M543a Meneses, Valdênio Freitas.
Associativismo e caprinocultura : políticas públicas e "politicagem" no cariri paraibano / Valdênio Freitas Meneses. - Campina Grande, 2014.
119 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

Referências.
"Orientação : Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

1. Associativismo. 2. Políticas Públicas. 3. "Politicagem". 4. Cariri Paraibano. 5. Dissertação - Ciências Sociais. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(813.3)(043)

VALDÊNIO FREITAS MENESES

**ASSOCIATIVISMO E CAPRINOCULTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS E
“POLITICAGEM” NO CARIRI PARAIBANO**

BANCA EXAMINADORA

**Professora Dra. Ramonildes Gomes
(orientadora)**

**Professor Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz
CDSA/UFCG
(examinador externo)**

**Professor Dr. Luis Henrique Cunha
PPGCS/UFCG
(examinador interno)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

*Para Geraldina Rodrigues (Tequinha),
Dona Maria Umburana e meu mestre
Otacilio (in memórian).*

AGRADECIMENTOS

Para meus pais, irmãos, avós, primos e toda parentela.

A todos os professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pelos debates, aprendizados e leituras durante o período de graduação e pós-graduação. Agradecimentos especiais a minha orientadora, Ramonildes Gomes, pela dedicação constante e avaliação rigorosa durante todo o processo de escrita deste trabalho. Por isso, assumo inteira responsabilidade pelos erros e deslizes durante o texto. Ao professor Luis Henrique Cunha, sempre investindo em inquietar os alunos a um saber crítico, por também ser dono de uma biblioteca, que eu ainda não sei se é de acesso privado ou público, mas que sempre foi de grande auxílio para renovar e obter novas leituras. Ao professor Paulo Diniz, por aceitar o convite de fazer parte da banca e se dispor a debater o trabalho. Também seria injusto não lembrar nomes como os das professoras Marilda Menezes e Mércia Batista Rangel, além dos professores Aldenôr Gomes e José Gabriel que, em diferentes momentos, deram grandes contribuições a esta dissertação de mestrado.

Aos que auxiliaram nesta pesquisa: líderes de associação, sindicalistas rurais, caprinocultores, políticos, assessores, agradeço a confiança que foi depositada e a abertura para as entrevistas, assim como o amparo na construção dos dados durante a pesquisa. Faço uma menção especial aos senhores Nal Nunes, Simorion Matos e Inácio Souza pela disposição em ajudar no que fosse possível. Seria desrespeitoso qualificar essas amizades como simples informantes ou “objeto de pesquisa”.

Aos colegas que também são amigos e amigas de curso, de diversão, boêmia, debates, postos de gasolina, polêmicas políticas e espetinhos em frente à universidade. Vale homenagear também os colegas da turma 2012.1 do PPGCS/UFPG, os colegas do LASAP, e aqueles que formam a guerrilha urbana que assombra os bares e restaurantes de Campina Grande, nomeada de os “Servos da Gleba”. Aos amigos Alexandre e Keliana, que me acolheram durante a pesquisa em Monteiro. Os amigos e vizinhos de Campina Grande, amigos e adversários do tênis, amigos à distância física, à Júlia e suas meditações. Se for verdade que “viver é muito perigoso”, como afirma um dos personagens de Guimarães Rosa, vocês tornam tudo menos difícil e mais seguro.

RESUMO

O objetivo central desta dissertação consiste em analisar como, através de um modelo de associativismo rural, são tecidas conexões entre uma articulação de políticas públicas voltadas para a caprinocultura e as elites políticas, neste trabalho entendidas como, nomes e famílias de “destaque” no cenário político-eleitoral dos municípios do Cariri Paraibano. Os líderes das associações de caprinocultores são qualificados como mediadores sociais que “negociam” relações das elites políticas com os agricultores familiares associados e junto aos quadros institucionais dos programas de estímulo ao leite de cabra. Através da análise de situações de conflito, particularmente as que envolvem as associações das cidades de Monteiro e de São Sebastião de Umbuzeiro, busco compreender como é elaborado um jogo de relações e classificações sociais de poder, nomeado como “politicagem”, que envolve os líderes das associações dentro das estratégias de controle por parte das elites locais que, por sua vez, resultam em ganhos ou “punições” para as associações. Através da análise de situações de conflito, particularmente as que envolvem as associações das cidades de Monteiro e de São Sebastião do Umbuzeiro. Destaco como o mesmo associativismo exaltado por instituições, a exemplo do SEBRAE, como uma via inovadora de participação popular no Cariri, apresenta-se entrelaçado, desde sua gênese, com forças políticas que limitam quaisquer possibilidades de participação efetiva dos agricultores/associados.

Palavras chave: Associativismo; Políticas Públicas; “Politicagem”; Cariri Paraibano.

ABSTRACT

The central objective of this dissertation is to examine how , through a model of rural associativism , connections are woven between an articulation of public policies for increase the production of goat milk and the political elites : names and families of "highlight " the political-electoral scenario in the municipalities of the region of Cariri, at the state of Paraíba. We qualify leaders of associations of goat farmers as social mediators who " negotiate " relationships of political elites with family farmers and associated with the institutional frameworks of stimulus programs to goat's milk . We seek to understand how these negotiations are drawn into a game of power relations classified as " politicagem" that involves the leaders of the associations within the control strategies by local elites who , in turn , result in gains or " punishments " for the associations. Through the analysis of conflict situations , particularly those involving associations of the cities of São Sebastião do Umbuzeiro and Monteiro this study intend to show how the same exalted associations as an innovative means of popular participation in Cariri are intertwined, since its genesis , with political forces that limit any possibility of effective participation of the goat farmers.

Key-words: associativism; policies; "politicagem"; leaders of associations

LISTA DE SIGLAS

ACAPRIG - Associação dos Caprinocultores de Gurjão
ACCOZA - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê
ACOMSSU – Associação dos Caprinocultores de São Sebastião do Umbuzeiro
ACCS - Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé
AMCAP – Associação de Municípios do Cariri Paraibano
AOCOP – Associação dos Caprinocultores do Cariri Paraibano
ACCOP - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Prata
ADR - Agente de Desenvolvimento Rural
ADRS - Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável
AGUBEL - Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos
AMCAP - Associação dos Municípios do Cariri Paraibano
BNB - Banco do Nordeste
CAA- Condomínio Agroindustrial de Amparo
CAPRIBOM - Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.
CENDOV - Centro de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura
CIAGRO – Consórcio Intermunicipal de Atividades Agropecuárias
DAP – Declaração de Aptidão do Produtor
DRS- Desenvolvimento Regional Sustentável
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FAC - Fundação de Ação Comunitária
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
CIAGRO – Consórcio Intermunicipal de Atividades Agropecuárias
CMDRS – Comitê Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDHC - Projeto Dom Hélder Câmara
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SINTRAF – Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar
UFMG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

MAPAS, QUADROS E DIAGRAMAS:

BOX 1: A “QUESTÃO” DAS COTAS DE LEITE (p. 15)

BOX 2: PROCEDIMENTOS DE CONTROLE NA USINA (P.16)

BOX 3 : A “USINA DE QUINTANS” EM SUMÉ (p.57)

DIAGRAMA 1: ASSOCIATIVISMO, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CARIRI PARAIBANO (p. 17)

MAPA 1. MUNICÍPIOS DE MONTEIRO E SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO NA MICRORREGIÃO DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO (p.22)

QUADRO 1: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CAPRINOCULTORES NO CARIRI PARAIBANO (p. 14)

QUADRO 2: EVENTOS ORGANIZADOS PELO CENDOV (p. 53)

LISTA DE FOTOS:

FOTO 1: PRODUTOR DEIXANDO LEITE NA USINA DO CONDOMÍNIO AGROINDUSTRIAL DE AMPARO (CAA) (p.17)

FOTO 2: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E REGISTRO DA QUANTIDADE DE LEITE NA COTA DO PRODUTOR (p.17)

FOTO 3: TANQUES DE EQUILÍBRIO E PASTEURIZAÇÃO (p.17)

FOTO 4: EMBALAGEM DO LEITE DE CABRA NOS PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DO GOVERNO (p.17)

FOTO 5: LOGOMARCA DA CAPRIBOM (p.45)

FOTO 6: TANQUES DE RESFRIAMENTO PARA LEITE DE CABRA (ESQUERDA) E VACA (A DIREITA) (p.45)

FOTO 7: IOGURTE COMERCIALIZADO PELA CAPRIBOM (p.45)

FOTOS 8 E 9: INSTALAÇÕES DA AGUBEL EM SUMÉ VIZINHO À FAZENDA AGRESTE (p.57)

FOTO 10: ENTRADA DO ESCRITÓRIO DA VILA DO CAROÁ (p.65)

FOTO 11: ESPAÇO DA USINA (ANTIGAS INSTALAÇÕES DE UMA CRECHE MUNICIPAL (p.65)

FOTOS 12 E 13: INSTALAÇÕES DA ACOMSSU, ATUALMENTE UM TANQUE DE RESFRIAMENTO (p.65)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
NOTAS METODOLÓGICAS	22
CAPITULO 1: “UMA POLÍTICA QUE NÃO É SADIA”: A POLITICAGEM COMO FORMA DE CLASSIFICAR E “JOGAR” NA POLÍTICA	28
Líderes de associação: os negociadores da politicagem	31
<i>Brokers</i> : negociadores de expectativas.....	32
A relação de <i>courtage</i> : o negociador na arena local de um projeto de desenvolvimento	34
A construção social da liderança.....	35
CAPITULO 2: MONTEIRO: O CONFLITO POLÍTICO ENTRE O CENDOV E A CAPRIBOM	39
“Mais técnico que político”: A ascensão do grupo de Carlos Batinga em Monteiro. 39	
Toninho da CAPRIBOM e a “CPI do CENDOV”.....	44
Politicagem, desenvolvimento e associativismo.....	55
CAPÍTULO 3: A ASSOCIAÇÃO “VILA DO CAROÁ” E AS FAMÍLIAS NEVES E FERNANDES EM SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	58
As alianças e rupturas entre a “Nobreza Católica” E “os filhos da Fazenda Capitão Mor”:	58
O bode expiatório: “pedindo voto e fazendo politicagem dentro da associação”.....	62
Politicagem, família e associativismo	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS.....	82

INTRODUÇÃO

O florescimento da participação popular no Cariri

*Há no Cariri o desenvolvimento de certa consciência da **necessidade de mobilização**, de se fazer representar, de lutar por fazer valer o interesse coletivo, centralizado nas associações e cooperativas, de ir atrás e não esperar passivamente. Essa consciência antes era adormecida (...) (Artigo produzido pelo SEBRAE em 2010).*

*A questão do associativismo não deslança ainda em virtude da interferência política. Da política, eu digo, não é da política **sadia**, é da **politicagem** (...) (Entrevista com um ex-presidente de associação de caprinocultores).*

Estas citações deram a força motriz para formular questões de pesquisa que deram origem a esta dissertação. O primeiro trecho foi retirado de um artigo acadêmico produzido por membros da agência paraibana do SEBRAE. Nele há uma avaliação dos impactos produzidos pelo Pacto Novo Cariri, um projeto de desenvolvimento que tem como uma das principais linhas de atuação, o carro chefe por assim dizer, o incentivo à produção do leite de cabra e o associativismo rural no Cariri Paraibano¹. O artigo destaca como as estratégias voltadas ao desenvolvimento rural vêm se pautando em um modelo de associativismo e gradativamente “despertando” o que seria uma nova cultura participativa que, aos poucos, vem conseguindo superar uma mentalidade política clientelista e coronelista do passado (COSTA; FERREIRA, 2010, p. 44). Esse processo chamado de “florescimento da participação popular” é interpretado em revistas ligadas a AMCAP, uma associação entre prefeituras municipais do Cariri, como uma superação dos partidarismos e da mudança da imagem de uma região pobre e atrasada do Cariri Paraibano (AMCAP, 2004, p.24).

Por sua vez, o segundo trecho faz parte de uma das entrevistas realizadas com lideranças e sócios das associações de caprinocultores e usinas de beneficiamento de leite de cabra no Cariri Paraibano. Nessa entrevista um ex-presidente da associação de caprinocultores - parente do atual prefeito do município que sedia esta mesma associação – expressa a preocupação com a interferência de uma política dentro das

¹ Especificamente falamos da microrregião do Cariri Ocidental Paraibano. Segundo a classificação do IBGE, a microrregião do *Cariri Ocidental* é formada pelos seguintes municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

associações que, segundo ele, “não é sadia”, a chamada “politicagem”. A preocupação incide sobre um “mau exemplo” ilustrado na conduta do presidente da associação que, na eleição de 2012, pressionou os sócios a não votarem no atual prefeito da cidade que disputava a reeleição. Nessa e em outras entrevistas com líderes de associação era comum narrativas de situações que evidenciavam o envolvimento das associações em situações conflituosas, embaraçosas, ambíguas, definidas nos fragmentos de falas: “aí entra a parte política”; “aí vem à politicagem, né?”; “aí, infelizmente, tem a questão política”; “a gente aqui na associação fica preso à política do município”, dentre outras.

O principal objetivo desta dissertação é explicar, na perspectiva das ciências sociais, como, através de um modelo de associativismo rural, são tecidas conexões entre uma articulação de políticas públicas e as elites políticas²: nomes e famílias de “destaque” que ocupam o cenário político-eleitoral nos municípios do Cariri Paraibano, em particular, nos municípios de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro. Para tanto, analisamos como os líderes das associações de caprinocultores agem como mediadores sociais e participam de um jogo de negociações e expectativas que se desdobram em modos de classificação da política – sendo um desses a “politicagem” – interseccionando os contatos das elites políticas com os quadros institucionais de um projeto de desenvolvimento direcionado para a produção de leite de cabra no Cariri.

Um conjunto de experiências de pesquisa realizado ainda no período em que cursei a graduação em Ciências Sociais, mais especificamente durante a vigência do projeto PIBIC/UFCEG/CNPq em 2011, favoreceu os primeiros contatos com as associações de caprinocultores e com as situações conflituosas que transformavam o associativismo em uma verdadeira arena política nos municípios do Cariri. Na ocasião foram registrados vários conflitos: em relação à participação de uma cooperativa que se opunha a gestão municipal e estava impedida de participar de uma feira agropecuária que seria realizada no município de Monteiro; disputas que envolviam parentes do prefeito e problemas de pagamento para a manutenção de máquinas para ração dos animais em São Sebastião do Umbuzeiro e, até mesmo, uma usina de beneficiamento de leite de cabra que está localizada dentro da fazenda de um deputado na cidade de Sumé (MENESES; GOMES, 2012b).

Dentro da experiência de pesquisa do projeto PIBIC, houve a oportunidade de conhecer as evidências de um entrelaçamento triplo entre políticas públicas voltadas

² O uso do nome “elite política” é referenciado de acordo com posições privilegiadas dentro de relações de forças e disputas desenhadas em torno de um campo de representação política (BOURDIEU, 1981).

para o leite de cabra, associativismo e elites políticas do Cariri Paraibano. As questões principais do projeto – e que acompanham toda a pesquisa – foram às seguintes: como as associações de caprinocultores se tornaram o cenário de uma proposta desenvolvimentista via caprinocultura e, ao mesmo tempo, um lugar de disputas de poder entre elites no cenário político do Cariri? Que contradições continha essa encruzilhada de processos sociais centrada no associativismo?

A elaboração da dissertação lapidou melhor a proposta inicial, principalmente a partir da caracterização sociológica do que é a “politicagem”, desnaturalizando esse termo, demarcando quais classificações e práticas sociais estão subsumidas no uso dessa palavra e relacionando-as aos conflitos nas associações. De forma similar as considerações que Jean-Pierre Olivier de Sardan (1995, p. 155)³ faz sobre a corrupção dentro de projetos de desenvolvimento, tomei como premissa classificar a “politicagem” não como ausência de regras ou “anomia”, mas como mecanismos de regulação social, que na analogia de um jogo, sistematizam uma lógica específica de “punições e ganhos” entre seus jogadores.

O líder de associação é um personagem social importante nesta pesquisa, a partir de onde está posicionado em relação à politicagem. A partir da referência a esse personagem, e visualizando os processos sociais nos quais ele está envolvido, qualifico sua posição de mediador social como um “negociador” de expectativas e lealdades que envolvem a politicagem. A partir desse alicerce teórico da mediação social, podemos identificar como que certo padrão de relações e classificações sociais sobre a concepção de política não são dadas *a priori*, mas sim “negociadas” constantemente pelos líderes de associação junto às elites políticas locais, o que, por sua vez, influencia as associações de caprinocultores desde o processo de sua fundação, reuniões, eventos formais, até as situações mais cotidianas, envolvendo a relação de proximidade com os sócios. Isso foi um ponto de entrada para constatar como os investimentos em torno do leite de cabra - tais como o estímulo às novas raças de caprinos, formas de alimentação e criação dos animais, linhas de crédito rural – estão intrinsecamente conectados as imposições e disputas políticas ditadas pelo envolvimento das associações com as elites políticas. Essas disputas são bastante influenciadas pela forma como os líderes das associações negociam seus engajamentos e vínculos com as elites: seja pela construção (ou ruptura) de uma afinidade política em relação a um grupo político, a ocupação de

³ “A corrupção é um mecanismo de regulação social de forte importância (...) particularmente ligada com processos de mediação dentro de projetos de desenvolvimento” (SARDAN, 1995, p. 155).

posições-chave em secretarias e instituições ligadas a ações para o meio rural ou até alianças ditadas por laços de parentesco com famílias “importantes” no cenário político das cidades do Cariri.

A pesquisa direcionou a análise de modo mais detalhada nas associações de caprinocultores das cidades de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro, respectivamente, a CAPRIBOM e a Vila do Caroá. Estes dois casos são emblemáticos na medida em que as entidades associativas de caprinocultores desses municípios estão envolvidas em conflitos, desde a sua fundação, com duas elites – o grupo liderado pelo deputado estadual Carlos Batinga e pela família Neves. Mesmo com “origens” políticas distintas – uma ligada a um discurso de eficiência técnica contra uma “política atrasada de famílias do passado” e a outra buscando justamente firmar uma imagem de “família política” - as duas elites intercedem de forma similar nos quadros de instituições e políticas públicas, através do associativismo na região do Cariri. Assim, as associações de caprinocultores são um horizonte fértil para fixar mecanismos de dominação, conquista e manutenção de posições dominantes no cenário político dos municípios citados.

A ascensão do associativismo no discurso das políticas públicas para o meio rural no Cariri Paraibano se processa dentro de um contexto geral de políticas, programas e ações, voltadas para o desenvolvimento rural que, nos últimos 20 anos, possibilitaram um novo desenho das relações entre o rural e o urbano no Nordeste brasileiro. Alguns aspectos gerais são indicativos das mudanças ocorridas: aumento do contingente populacional nas áreas urbanas; novos padrões de renda e consumo, e a presença de políticas públicas que proporcionam acesso mais amplo a serviços de crédito e programas de transferência de renda nas áreas urbanas e rurais. Tais transformações no Cariri Paraibano coincidem com a forma como a caprinocultura leiteira ganha status de atividade produtiva central em uma concepção de desenvolvimento dada pelo chamado Pacto Novo Cariri, uma parceria consolidada na década de 2000, encabeçada pelo SEBRAE e AMCAP, entre prefeituras, governo estadual e diferentes instituições e agentes sociais em torno de uma proposta de desenvolvimento regional que busca integrar as ideias de convivência com o semiárido, turismo, sustentabilidade e inovações técnicas com a perspectiva do desenvolvimento da caprinocultura (MENESES, GOMES 2013b).

A defesa do associativismo como estratégia para fortalecer a crença no desenvolvimento via caprinocultura pelas instituições que compõem o Pacto ocorre

através de duas vias, uma de legitimação de uma visão de mundo, a partir da produção social da “necessidade” de um associativismo unicamente para pequenos caprinocultores e, outra, pela integração feita em torno das associações de todo um desenho de políticas públicas que miram no incentivo a produção de leite de cabra, como o PAA- Leite.

A legitimação simbólica do modelo associativo pode ser vista no discurso das instituições que encabeçam o Pacto, a exemplo do SEBRAE⁴ (2000, 2000b, 2008) e AMCAP (2007, 2008). A implantação de uma agência do SEBRAE em Monteiro em 1999 (JORNAL BOLSA DE NEGÓCIOS, 1999) e a intensificação de atividades na AMCAP junto as prefeituras dos municípios do Cariri, a partir da década 2000, são fatores que produziram uma espécie de “liga” no cenário de discussões do Pacto Novo Cariri. A produção acadêmica e a publicidade dessas instituições articuladoras do Pacto têm sido mecanismos de legitimação do associativismo dentro de um duplo trabalho, primeiro o de produzir uma crença que legitima a “necessidade” do associativismo, priorizando um modelo específico de organização coletiva em detrimento de outras formas (como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais- STRs⁵). Em seguida, a operação de “selecionar” o grupo social específico que deve corresponder a tal necessidade: pequenos caprinocultores, geralmente enquadrados na categoria de agricultores familiares, em diferentes extratos do PRONAF (GOMES; MENESES, 2010). O ideário do “associativismo para os pequenos”⁶ sofreu transformações e contradições, a partir de

⁴ A “missão” que o discurso atual do SEBRAE passa de um agente de desenvolvimento público e privado é resultado de transformações que essa instituição sofreu ao longo de sua história. Quando é fundado como CEBRAE, em 1972, havia um investimento de ser uma instituição de consulta pública para uma imagem de um empreendedor nacional que quisesse acessar linhas de crédito. Com os efeitos da crise de 1973 e perda de investimentos, tanto privados como públicos, o CEBRAE passa por um período de decadência que culmina no fechamento nos anos 1980. Documentos da própria instituição classificam que na década de 1990 houve um reinvenção institucional, agora com o nome de SEBRAE, que passa a seguir um modelo de agente de desenvolvimento voltado para um discurso geral de formação de métodos de gestão e empreendedorismo (FORUM DE INOVAÇÃO-SEBRAE, 2007).

⁵ Uma das lideranças do STR de São Sebastião do Umbuzeiro chamou atenção em uma entrevista para uma concorrência entre STRs, SINTRAFs e associações rurais. No caso do Cariri, essas três formas de representação coletiva giram em torno de um campo de disputas que envolvem acesso a recursos, tanto materiais e simbólicos, dentro de canais de políticas públicas: desde antigos projetos de eletrificação rural, passando para os CMDRS e os territórios da Cidadania em que as associações têm sido privilegiadas no sentido de captar os projetos e investimentos em termos de ação pública.

⁶ Utilizando da crítica a construção discursiva do modelo de políticas públicas de “convivência com o Semiárido” feita por Cunha e Paulino (2013) podemos pensar como essa produção social do associativismo para “pequenos” passa pela produção simbólica de um de um conservantismo e excepcionalismo de populações rurais e de pequenos municípios que foram marginalizadas em projetos de intervenção de combate a seca do passado (CUNHA; PAULINO, 2013, p. 19). Questiona-se se esse “excepcionalismo dos pobres” busca efetivas transformações nos grupos- alvo dos projetos ou se, na verdade, investe mais em um conservantismo que deságua na defesa da manutenção de uma imagem

uma proposta inicial que já continha uma contradição de investir em valores coletivos combinada com um discurso de empreendedorismo rural e de adaptação à concorrência de mercado.

Como podemos ser competitivos se não acreditarmos em mudanças como: associativismo, empresa rural, capacitação de produtores, perspectiva de mercado, fatores estes considerados no mundo de hoje receita de sucesso para um empreendimento. (SEBRAE, 2000b, p. 7)

O trabalho simbólico sobre o associativismo é refinado a partir da proposta de fortalecimento de um modelo de organização coletiva voltado para ser um canal institucional de políticas públicas e, principalmente, para a criação da “necessidade de estimular o associativismo”. Ganham força de verdade termos como “ativar capital social” (SEBRAE, 2008, p.8) ou, “despertar” da cultura de cooperação e uma consciência de que “juntos somos mais fortes” (SEBRAE, 2009). A operação seletiva de imposição do associativismo para estes grupos sociais pode ser vista no uso da expressão “debilidades peculiares”, ao fazer referência aos caprinocultores, em que são desqualificadas quaisquer outras formas de participação coletiva que venham fazer concorrência ao modelo associativo que é proposto:

Organizados, os pequenos produtores serão capazes de superar suas *debilidades peculiares* e dispor de poder político para levar suas reivindicações às instâncias decisórias, com vistas sobretudo à formulação de política pública voltada ao desenvolvimento de suas atividades. Por outro lado, a mudança do padrão tecnológico visa assegurar maior eficiência ao processo produtivo e melhor qualidade aos produtos, sem danos ao meio ambiente. O processo, porém, não será efetivo sem o apoio de rede de assistência técnica qualificada e estreitamente relacionada com as comunidades de produtores (SEBRAE, 2003, p. 7-8).

Outro trabalho simbólico sobre o associativismo rural vinculado a produção de leite de cabra no Cariri é o da AMCAP. Apesar de ser uma associação entre prefeituras surgida na década de 1980, a AMCAP intensificou suas atividades no início da década de 2000, investindo no discurso de integração da região do Cariri que une a defesa do associativismo rural e da caprinocultura junto a uma visão de turismo “cultural”. No trecho abaixo, de um folheto publicitário de 2008, nota-se essa proposta do discurso da AMCAP:

idealizada através da junção simbólica dos supostos ideais coletivos “inerentes” a família e convivência no meio rural ligada à um cenário de pobreza e adversidades ligado à seca.

O associativismo torna-se a forma mais positiva de acionar o desenvolvimento, de modo participativo e equânime (...). Os produtores estão organizados em associações e juntos produzem cerca de 18 mil litros de leite de cabra (...). O mais importante é que a construção é feita com a união, deixando de lado o partidarismo. O crescimento vem com a organização do povo (...). Um outro estímulo ao associativismo são as atividades culturais intrínsecas a cultura e tradições do Cariri, como artesanato, que vem sendo fortalecidas através da melhoria da qualidade dos produtores além do atrativo para pessoas de outras regiões do país que passaram a admirar a renda renascença, peças de cerâmica, couro dentre outros (AMCAP, 2008, p. 7).

A segunda via de legitimação, ligada à produção social da “necessidade do associativismo”, legitimada na primeira, é um fator de integração: as associações se tornaram o ponto central de um “nó” institucional de uma série de programas de incentivo de compra de leite de cabra na metade da década de 1990. Tais programas surgem dentro de acordos entre o governo estadual e as prefeituras, onde foi elaborado um projeto de compra de parte da produção de leite de cabra que se destinava a programas de distribuição de merenda escolar. Uma edição do Jornal do Cariri de agosto de 2000 dedica uma página inteira aos resultados de uma reunião de representantes das instituições do Pacto Novo Cariri: SEBRAE, AMCAP e representantes das associações. Com a conclusão das obras das Usinas de Beneficiamento de Leite (UBLs), fica a decisão de que elas seriam administradas por uma associação de caprinocultores para regular as cotas-limite para compra do leite:

Após os entendimentos, ficou estabelecido que o Governo da Paraíba, a partir de primeiro de setembro, deverá adquirir a seguinte produção diária: Cabaceiras, Caturité, Prata, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Taperoá, 250 litros de leite por dia para cada unidade. Na Usina de Monteiro, o Governo do Estado garante a compra diária de 400 litros. Ficou ainda definido que a cidade de Gurjão também terá uma cota de compra mínima diária de 250 litros, a partir do momento em que a construção de sua usina for terminada e entrar em operação (JORNAL DO CARIRI, 2000, A5).

Devido a imposições como o volume das cotas para garantir a compra segura pelo governo estadual, diversas associações de caprinocultores foram fundadas, a maior parte entre 1997 e 2001, visando sempre reforçar a articulação de programas para compra de leite de cabra de pequenos produtores:

QUADRO 1: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CAPRINOCULTORES NO CARIRI PARAIBANO

ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS	ANO DE FUNDAÇÃO
CAPRIBOM- Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.	2007*
ACCS - Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé	1997
Laticínio Vila Caroá - São Sebastião do Umbuzeiro	1997
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Prata	2001
CAA- Condomínio Agroindustrial de Amparo	1998
ACCOZA - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Zabelê	1998
ACAPRIG- Associação dos Caprinocultores de Gurjão	1999
ASCOMCAB- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras	1997
CARIMILK/AOCOP - Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano	2000
ACCOP - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Prata	2001

*A Capribom surgiu em 2007 a partir da transformação da associação de caprinocultores de Monteiro (AOCOP) em cooperativa.

A partir de 2003⁷ as iniciativas do governo estadual para compra do leite foram inseridas ao PAA/Leite ou “Programa do Leite”, que é uma modalidade de programa de incentivo a produção e consumo de alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), sendo integrado com programas como o PRONAF e também com iniciativas de distribuição de alimentos para famílias carentes e na merenda escolar. A proposta do PAA é a compra de parte da produção de alimentos de agricultores familiares. Para ter parte de sua produção comprada pelo PAA, é obrigatório que o agricultor familiar cadastre sua família através de uma DAP (Declaração de Aptidão do Produtor), documento emitido na Paraíba pela EMATER, que é também um documento necessário para que o agricultor seja enquadrado em uma das categorias do PRONAF. A DAP é indispensável para que o agricultor possa ser cadastrado no programa do leite, já que é através deste documento que é registrada a venda dentro da cota limite de leite ao governo (sobre a cota limite ver Box 1 mais adiante).

Esse “pacote” de obrigatoriedades do Programa do Leite é consolidado com a “necessidade” de que o caprinocultor esteja vinculado a alguma associação. Neste sentido, as regras do PAA leite firmam ainda mais a ascensão do associativismo relacionado à caprinocultura leiteira, estabelecendo elos e conexões burocráticas com as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Cariri. O papel da associação nessas conexões é descrito no relatório de avaliação de Duque (2007) sobre o PAA:

⁷ O PAA foi criado a partir do Decreto N° 4.722 de julho de 2003.

Uma condição para [o produtor] ser admitido no Programa do Leite é ser filiado à associação, a quem compete encaminhar o produtor à usina, tornando-se corresponsável pela lisura do cadastramento. (...) Além de apresentar ao laticínio a relação dos produtores, a associação é responsável pelos procedimentos burocráticos indispensáveis para o pagamento de leite aos produtores. A criação de uma associação, se ela não existe, é, portanto, um pré-requisito indispensável. (DUQUE, 2007, p. 12)

O Programa do Leite dinamiza uma estrutura de controle rigorosa que tem nas associações um ponto central, tanto no cadastramento dos produtores como na fiscalização do leite das usinas. As associações intermediam a relação entre o governo (comprador e distribuidor do leite) e as usinas de leite de cabra, ao mesmo tempo em que se relacionam com o governo estadual e federal, através da FAC, que reconhece o cadastramento da DAP e encaminha o pagamento para conta bancária dos produtores e também para a usina de beneficiamento.

BOX 1: AS USINAS E A “QUESTÃO” DAS COTAS

O PAA tem sido alvo de questionamentos dirigidos a um sistema de cotas que impõe um limite semestral de compra de leite. A partir de cálculos que envolvem a quantidade de recursos que o PRONAF destina por família cadastrada, a cota limite do leite é estabelecida em 17 litros por dia. Essa cota é estabelecida para que a família cadastrada possa colocar leite todos os dias do semestre. Quando atingida a cota semestral, o cadastro fica “congelado” e o produtor só pode vender leite ao PAA no semestre seguinte.

Diante de dificuldades para vender o leite de cabra no mercado aberto, a reivindicação pelo aumento dessas cotas é uma bandeira defendida no documento “Carta do Leite” (ver anexo 1), assinada pelos líderes e gestores das associações, cooperativas e políticos do Cariri, que foi dirigida em 2005 ao comitê gestor do PAA leite e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Carta propunha o aumento da cota de leite para cerca de 50 litros por dia. A argumentação principal é de que fica difícil investir em uma maior produtividade diante desse limite “baixo” que é estipulado pelo PAA, e que, através de seu comitê gestor, argumenta que as usinas e associações devem justamente evitar que o programa seja o “único” comprador, buscando investir no mercado privado. Por outro lado, de forma menos publicizada e silenciosa, os caprinocultores se utilizam de uma série de táticas – mal vistas pelos presidentes das associações – que envolvem principalmente o compartilhamento do rebanho entre parentes e vizinhos para poder vender uma quantidade maior de leite do que aquela estipulada pelas cotas.

A “questão das cotas” e as formas de contesta-las indicam formas de classificação e representação social da pecuária caprina. No caso da pecuária de caprinos no Cariri, há pelo menos dois conjuntos de classificações crivadas e disputadas através de diferentes nomenclaturas dadas por caprinocultores, técnicos e gestores das usinas, o que exhibe disputas em torno das classificações sociais e a forma como diferentes agentes sociais buscam apoderar-se delas. A primeira é a chamada “criação ou miunça”, ligada a valores da família, uso dos animais dentro de uma lógica de reciprocidade entre parentes e vizinhos, além de uma visão que posiciona a “criação” em menor valor e status em relação a de bovinos. A classificação mais recente é aquela nomeada como “caprinovinocultura”, propagada nos cursos do SEBRAE, que é considerada como algo mais técnico e racional, uma lógica de planejamento de gastos junto ao acompanhamento de veterinários e zootecnistas, investimento em raças de aptidão leiteira (Toggenburg e Saanen), além de alimentação balanceada dos animais.

BOX 2: PROCEDIMENTO PARA CONTROLE DA QUALIDADE DO LEITE NAS USINAS



Foto 1: Produtor deixando leite na usina do Condomínio Agroindustrial de Amparo (CAA)



Foto 2: Avaliação da qualidade do leite e registro na cota do produtor

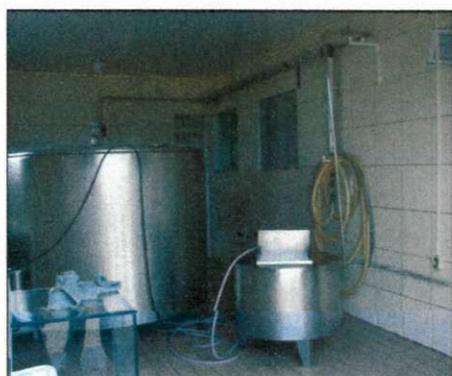


Foto3. Tanques de equilíbrio e pasteurização

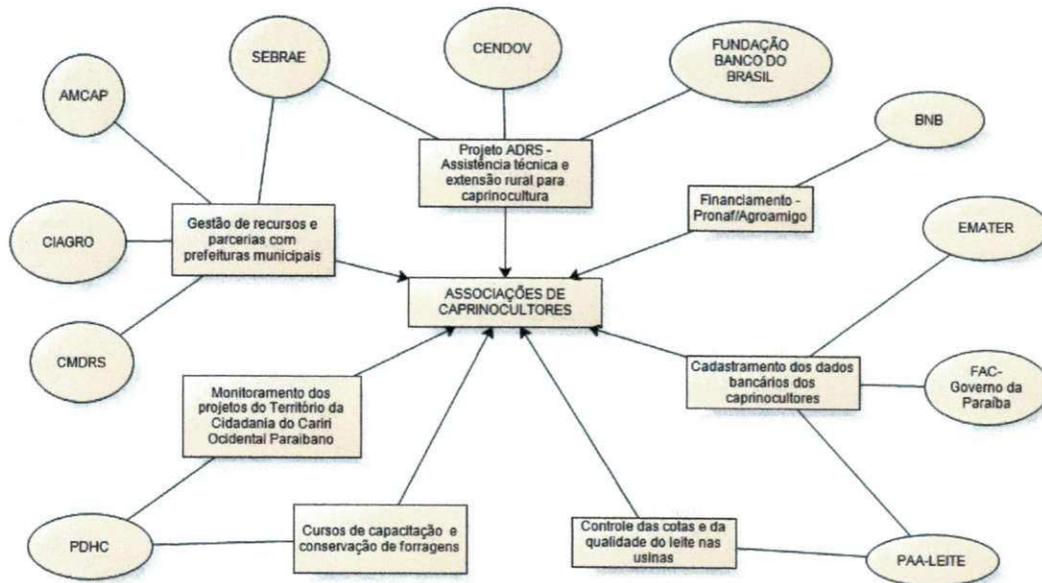


Foto 4. Embalagem do leite de cabra dos programas de distribuição do governo

O Programa do Leite é a principal estratégia de adesão de produtores rurais a produção de leite de cabra no Cariri, e que, totalmente incorporado no ideário da “necessidade de estar associado”, consolida uma teia institucional de programas e políticas públicas que tomam as associações como ponto de controle das ações e investimentos. Segue que a “obrigatoriedade do associativismo” como meio de acesso de políticas públicas para agricultores familiares também pode ser vista em vários projetos de financiamento, assistência técnica e capacitação de outras instituições e programas envolvidos com a caprinocultura no Cariri. Além do SEBRAE e AMCAP, temos também propostas do Projeto Dom Helder Câmara (2007) e da Fundação Banco do Brasil (2008), consórcios intermunicipais (CIAGRO) e espaços de decisão – como os CMDRS - que tem as associações como importantes ligações institucionais. O diagrama abaixo permite ilustrar o “nó” institucional que passa pelas associações nas

propostas de diferentes programas e instituições que se articularam inicialmente em defesa do Pacto Novo Cariri:

DIAGRAMA 1: ASSOCIATIVISMO, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CARIRI PARAIBANO



Para entender a posição das elites políticas nessa teia é preciso “fazer visíveis” alguns processos e alianças que são invisibilizados na construção do entorno das associações. Partindo desta observação, a dissertação problematiza como esse modelo de associativismo é atravessado por um modo peculiar de prática política, nomeado como politicagem. No contexto desenhado pelo associativismo e políticas públicas para caprinocultura, a politicagem assume uma forma de mobilização coletiva, que envolve as elites políticas locais e que tem “dissimulada” sua presença no discurso pró-associativismo das instituições gestoras de políticas públicas para caprinocultura no Cariri.

Esta dissertação busca captar as nuances e não ditos que legitimam a imposição do associativismo, assinalando o modo pelo qual as condutas que envolvem a negociação dos líderes das associações expressam vínculos entre a politicagem e as associações. Seguindo as considerações sobre associativismo rural, colocadas por autores como Neves (2005) e Sabourin (2003), busca-se desconstruir essa crença no associativismo rural, a partir da visão de que as associações estão vinculadas a certa imposição

institucional de um projeto de organização e de mudanças sociais baseadas, principalmente, no não reconhecimento e na desqualificação de outras formas de mobilização coletiva (NEVES, 2005, p.1). Objetiva-se “dar” visibilidade as formas de mobilização, referências de ação e representação coletivas que ficam na sombra do ideário da consciência de um “agricultor solidário” (NEVES, 2005, p.2).

Analisar como os mecanismos da politicagem “tutelam” as associações permite estar “desencantado” com a esfera mágica que aglutina um discurso em defesa do desenvolvimento, caprinocultura e associativismo, trazendo a tona disputas e contradições em torno desse trio. A partir dessa tomada de posição, delimito dois conjuntos de questões:

1) O que é a politicagem? Que tipo de práticas, julgamentos ou classificações sociais sobre o universo político são delimitados por esse nome? Como um modelo de políticas públicas voltado para o associativismo constrói ligações com a politicagem? Como qualificar os processos de mediação social que envolvem os líderes de associação posicionando-os como “negociadores” da politicagem?

2) Como a politicagem está relacionada à situações de conflito na CAPRIBOM e Vila do Caroá? De que forma esses atritos nos dão evidência de conexões com as elites do deputado Carlos Batinga e da família Neves no espaço político de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro? Em que medida o tipo de relação (seja de apoio ou oposição) que os líderes têm em relação a uma elite política influencia em situações de conflito travadas nas associações?

Na tentativa de sistematizar reflexões para o primeiro conjunto de questões, o **Capítulo 1** propõe uma análise sobre o termo “politicagem”. A partir das falas obtidas nas entrevistas podemos detectar como a palavra politicagem tem conjuntos de significados bem precisos: indica uma forma de classificação social composta por julgamentos negativos que os agentes sociais fazem sobre as concepções do que “é ou deveria ser a política”. Sendo uma classificação social, a politicagem fornece referências de ação e negociação utilizadas em um “jogo político”, inclusive para os que não admitem “fazer politicagem”. Em seguida, intercalo a noção de politicagem a uma reflexão teórica sobre mediação social que irá ajudar a definir os líderes de associação como negociadores de práticas politiqueras. Busco incorporar na dissertação as leituras que mostram agentes sociais envolvidos em processos de mediação, tais como a figura do negociador de expectativas em uma rede de amizades e relações desiguais de poder, o *broker*, analisada por Boissevain (1977) e o *courtier*, o negociador local na

configuração de agentes sociais que circundam um projeto de desenvolvimento (SARDAN, 1995). É nesse processo de mediação que o líder de associação viabiliza a construção de um agente habilitado a fazer usos sociais e práticos da politicagem, no sentido de uma referência para avaliar e “jogar” em um universo de relações de poder.

Os **Capítulos 2 e 3** serão dedicados ao segundo conjunto de questões, ou seja, quando se pretende analisar as situações de conflito que indicam práticas classificadas como “politicagem”, em dinâmicas e situações conflituosas que envolvem as associações de caprinocultores de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro respectivamente.

No **Capítulo 2** analisamos a construção da legitimidade no grupo encabeçado pelo deputado Carlos Batinga, assentada em um discurso de desenvolvimento articulado à caprinocultura e ao associativismo. Esse discurso foi construído durante a gestão de Batinga durante a década de 1990 na prefeitura de Monteiro com o surgimento de instituições que vincularam às políticas de incentivo à caprinocultura – a agência municipal do SEBRAE, CENDOV; AOCOP; CAPRIBOM. O fato das instituições voltadas para a caprinocultura serem atreladas politicamente ao “grupo Batinga” é indicativo de uma série de conflitos que colocam na arena uma liderança da CAPRIBOM e vereadores que se opuseram ao Deputado Carlos Batinga nas eleições de 2004, em um episódio que ficou conhecido como a “CPI do CENDOV”. Outros conflitos que envolvem a CAPRIBOM estão mais relacionados ao afastamento da cooperativa de caprinocultores da Feira Agropecuária, organizada pelo CENDOV, que hoje é administrado por um grupo rival ao Deputado Batinga que está à frente da prefeitura municipal de Monteiro.

No **Capítulo 3** analiso a Associação da Vila do Caróá, situada no município de São Sebastião do Umbuzeiro, como um segundo caso em que os conflitos que atravessam a Associação estão ligados à disputa política, historicamente, travada entre as famílias Fernandes e Neves. Essa última toma o associativismo como alvo das estratégias para converter para o universo da política a imagem da “família católica”, que foi construída junto à paróquia da cidade (MENESES, GOMES, 2013). A partir de um “racha” político que envolvia uma aliança entre Neves e Fernandes, a Vila do Caróá acabou dividida em conflitos encabeçados pelo primeiro presidente, que tem relações de parentesco com o atual prefeito, e o segundo presidente a partir de situações que implicaram em acusações de que um deles estaria “pedindo voto e fazendo politicagem” dentro da associação.

Nas **Considerações finais** nos utilizamos dos referenciais empíricos para tensionar com trabalhos que também trataram da relação entre políticas públicas e dominação de elites locais, como o de Burstyn (1985), e também com produção acadêmica e publicitária de autoria do SEBRAE e da AMCAP, nas quais exaltam o associativismo no Cariri como um “florescimento da participação popular” em detrimento das relações clientelistas que teriam lugar em um suposto passado político e não mais nas associações. Isso tudo fazendo que a politicagem não seja vista nem como herança arcaica de um passado “coronelístico”, nem como interferência externa ao projeto de desenvolvimento para caprinocultura leiteira. Explicitamos que o modelo de associativismo não é algo “puro” que é maculado “de fora” pela politicagem já que esta, entrelaçada nas associações, conecta instâncias e níveis da articulação interna de políticas públicas para promover o leite de cabra no Cariri .

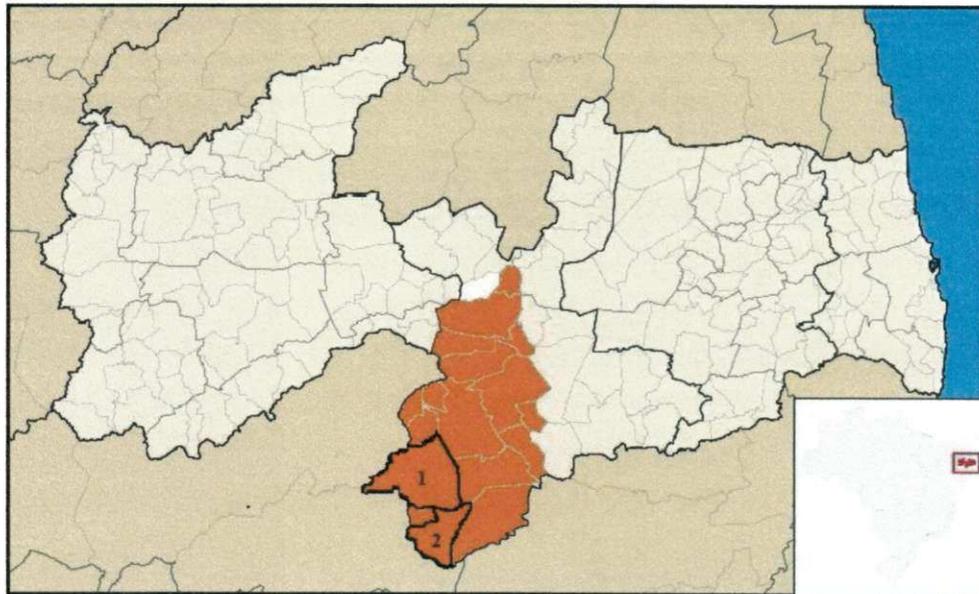
NOTAS METODOLÓGICAS

Tentando analisar as relações de um modelo de associativismo com o jogo da politicagem procurei referenciar metodologicamente a dissertação em uma abordagem qualitativa, combinando a análise da produção acadêmica e publicitária em defesa do associativismo, como já citadas nas publicações do SEBRAE e da AMCAP. Também buscamos uma aproximação com as entidades associativas de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro, Tendo interesse em coletar e interpretar como a relação politicagem e associativismo poderia se expressar nos registros de atas, eventos e reuniões formais, bem como observando os elementos mais cotidianos das associações, “as conversas paralelas entre as reuniões”, as posturas e falas das lideranças diante de situações face-a-face com associados e funcionários da usina etc. Nesse sentido, foram valiosas as contribuições de trabalhos etnográficos, a exemplo das teses de John Comerford (1999; 2003) e Maresca (1971), que tiveram como foco as tensões que envolvem a construção social de representações de trabalhadores rurais e, principalmente, a “postura” e as práticas sociais ligadas ao trabalho de liderança de sindicatos e associações rurais.

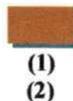
A pesquisa de campo teve, basicamente, três momentos: uma estadia nas primeiras semanas de janeiro de 2013, acompanhando as atividades da usina e também da festa de padroeiro na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro; uma visita mais curta, em maio de 2013, para fazer contatos com políticos e seus assessores em Monteiro, e, por fim, um período de 15 dias entre julho e agosto de 2013, transitando entre os dois municípios, fazendo entrevistas, acompanhando reuniões e o cotidiano da CAPRIBOM e da Associação Vila do Caroá. Ao todo foram realizadas cerca de 27 entrevistas com os presidentes e lideranças das associações, caprinocultores, políticos locais e seus simpatizantes, jornalistas, radialistas, funcionários do SEBRAE e da Emater e também com pessoas ligadas à paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. Uma fonte importante de dados foram os jornais locais impressos (o já extinto Jornal do Cariri) e em blogs como Vitrine do Cariri e Cariri Ligado.

A escolha das cidades de Monteiro e São Sebastião de Umbuzeiro se deu pela necessidade de aprofundar evidências detectadas nessas cidades, por ocasião da pesquisa realizada durante a graduação em Ciências Sociais na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano:

MAPA 1. MUNICÍPIOS DE MONTEIRO E SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO NA MICRORREGIÃO DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO



Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano
Município de Monteiro
Município de São Sebastião do Umbuzeiro



Fonte: /www.sit.mda.gov.br

De acordo com o IBGE (2010), Monteiro conta com uma população de 30.852 habitantes e uma área municipal de 986.356 Km², o que faz com que seja o maior município do Cariri Paraibano. Monteiro é um município estratégico nesta pesquisa de mestrado, pois abriga a sede de agências do SEBRAE e CENDOV, principais referências para caprinocultura e políticas públicas, além de possuir a maior cooperativa de leite de cabra do Cariri: a CAPRIBOM. Já em São Sebastião do Umbuzeiro, cidade bem menor, com 3.235 habitantes e 460.563 Km², e que fica próxima a Monteiro, tivemos a possibilidade de ampliar o horizonte da pesquisa através de canais de contato com as lideranças das associações de caprinocultores, estabelecidos através de relações de parentesco com pessoas do município.

Como reflexão metodológica chamo atenção para os imprevistos que envolvem o fluxo das interações face-a-face entre pesquisador e pesquisados, o que coloca a leitura de Goffman (1971) sobre os esforços de representação de uma imagem, diante de outros, muito mais frutífera do que qualquer resposta “pré-fabricada” de manuais de pesquisa para ciências sociais.

Destaco nessa relação face-a-face da experiência de pesquisa a oscilação entre desconfiança e confiança por parte dos interlocutores em falar abertamente sobre assuntos relacionados à política local e, principalmente, para chegar ao tema da “politicagem”. Alguns, pelo fato de possuírem certo tipo de envolvimento como, vínculos de emprego, ou mesmo por fidelidade política, desviavam do assunto ao falar sobre as disputas e a “trajetória” das elites políticas locais. A presença do gravador era ambígua: por vezes as pessoas não se sentiam a vontade para deixar registrar suas falas e, outras vezes, os entrevistados justificavam abertamente suas opções e engajamentos políticos “fazendo questão” de que fossem gravadas suas opiniões e avaliações do cenário eleitoral das cidades. Devido a esse envolvimento político e as narrativas de situações de conflito, deixo claro que, com exceção de figuras públicas como deputados, vereadores e prefeitos, utilizamos pseudônimos para citar nomes das lideranças das associações e caprinocultores envolvidos nas narrativas de conflito nos Capítulos 2 e 3.

Um detalhe interessante eram as indicações que os entrevistados faziam. Seguindo uma teia de “quem-indica-quem” pudemos visualizar como estava formada uma teia de pessoas em torno de “elites políticas”. Um exemplo disso foi no município de Monteiro, quando algumas pessoas ao tomarem conhecimento de que estávamos pesquisando “sobre a caprinocultura” indicavam funcionários da CAPRIBOM e não do CENDOV. Essa simples ajuda na pesquisa, para além de ser uma aparente “escolha”, já servia como indicativo de que estas pessoas tinham um engajamento político junto ao deputado Carlos Batinga, tendo em vista os conflitos políticos entre CAPRIBOM e CENDOV que se ligam, respectivamente, aos grupos dos deputados Carlos Batinga e João Henrique, adversários políticos em Monteiro.

Podemos ilustrar através do exemplo de um radialista da cidade de Monteiro que me indicou o contato de Toni, líder da CAPRIBOM: “Toninho vai lhe ajudar muito na sua pesquisa”, dizia ele ao fim da entrevista. Entretanto, quando perguntado se poderia falar com alguém ligado ao CENDOV, o radialista me respondeu: “aquele pessoal do CENDOV não sabe de nada (...) eles são complicados, não vão saber falar nada e acho que não vão ajudar na sua pesquisa”. Essa avaliação negativa sobre “o pessoal do CENDOV” pode ser compreendida na medida em que o radialista expressava suas fidelidades políticas e o apoio a Batinga. Isso foi revelado abertamente tanto pela sua história na rádio (que pertence ao grupo comercial do irmão de Carlos Batinga), bem como na entrevista, e até no papel de parede de um dos computadores do estúdio da rádio que continha uma foto do radialista ao lado do deputado monteirense. Isso

também se traduz nas suas “indicações” acerca das pessoas que poderiam colaborar com a pesquisa.

Outro momento de tensão que envolveu essa representação face-a-face entre pesquisador e pesquisado ocorreu na tentativa de fazer contato com Toni, líder da CAPRIBOM. Em 2009, quando estava em uma pesquisa de iniciação científica já tinha tido dificuldades em contatar produtores da CAPRIBOM, além também da resistência de Toni em receber pesquisadores da universidade. Mas através da percepção dos conflitos que ele estava envolvido, ter um contato próximo era fundamental para esta pesquisa de mestrado.

Em um primeiro momento tentei marcar uma agenda na CAPRIBOM, ao telefonar para a cooperativa, Toni respondeu de forma ríspida e pouco aberta, principalmente para permitir a presença de pesquisadores nas reuniões da CAPRIBOM. Por telefone tivemos a seguinte resposta antes de Toni:

T- “ amigo, aqui a gente não funciona assim (...) não tem como eu lhe dizer se vai ou não ter reunião, porque aqui na cooperativa isso de fazer reunião toda semana ou todo mês pra mim isso não funciona (...) o que funciona aqui é produzir e colocar leite no tanque, entendeu?”.

Esta declaração foi de fundamental importância para delinear duas estratégias de pesquisa. A primeira era constatar como o “ideal do associativismo” e a construção participativa, presente e repetidas vezes explicitados no discurso do SEBRAE, estavam sendo colocados em xeque pelas próprias lideranças da associação. A segunda (e mais complicada) seria como tentar estabelecer alguma relação de confiança com alguém que, em uma primeira vista, não estava aberto para falar e muito menos ser “pesquisado”. Para isso, tentei fazer o seguinte: coletar algumas notícias sobre a CAPRIBOM nos noticiários virtuais e blogs da região do Cariri – como o Vitrine do Cariri e Cariri Ligado – nos quais mostravam conflitos envolvendo a pessoa de Toni, a CAPRIBOM, e vereadores da base aliada da prefeita Edna Henrique que, por esse engajamento, eram adversários políticos de Carlos Batinga. O importante era saber quais assuntos eram mais ou menos “delicados” para elaborar um roteiro de perguntas para entrevistar Toni.

Outro caminho foi conseguir ampliar o número de contatos com pessoas próximas a Toni (como o radialista citado no exemplo acima), na cidade de Monteiro, para que quando chegasse à CAPRIBOM eu pudesse mencionar a indicação dessas pessoas como

estratégia para “quebrar” a desconfiança. Feito isso, fui várias vezes à sede da CAPRIBOM tentar encontrar Toni para pelo menos marcar alguma entrevista. Nas vezes que Toni não estava, aproveitei para observar o espaço físico da cooperativa e conversar com alguns funcionários. Um dos secretários permitiu nessas visitas o acompanhamento de algumas reuniões dos caprinocultores, nas quais as pautas eram genéricas, discutir problemas relacionados à produção e transporte do leite.

Quando conseguimos encontrar Toni no escritório da CAPRIBOM ele estava iniciando uma reunião interna junto aos funcionários para tratar de questões de contabilidade e balanço de gastos da cooperativa. Ele permitiu que acompanhasse uma reunião que estava fazendo e disse que quando acabasse falaria comigo. Na “espera” foram registradas observações sobre essa reunião, principalmente acerca das hierarquias de fala nas demandas e reivindicações dos funcionários. Encerrando a reunião, Toni abre espaço para uma entrevista, mas não sem antes levantar uma série de questões. Segue abaixo um registro do diálogo:

- T- Em primeiro lugar, queria saber melhor de que é essa pesquisa?
 V- É uma pesquisa sobre associativismo, caprinocultura e algumas disputas políticas na região do Cariri Paraibano.
 T- Ok (...) é lá da universidade de Campina Grande, né? É qual curso?
 V- Sim, é da UFCG (...) é de um projeto de mestrado em ciências sociais.
 T- Qual é seu nome mesmo?
 V- Valdênio Freitas Meneses.
 T- Você mora lá em Campina mesmo?
 V- Sim.
 T- Mas é natural de lá?
 V- Não (...) sou natural de Arcoverde, mas minha família tem origens aqui perto em São Sebastião do Umbuzeiro.
 T- Ah, conheço São Sebastião do Umbuzeiro. Você tem apelido lá?
 V- Não, não cheguei a morar lá mesmo, faz muito tempo que moro em Campina. Vou lá mais na época de férias, visitar parentes.
 T- Seus pais são de lá, não é? Como se chama seu pai?
 V- Antônio Ênio Meneses, conhecido lá em Umbuzeiro como Toinho Umburana.
 T- Ah, sei quem é (...) que trabalhava na Caixa Econômica lá em Campina, né? A gente já jogou bola juntos nos rachas que tinha aqui no Cariri.
 V- Sim.
 T- Ok, Valdênio, agora que eu sei de onde você vem e de quem você é filho pode começar a entrevista que vou lhe ajudar no que puder (...). Peço desculpas pelas perguntas, é que você sabe, né? Hoje em dia o mundo tá perigoso e a gente tem de desconfiar de gente estranha. Uma época aí tinha gente estranha vindo aqui e depois deu umas confusões na cooperativa.

Essa foi uma das situações mais evidentes de como a relação de parentesco demarcou o curso da pesquisa e de como as interações seriam “representadas” naquele contexto. Já em São Sebastião do Umbuzeiro houve um contato muito mais cotidiano em que o parentesco com pessoas da cidade era a todo o momento lembrado em frases e pequenas interrupções nas entrevistas: “é o filho de Ênio que tá fazendo uma pesquisa nas associações”; “eu conheço demais seu irmão”; “era muito amigo da sua avó”. Mesmo que os membros da minha família não tenham um envolvimento tão forte com as disputas políticas da cidade, nem tampouco com as associações de caprinocultores, a experiência de fazer pesquisa em local “familiar” foi um importante exercício para elaborar uma espécie de “autoanálise”: um complicado processo reflexivo que as ciências sociais fazem sobre os próprios cientistas que, empreendendo esforços de pesquisa para as questões mais básicas sobre a vida social, desmonta todo um cenário de “ilusões e paixões” que paira sobre si mesmos.

CAPITULO 1: “UMA POLÍTICA QUE NÃO É SADIA”: A POLITICAGEM COMO FORMA DE CLASSIFICAR E “JOGAR” NA POLÍTICA

Em certo sentido, o termo politicagem não nos é estranho. Contudo, apesar dessa aparente familiaridade, que poderia fazê-lo passar despercebido no universo de pesquisa, o olhar da pesquisa foi referenciado nela para compreender quais significados e relações sociais estão contidas no termo politicagem e quais suas implicações nas relações com um modelo de associativismo rural. Para construir a concepção de politicagem que norteia a dissertação faço uma espécie de relação de valores entre os termos *politicagem*, “*questão política*” e “*fazer política*”. Utilizando como fonte passagens das entrevistas com os líderes das associações e caprinocultores associados, são ilustrados como os valores sociais que circundam a politicagem permitem que ela seja “dissecada” em dois componentes, classificador e prático, sobre a política.

A) Uma forma de classificação social da política: a expressão politicagem é invocada geralmente para apontar um julgamento “negativo” sobre a política. A própria nomenclatura “política” é designada como uma espécie de mácula porque acaba sendo fonte de desarmonia e disputas. Nos trechos abaixo vemos como o termo politicagem é utilizado como argumento para uma avaliação negativa de uma forma de fazer política que “interfere” nas associações:

Trecho 1: Ex- presidente da associação Vila do Caroá apontando conflitos que envolvem a prefeitura de São Sebastião do Umbuzeiro e o atual presidente da associação:

“Olha (...) assim a questão do associativismo não deslança ainda (...) em virtude da interferência política (...) **da política eu digo não é da política sadia (...)** é da **politicagem** (...) Infelizmente não há como a associação usina (...) funcionar em um município como esse (...) sem ter o apoio do poder municipal (...) é tanto que a usina funciona em um prédio municipal (...) a água é a prefeitura que concede (...) uma parte dos funcionários é paga pela prefeitura (...) a energia elétrica é paga pela prefeitura (...) quando eu era da presidência da associação (...) eu nunca falava de **política** (...) dizia “olha vamos tentar **não falar em política** aqui dentro da associação (...) vamos tratar todo mundo por igual” (...)

Trecho 2: Funcionário de um escritório que presta assessoria em associativismo rural em Monteiro:

“Aqui a gente teve experiências inaugurais com as associações, com a capacidade de gerir recursos dada a elas (...) mas tem uma grande contradição que é a **questão política** (...) muitas associações foram fundadas tendo objetivos terceiros, **objetivos políticos** (...) geralmente algumas pessoas que queriam ser candidatas a vereadores ou a qualquer outro cargo eletivo (...) aproximavam-se de pessoas em uma certa localidade na zona rural, um certo sítio, aquela pessoa que mostrava mais habilidade de ser líder, aglutinar pessoas e de desenvolver alguma ação política (...) e então um líder político se aproximava e fazia essas associações (...) as associações começam com um trampolim político (...) pra **politicagem** a maioria delas (...) o líder de associação é uma pessoa muito visada (...) ai se aproxima do político (...) tem a questão do voto (...) o político oferece alguma coisa pra ele e por ai vai (...)

B) Os usos sociais e práticos da politicagem: “fazer política” pode ser compreendido como um conjunto de práticas sociais que envolvem os agentes sociais em uma lógica de lealdades ou rupturas nas disputas que envolvem grupos políticos em “locais” estratégicos, como as prefeituras. Nesse sentido, a politicagem é um *modus operandi*, um senso prático para atacar, defender-se ou negociar dinâmicas de conflito que envolvem o cenário político - as “questões políticas”.

Trecho 3: Fala de um técnico-extensionista sobre a situação da CAPRIBOM em relação à prefeitura de Monteiro:

Porque desde quando a associação foi fundada, ela funciona com uma muletazinha chamada prefeitura, entendeu? E eu não acho nada errado. É parceria. (...) Quando eu digo assim que é uma muleta é porque a gente não sabe o que é a cabeça dos outros (...). E amanhã ou depois a gente pode pegar prefeito que seja contra, como é o caso de Monteiro. Você sabe que a usina de Monteiro é totalmente independente de prefeitura. Não que eles não queiram parceria, é porque a prefeitura em si não quer eles. (...) Tem de ter **jogo de cintura pra negociar essas questões políticas**, entendeu?

Trecho 4: Presidente da associação de caprinocultores de São Sebastião do Umbuzeiro fazendo referência a uma acusação do ex-presidente de que estaria “pedindo voto” dentro da associação nas eleições municipais de 2008:

Eu fazia parte do mesmo grupo político que ele [ex-presidente]. **Não que eu vivesse no meio de rua politicando** Mas que, vamos dizer assim, a gente trabalhava na mesma linha, né? (...) Eu fui escolhido pra ficar aqui [na associação]. Eu não fui escolhido pra ter a opção (...). E hoje quando se fala **em política** dentro do município que a gente mora, **eu não sou benquisto** pela equipe que atua na prefeitura.

Qualificamos teoricamente os significados classificadores e práticos embutidos na palavra politicagem, a partir da leitura de Bourdieu (2008) e Sardan (1995). Mais do que um simples recurso gramatical ou lingüístico, nomear algo é uma operação classificadora que se inscreve em categorias que definem um poder simbólico “por onde se atualizam relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 2008a, p. 25). E nomear a politicagem é uma operação de classificação social que envolve avaliações e tomadas de posição relacionadas a processos políticos que, por sua vez, não são desprovidos de regras, mas possuem uma lógica sistemática de relações sociais. A analogia de um jogo é interessante no sentido de apontar que a politicagem não é uma anomia nem uma interferência “externa”, mas é constituída por mecanismos de regulação social que correm dentro de um projeto de desenvolvimento, como a corrupção. “Esses mecanismos estão ligados a forma como os mediadores são os principais vetores de uma economia moral da corrupção” (SARDAN, 1995, p. 155). Transpondo essa reflexão para o tema do associativismo abordado neste trabalho, destaca-se o fato de certos líderes serem “visados” por políticos e outros não serem “benquistos”, o que exhibe uma lógica específica de punições e ganhos entre os que jogam na politicagem. Portanto, *politicagem é uma forma de classificar, avaliar e “jogar”, de forma prática, dentro de um universo de disputas políticas.*

Outro fator que nos faz “escolher” a politicagem como foco de estudo é fazer uma contraposição com estudos que insistem em apontar uma reelaboração de práticas clientelistas e paternalistas dentro dos espaços de planejamento e execução de políticas públicas como o surgimento de um “novo coronelismo” (BURSTYN, 1985; 2003). A politicagem e sua relação com os espaços associativos traz realmente uma simbiose entre uma proposta de desenvolvimento e processos da “política” local, mas para compreender tais ligações trago a tona uma explicação mais complexa, não se tratando apenas de apontar para uma simples renovação de práticas e valores políticos em um sistema de dominação vigente no passado. Por mais que tenham possíveis pontos de comparação, a politicagem e as “amarras” sociais do coronelismo estão inseridas em lógicas sociais de dominação – no sentido dado por Weber (1994) de crença na

legitimidade – distintas. A politicagem promove a “circulação” de um tipo de dominação impessoal que se conecta a um modelo de associativismo rural, que pode ser justificado tanto por argumentos de gestão e técnica administrativa, quanto por valores de parentesco, enquanto que, o personagem social do coronel, por mais que supostamente tenha sido “modernizado” dentro de instituições como a SUDENE e DNOCS, ainda está vinculado estritamente a um tipo de dominação pessoalizada.

Advindo dessa opção por não “requestrar” conceitos que ligam relações de poder do passado, destaco também que o que chamo de elites políticas – e não oligarquias ou termos similares – é referenciado como grupos privilegiados dentro de um sistema de relações e disputas de um campo de representação política (BOURDIEU, 1981, p.9). Essas elites ingressam nas disputas que perpassam posições e cargos no legislativo e no executivo no Estado da Paraíba. O campo de forças se divide na tendência de monopolização dos representantes políticos que ocupam posições nas esferas de produção e aqueles mais distantes da esfera produtiva, os representados, que em geral são despossuídos de capitais para se mobilizarem nas disputas políticas.

A questão de como “jogar” na politicagem vai depender da posição e das movimentações que alguns agentes sociais ocupam ante a distribuição desigual de privilégios em torno dos bens em disputa no campo político (BOURDIEU, 1981). Devido a esse senso de jogo, a relação associativismo e politicagem não é algo dado como até mesmo aparenta ser nas falas de alguns entrevistados. Ela é uma relação construída, maleável e submetida a tensões pelo fato de ser negociada pelos líderes das associações que, posicionados como mediadores sociais, estão envolvidos em conexões específicas com as elites políticas.

LIDERES DE ASSOCIAÇÃO: OS NEGOCIADORES DA POLITICAGEM

Ao fazer uma revisão sobre o conceito de mediação social nos deparamos com a pluralidade de significados e até mesmo de nomenclaturas sobre esse termo. Apesar dessas variações, pode-se afirmar que falar em mediação nos leva a tentar explicar processos e situações similares que envolvem canais de comunicação e espaços intersticiais entre duas ou mais entidades – vistas na falsa aparência de reificações - tais como “estado” e “comunidade”; “burocracia” e “aldeia”; instituições desenvolvimentistas e públicos-alvo, dentre outras variações. A questão não é que o mediador social seja apenas um apaziguador de conflitos e tampouco o único agente

social envolvido em relações de mediação, já que, como aponta Neves (2008, p.20), na vida social somos todos, de diferentes formas e intensidades, envolvidos em mediações. A singularidade do mediador social está na forma específica de se envolver em processos de mediação, seja por uma capacitação profissional ou por um posicionamento “privilegiado”, para tecer negociações diante de relações e disputas de poder. “O mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhes confere tal status” (DEPONTI, ALMEIDA, 2008, p. 2).

Para esclarecer teoricamente os apontamentos desta pesquisa faço um recorte nas nomenclaturas dos mediadores sociais, *brokers* e *courtier*, trazidas respectivamente da antropologia inglesa e de uma socioantropologia⁸ do desenvolvimento de origem francesa, que são utilizadas para explicar processos de mediação ligados, principalmente, à capacidade de negociação em diferentes contextos empíricos. Por fim, aproximo a condição de mediador como negociador de expectativas da representação cotidiana do líder de associação a partir de suas posturas e falas diante dos associados.

BROKERS: NEGOCIADORES DE EXPECTATIVAS

O mérito de ter dado uma primeira visibilidade aos agentes sociais “intermediários” nas ciências sociais fica dividido entre a antropologia social inglesa, com as etnografias de autores como Gluckman (1968; 2010); Mitchell (1969) e Barnes (1968), e nas considerações de Eric Wolf (2003) sobre a posição dos mediadores nas relações de poder entre Estado e comunidade e aldeias no México.

A discussão sobre mediadores sociais está ligada a ascensão de padrões de comportamento que “quebram” com os status tradicionais através da manipulação e improvisação de laços sociais. Com o foco nas transformações sociais, nos espaços rurais e urbanos, nas colônias inglesas na África, a produção da chamada Escola de Manchester e de Rhodes-Livingstone Institute deu visibilidade à posição dos “intermediários”, na medida em que também elaboravam críticas a uma visão integrada

⁸ Sardan (2001) elabora uma divisão entre as abordagens inglesas e francesas, destacando em ambos os autores que elegem um viés pessimista e uma visão populista do desenvolvimento. Por sua vez, Carneiro (2002) faz uma revisão teórica bastante esclarecedora acerca da proposta de uma socioantropologia do desenvolvimento e de como ela é utilizada nos trabalhos dos autores ligados a Associação Euro-Africana para a Antropologia da Mudança Social e do Desenvolvimento (APAD).

e unitária do sistema social. Contra essa rigidez da “unidade” social, Gluckman (1968, p.71) chama atenção em um ensaio sobre os papéis dos chefes tribais na burocracia colonial que se tornam representantes locais da administração colonial inglesa, através de papéis inter-hierárquicos. Um exemplo etnográfico apurado de tais papéis é ilustrado na análise de uma situação social de inauguração de uma ponte na Zululândia, em que Max Gluckman (2010) visualiza as funções intermediárias que transitam nos espaços da burocracia colonial inglesa e do universo das aldeias e tribos. Os discursos das autoridades e a disposição espacial dos grupos tribais e dos ingleses dá a percepção de processos que envolvem personagens sociais engajados em ligações entre diferentes níveis interligados na dinâmica de colonização.

Influenciado pela visão de Gluckman e da antropologia social inglesa⁹, Boissevain (1974) trabalha o conceito de *broker* que é bastante interessante para esta pesquisa de mestrado. O *broker* é um manipulador de alianças e canais entre pessoas e grupos, através dos interesses e relações de poder em uma teia formada por “amigos-de-amigos”. No cenário urbano nas ilhas italianas de Malta e Sicília, Boissevain (1974, p.166) demarca que o crédito social do *broker* é construído na forma como ele negocia e “barganha” alianças tendo como principal moeda de troca as promessas e reciprocidades, a partir de uma posição desigual nas redes de poder e de favores formadas por *patrones rurais*, políticos, os temidos *mafiosi* e as “pessoas comuns” que não tem o acesso privilegiado aos pontos de conexões e elos sociais. Diferente dos *patrones* que possuem capacidade aquisitiva de negociar recursos materiais diretamente, os *brokers* negociam as promessas e favores em torno desses (BOISSEVAIN, 1974, p.166). Devido ao fato de estarem presos em uma cadeia de reciprocidades, as relações de *brokerage* estão sujeitas tanto a hostilidade, como ao respeito segundo o “sucesso” das táticas negociadoras dos *brokers*.

⁹ Outro conceito sedimentado pela antropologia inglesa foi o de rede (*networks*), bastante recorrente, por exemplo, nas análises de Barnes (1968); Mitchell (1969); Boissevain (1974) e Bott (1976). Assim como o conceito de interdependências, a noção de redes também busca uma chave de análise para visualizar mais relações do que entidades sociais unificadas. Contudo, a insistência que Bott (1976, p. 20) faz de termos como “agregação”, “desagregação”, “segregação” e “densidade” para explicar as transformações das redes sociais ainda traz um forte pertencimento a um viés unitário de sistemas e estruturas sociais, mesmo que haja uma importante abertura para ver como se conectam e como se movimentam tais unidades. Nesse debate ficamos a favor do argumento das interdependências sociais de Norbert Elias (1999), pois este possui uma maior capacidade explicativa na medida em que se propõe um distanciamento e até mesmo a uma “destruição” de abordagens sociológicas que se apoiam em uma noção fechada, reificada e *a priori* de sociedade que não é empiricamente verificável.

A RELAÇÃO DE *COURTAGE*: O NEGOCIADOR NA ARENA LOCAL DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

A noção de *broker* enquanto negociador de relações sociais está bastante próxima de outro tipo de agente mediador¹⁰. Trata-se do *courtier*, um negociador que faz parte daqueles que “devem ser desenvolvidos” na arena local de um projeto de desenvolvimento. A relação de *courtage* é analisada dentro de uma socioantropologia do desenvolvimento. Propondo a resolução de abordagens confusas nas literaturas inglesas e francesas que propõem diferentes antropologias do desenvolvimento, Sardan (2001) defende uma socioantropologia que se afaste tanto de uma desconstrução total do desenvolvimento, considerando este como “maléfico”, bem como de uma visão desenvolvimentista que exalta de forma acrítica os valores e práticas dos grupos sociais marginalizados “que devem ser desenvolvidos”. Evitando cair tanto no desconstrucionismo e no “populismo”, Sardan (2001, p.747) defende uma abordagem que enfatiza os entrelaçamentos de lógicas, práticas e representações sociais envolvidas nas negociações e conflitos de um projeto de desenvolvimento. Em uma proposta de caráter empírico e não-normativo, Sardan (1995) evita demarcar um conceito universal de desenvolvimento, na medida em que este é definido a partir da presença de uma configuração desenvolvimentista:

É a presença de uma “configuração desenvolvimentista” que define a existência propriamente dita do desenvolvimento. Chamaremos de configuração desenvolvimentista, o universo cosmopolita de experts, burocratas, representantes de ONGs, de pesquisadores, técnicos, líderes de projetos, agentes de campo que vivem de alguma forma do desenvolvimento de outros, mobilizando e gerenciando recursos materiais e simbólicos (SARDAN, 1995, p. 7)

O tema da mediação social é posto em debate a partir de múltiplas relações de capilaridade e interação, tecidas entre uma configuração desenvolvimentista e as populações-alvo das investidas e ações que se legitimam sob o termo desenvolvimento. Sardan (1995, p.153) delimita dois tipos de mediadores: os agentes de desenvolvimento e os chamados *courtiers*. Cada um desses mediadores adota diferenciadas lógicas de mediação entre a arena desenvolvimentista e a arena local.

¹⁰ A aproximação dos significados entre esses dois conceitos também pode ser percebida na medida em que a tradução direta do termo *broker* para o francês é *courtier*. A tradução direta para o português desses termos é a palavra “corretor”, o que em termos de significância indica o elemento de negociação desse agente social, aquele que media em uma relação de compra e venda.

Os agentes de desenvolvimento são mediadores capacitados profissionalmente dentro de uma linguagem desenvolvimentista, com a função de mediar os conflitos que envolvem a transmissão e a tradução de uma “mensagem técnica” de um projeto de desenvolvimento e para os seus destinatários (SARDAN, 1995, p. 158). Trabalhamos empiricamente essas contradições do agente de desenvolvimento em uma análise dos ADRS dentro de políticas públicas para caprinocultura na região do Cariri Paraibano. Os ADRS são técnicos-extensionistas, capacitados em um programa de assistência técnica voltado exclusivamente para a caprinocultura leiteira pelo SEBRAE, o CENDOV e a Fundação Banco do Brasil. O ADRS é capacitado para ser mediador, segundo os cânones das instituições que compõem a configuração desenvolvimentista de estímulo a produção de leite de cabra no Cariri Paraibano. Enquanto mediadores sociais, na condição de agentes de desenvolvimento, os ADRS estão envolvidos diretamente em processos que envolvem a negociação de conflitos entre diferentes racionalidades e os conhecimentos sobre a caprinocultura (MENESES; GOMES, 2012a).

Diferente dos ADRS, os líderes ou presidentes das entidades associativas não são mediadores profissionais, mas podem ser qualificados como intermediários na condição de negociadores da arena local de um projeto de desenvolvimento. Assim como nos processos que circundam o *broker*, a relação de *courtage* traz a tona o caráter negociador entre relações desiguais de poder, mas com a especificidade de estar em um contexto de articulação desenvolvimentista.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LIDERANÇA

A construção da “imagem” do líder de associação é uma estratégia que exige investimento cotidiano. Alguns trabalhos etnográficos trazem a luz elementos importantes sobre o personagem social do representante de organizações de trabalhadores rurais. Fazendo uma etnografia das lideranças dos órgãos de representação dos camponeses na França, Maresca (1981) destaca contradições de práticas sociais e estilos de vida que são incorporados pelos dirigentes. A principal delas está na tensão entre as estratégias de liderança, na medida em que a ascensão na carreira

política de um líder camponês¹¹ - dos sindicatos locais até chegar às instâncias nacionais de representação - se dá *pari passu* ao distanciamento das atividades agropecuárias e de uma série de práticas, gostos e disposições identificadas com o modo de vida camponês. Na medida em que o responsável por representar a classe camponesa assume cargos mais altos nas organizações e sindicatos ele passa a ser visto, em termos de práticas sociais e estilos de vida, mais como tecnocrata do que como um camponês. Outra dimensão conflituosa pode ser ilustrada no recorrente esforço de apresentação que a liderança faz de si mesmo e perante os outros, enquanto defensor do grupo, que fala “bem e bonito pra todos entenderem” e que mobiliza pessoas para a “luta” e para o sacrifício pelo bem coletivo. São um conjunto de caracteres e expressões que formam o que Delma Pessanha (2005, p.7) aponta como o ideal do “porta voz”, aquele que tenta se apresentar como um bom líder “que sabe correr atrás, furar barreiras e assegurar a transferência de bens”.

Focando nas falas e no discurso do líder de associação, o trabalho de John Comerford (1999) assinala como a busca por aproximar-se do ideal de liderança do “porta voz” é expressada de forma bem específica nos eventos marcados, - reuniões, assembleias e eleições - a exemplo da insistência na expressão “estamos lutando” nos discursos (COMERFORD, 1999, p.20). A apresentação face-a-face é um dos principais mostruários de estratégias para legitimar uma posição de liderança diante das lutas simbólicas e materiais que envolvem a associação. Além disso, encoberta pela ideologia de que há um despertar de uma suposta “consciência coletiva”, existe a mobilização que vai sendo gestada em um universo naturalizado, no cotidiano das sociabilidades locais (amizades, vizinhanças, brincadeiras). As situações menos formalizadas, por vezes, indicam disputas para afirmação ou recusa de valores que envolvem relações de amizade e reciprocidade entre os associados. O líder visto além da “função” burocrática de gestor, da figura jurídica associativa, é colocado dentro dessas tensões cotidianas, apresentando posturas “bifrontes e ambivalentes, buscando condições de delimitar e legitimar seu próprio espaço social” (COMERFORD, 1999, p. 16).

Com as reflexões dos conceitos *de broker e courtier*, a dissertação busca elaborar um debate sobre a capacidade de “barganha” dos líderes de associação de

¹¹ Maresca (1981) utiliza como exemplo a trajetória do líder François Guillaume. Entre 1970-1975, Guillaume faz carreira política entre os principais órgãos de representação de camponeses e de agricultores na França tais como o Centre National des Jeunes Agriculteurs (CNJA) e a Federation Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles (FNSEA).

caprinocultores nos encadeamentos das elites políticas locais e na configuração desenvolvimentista. No horizonte de práticas do líder de associação que esta pesquisa referencia está uma série de “obrigações”: a participação em reuniões e comissões (como as do CMDRS ou nos cursos do SEBRAE); “dar” respostas aos caprinocultores associados dessas atividades e estimular que estes entrem em projetos das instituições desenvolvimentistas; discutir problemas na usina de leite; repassar para o político “próximo” as decisões tomadas na associação, “pedir voto” na associação para um candidato aliado na época da eleição e administrar conflitos que envolvem a associação e os apoios políticos. Há um feixe de situações que exemplificam a condição cotidiana de negociador de expectativas no espaço intersticial entre a arena desenvolvimentista, no âmbito político local, e as pressões internas da associação. A forma de negociar a politicagem “atravessa” esses diferentes contextos, fazendo com que o líder tome uma construção social “de si mesmo” para apresentar-se de forma específica diante de associados, políticos e agentes das instituições desenvolvimentistas e, também, de pesquisadores que irão entrevistá-los.

Há um jogo que o líder de associação participa enquanto um mediador que é negociador da politicagem: ele pode ter ganhos em termos de “respeito” e fidelidade a um grupo político, bem como a associação que lidera pode sofrer custos e punições devido aos “politiqueiros”. A mobilidade de jogo e a capacidade de negociar expectativas, na lógica da politicagem, é que vai definir as margens de manobra de um líder de associação e sua influência junto às elites políticas.

As situações de conflito que serão detalhadas nos próximos capítulos servem para referenciar como os líderes das associações de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro, a CAPRIBOM e Vila do Caroá, têm o estatuto de mediadores legitimado e ao mesmo tempo desafiado sob as tensões produzidas nas relações de politicagem que aproximam as associações de caprinocultores com as elites políticas desses municípios. Os capítulos apontam para uma lógica geral em que as “punições ou ganhos” para as associações de acordo com as investidas dos seus líderes de aproximação, ou oposição em relação a um grupo político no município.

Em Monteiro há uma liderança da CAPRIBOM envolvida diretamente em conflitos políticos advindos do processo de legitimação a ascensão da elite política encabeçada pelo deputado estadual Carlos Batinga, que possui um forte engajamento no discurso de “eficiência técnica” e desenvolvimento voltado para a caprinocultura. A cooperativa de caprinocultores de Monteiro e uma instituição de pesquisa voltada para caprinocultura –

o CENDOV - acabam sendo transformadas em símbolos de conflitos quando um grupo opositor ao deputado Carlos Batinga, liderado pelo deputado João Henrique, assume a prefeitura municipal de Monteiro. Na medida em que um dos líderes da CAPRIBOM está engajado em um dos pólos desse conflito, Carlos Batinga/João Henrique, a cooperativa é envolvida em tensões em que vários “bens” estão em disputa: a participação em feiras agropecuárias, recursos da prefeitura, as decisões da CAPRIBOM nas reuniões dos CMDRS e as atividades da cooperativa junto a um abatedouro municipal que, apesar de construído, não iniciou as atividades.

Diferente de Monteiro, em que a politicagem está mais acoplada a instituições que se firmam em torno de termos como “eficiência técnica” e “desenvolvimento”, em São Sebastião de Umbuzeiro as práticas politiqueras têm um elemento específico: as relações de parentesco do primeiro presidente e fundador da associação de caprinocultores com o atual prefeito. Os conflitos na associação Vila do Carotá se intensificam com um “racha” político entre as famílias Neves e Fernandes, o que acaba dividindo, nos lados da disputa, o ex-presidente do atual presidente da entidade associativa. Nas falas destes há afirmativas de apoio incondicional aos parentes nas alianças políticas, na visão de que “quem manda na associação é uma família”, acusações de “compra de votos e politicagem nas eleições”, lamentos de que o trabalho na associação acaba deixando pessoas “queimadas” no cenário político local. Esses trechos são indicativos de como a associação de caprinocultores é substrato para uma lógica de politicagem que também se estende em uma relação entre parentesco e política.

O ponto mais importante é que mesmo que os engajamentos dos líderes das associações com essas elites políticas sejam justificados por diferentes maneiras, – fidelidade política, eficiência técnica, família, parentesco, honra e outras razões – ficamos com a seguinte constatação geral: *o associativismo, a politicagem e as políticas públicas para caprinocultura no Cariri desenham uma lógica política de ganhos ou punições para as associações*. Há uma maleabilidade da politicagem enquanto um padrão de relações sociais – que se vincula tanto dentro de um ideal de gestão e eficiência técnica como pela ótica do parentesco - e firma “íntimas” relações com o discurso de defesa do modelo de “associativismo para pequenos”.

A dissertação defende que há um modelo de associativismo que é internamente “tutelado” pela politicagem, e que, mesmo invisibilizada, se alastra através dos canais e redes estabelecidos pelas associações junto às políticas públicas para a caprinocultura

no Cariri. Essas descobertas obtidas na pesquisa abrem caminho para elaborar uma crítica à crença sobre o ideal seletivo de associativismo, que vem sendo, desde a última década, fortemente propagado através de políticas públicas para o meio rural no Brasil, principalmente aquelas voltadas a grupos enquadrados como agricultores familiares.

CAPITULO 2: MONTEIRO: O CONFLITO POLÍTICO ENTRE O CENDOV E A CAPRIBOM

Neste capítulo nos dedicamos a analisar as situações de conflito que envolvem uma liderança da CAPRIBOM em Monteiro, a qual nos referimos pelo pseudônimo de Antônio Braga, também conhecido pelos apelidos de Toninho ou Toni. Antônio está diretamente envolvido em um contexto de tensões por ser uma espécie de intermediário, de mediador, com uma trajetória de trabalho junto às instituições de incentivo a caprinocultura, como o CENDOV, sendo que atualmente está na CAPRIBOM, onde atualmente é reconhecido como “líder” mesmo sem ser o presidente. Esse ciclo de mediação no qual Toni está inserido é traçado, principalmente, por suas ligações com o grupo político do deputado Carlos Batinga em Monteiro. O engajamento junto ao grupo político de Batinga pode ser visto em várias situações: nas acusações que vereadores opositores a Batinga fizeram sobre Toni de irregularidades no CENDOV, discussões dentro das reuniões do CMDRS ou também na sua candidatura a vereador nas eleições de 2008 junto à coligação de Batinga. O processo de conflitos políticos que sucedeu a saída de Toninho das atividades do CENDOV e o estabelecimento de uma posição de “líder” da CAPRIBOM é exemplar de como a lógica da politicagem está enraizada nas práticas que consolidam a principal cooperativa de caprinocultores do Cariri.

Para entender os conflitos políticos nos quais Toni está envolvido e como estes evidenciam o “racha” político que existe entre o CENDOV e a CAPRIBOM, é necessário contextualizar algumas mudanças ocorridas no cenário político do município de Monteiro, a partir da década de 1990.

“MAIS TÉCNICO QUE POLÍTICO”: A ASCENSÃO DO GRUPO DE CARLOS BATINGA EM MONTEIRO

Monteiro é o maior município do Cariri Paraibano. A versão “oficial” e também paroquial da fundação de Monteiro assinala que desde 1800 a área onde hoje se situa o

município era uma lagoa onde foi fundada uma freguesia, através da doação de terras de uma fazenda feita à igreja por uma família chamada Monteiro e que na época residia na região. Por isso, a localidade se chamou Alagoa de Monteiro até o início do século XX (RIETVELD Et al. 2002). Com a produção algodoeira em alta no século XIX, Alagoa de Monteiro tornou-se atrativa para famílias que migraram dos estados de Alagoas e Pernambuco. Essas famílias estabeleceram relações de casamentos com as famílias que já habitavam as margens da lagoa. Entre os recém-chegados estavam às famílias Santa Cruz, os Rafael e os Nunes que estabeleceram alianças e casamentos com coronéis da família Torres, que é apontada nos livros de memórias como uma das famílias tronco de Monteiro (MENEZES, 1992, p.19). Visualizar esses casamentos é importante para compreender como se deram os conflitos e alianças que fizeram com que um grupo seletivo de famílias fosse reconhecido como as “famílias de nome político” da cidade de Monteiro.

De acordo com os livros de memórias de escritores do município como Pedro Nunes Filho (1997) e José Rafael de Menezes (1992), observa-se como os nomes Rafael (posteriormente aliado com o nome Menezes), Nunes, Falcão, Brito e Gomes ecoam em posições administrativas municipais desde os intendentos do Império até o final da década de 1980: passando pelo episódio da “Guerra de 1912”, um conflito de coronéis da cidade com oligarquias do governo estadual¹², até a ida dos filhos e netos destes coronéis para estudar nas universidades do Recife e seu “retorno” nos envolvimento nas disputas de cargos nas prefeituras.

Uma leitura da trajetória do atual deputado estadual Carlos Batinga e de como este conseguiu galgar posições dentro desse universo político restrito as famílias serve como exercício para pensar empiricamente as reflexões de Bourdieu (1981) sobre o campo político. A transposição prática¹³ que Batinga faz de ser alguém reconhecido por ter competências e saberes técnicos para o universo político é exemplar de como um agente

¹² A chamada “Guerra de 12” teve o filho do Cel. e deputado João Santa Cruz Oliveira, o juiz Augusto Santa Cruz, como protagonista. Esse conflito foi centrado entre bacharéis da família Neves, o juiz e coronel Augusto Santa Cruz, conhecido como o “Doutor Cangaceiro” e o Coronel Pedro Bezerra, apoiado pelo governo estadual de Álvaro Machado e sua oligarquia. O conflito ganha ares de “revolução” na medida em que um grupo de aliados e cangaceiros de Augusto Santa Cruz, rival da oligarquia de Álvaro Machado, seqüestra seus rivais políticos e segue em expedição para o interior da Paraíba, saqueando e conquistando cidades até chegar ao Juazeiro no Ceará, onde foram feitas negociações com o Pe. Cícero (FILHO, 1997).

¹³ Chamo atenção para o que Bourdieu (2009) delimita como o senso prático, as estratégias, mobilizações, escolhas e movimentações dos agentes sociais não são necessariamente feitas de forma consciente, nem tampouco com uma racionalidade maximizadora, mas através de ajustamentos práticos dados pelas disposições incorporadas no *habitus* e da capacidade deste de mobilizar os capitais nas lutas travadas nos campos sociais.

social, ao “apostar” seu capital cultural, elabora operações de crédito visando um capital político que serve como via de acesso e, principalmente, de reconhecimento em um microcosmo social que não necessariamente está próximo da sua origem familiar.

Diferente de outras famílias de Monteiro, a família Batinga Chaves não tinha um recrutamento sistemático de seus membros para as disputas de cargos políticos de vereadores, prefeitos e muito menos de deputados. Apesar do pai de Carlos Batinga, Natanael Chaves, ter sido vereador durante um mandato, este era reconhecido menos como um político do que como um comerciante que atuou em diferentes ramos (como venda de móveis, postos de gasolina e distribuição de gás). Em um livro que descreve os perfis dos “patriarcas de Monteiro”, o escritor José Rafael de Menezes aponta que Natanael Chaves “inaugurou uma mentalidade de operacionalidade e eficiência empresarial na economia monteirense” (MENEZES, 1992, p. 71). Essa visão de “planejamento” é transferida para os filhos desde a herança direta das casas comerciais, ou através de investimentos para que estes acessem espaços escolares e universitários. E é com essa crença apoiada mais na “técnica que na política” que Carlos Batinga, engenheiro civil, formado pela UFPB e com especializações na área de mobilidade urbana, adentra na década de 1990 nas disputas políticas de Monteiro, em um momento em que as famílias que tinham produzido para si a marca de ser um “berço político” - como os Rafael de Menezes, Melo Falcão, Feitosa e os Nunes - encontravam dificuldades para mobilizar sucessores para as disputas eleitorais.

Em entrevista, o ex- prefeito e farmacêutico Jaime Menezes – neto do coronel Manoel Rafael que foi prefeito no início do século XX – expõe uma fase de dificuldades de sucessão nas “famílias políticas” no início da década de 1990 que resultou em uma aliança para colocar Carlos Batinga na prefeitura nas eleições de 1996:

V- O senhor apoiou Carlos Batinga nas eleições de 1996?

JM - A candidatura de Batinga foi definida numa conversa como essa aqui que a gente tá tendo (...) sentado numa cadeira com o pessoal do prefeito Antônio Nunes na época (...) a gente decidiu colocar o nome do engenheiro Carlos Batinga que parecia ser um nome bom (...) a gente da família tava sem candidato (...) e Batinga era daqui de Monteiro (...) difícil foi convencer ele, pois ele achava que não entendia de política.

Por sua vez, o radialista Simorion Matos, que trabalhou nas propagandas das primeiras campanhas de Batinga, defende outra versão. Ele reforça a ideia de que a

candidatura de Batinga foi menos uma “aliança” e mais uma ruptura com certo modo de fazer “política de famílias” que até então era vigente em Monteiro:

SM- Há 3 etapas de formação política em Monteiro e na região como um todo (...) época dos coronéis (...) a época dos chefes políticos (...) e hoje é a fase do líder político (...) hoje não há mais espaço pro coronel e pro chefe (...) hoje só tem espaço pro líder (...). O chefe era na época aquele que comandava o povo (...) hoje com o advento da globalização, a comunicação mais forte (...) não existe mais a figura do chefe político (...) quem tem o poder de liderar (...) lidera (...) é tanto que hoje o povo não se submete mais a comandos não (...) Monteiro sempre viveu muito com as famílias tradicionais (...) tinha os Feitosas; os Menezes; os mais fortes, né? (...) e Batinga era engenheiro, não tinha nada a ver.

(...) foi em 96, houve uma ruptura de forças da política local (...) tiveram de apoiar o nome dele por que não tinha ninguém pra suceder (...) e até então era um mero eleitor (...) nunca tinha participado de eleição (...). Eu fico mais a vontade pra falar de Carlos Batinga como líder político (...) que deu uma renovada nessa parte de parceria com o produtor rural (...) aspectos gerais, vamos dizer assim (...) especificamente essa parte de caprinocultura e desenvolvimento (...) a gente começou uma nova realidade política na região com o Pacto Novo Cariri que começou através do SEBRAE e da AMCAP (...) e eu tive a oportunidade de durante 2 anos (...) de escrever pra AMCAP (...).

O discurso de defensor da “eficiência técnica” associado a uma visão de desenvolvimento é mobilizado por apoiadores e aliados de Batinga, com intuito de reforçar as marcas simbólicas de um “divisor de águas” na história política de Monteiro. Esse argumento aparece no trecho abaixo, obtido em entrevista realizada com um dos assessores de comunicação de Batinga, o Sr. Sebastião Santos:

SS - É que ele [Batinga] sempre foi técnico (...) **mais técnico que político** (...) Batinga foi chamado pra ser candidato na época por que a cidade passava por um momento difícil (...) ainda na gestão de Antônio Nunes [1992-1996] (...) precisava de uma união política da cidade (...) então juntou praticamente todas as forças políticas da cidade (...) pra apresentar uma proposta de governo e sair da estagnação que se encontrava (...).

O discurso de posse de Carlos Batinga, quando assumiu a prefeitura de Monteiro em 1 de janeiro de 1997, marca as estratégias para produzir essa imagem de “mais técnico que político”. A retórica parte do argumento de que há um sacrifício de uma vida profissional em prol da cidade de Monteiro, combinado ao início de uma nova era administrativa na cidade:

Recebo neste momento histórico, a grandiosa missão de comandar os destinos administrativos da minha terra, pela confiança dos irmãos monteirenses. No momento em que o povo de Monteiro, representado pelos vereadores, coloca nas minhas mãos o seu destino, sinto-me plenamente satisfeito pela oportunidade, e ao mesmo tempo consciente da imensa responsabilidade do cargo, dentro de uma realidade cruel que encontramos. Qualquer Monteirense que ama realmente esta terra, que pisou neste solo escaldante do Cariri Paraibano (...) sentir-se-ia honrado em ter a oportunidade que hoje temos, de oferecer o melhor de si por esta gente, este povo. Exatamente, por este amor, por esta vontade, **é que aceitamos interromper toda uma vida profissional**, graças a Deus muito bem sucedida, **renunciar a cargos e funções de projeção nacional** e, até certo ponto, sacrificar o aconchego da vida com minha esposa e meus filhos, para atender este chamamento e vir pra cá, vestir a camisa de Monteiro, trabalhar pelo seu progresso, começar a construção de seu futuro, rumo ao próximo milênio. (...) As mudanças começam a acontecer. Medidas administrativas serão tomadas. Precisamos colocar Monteiro na legalidade, adequá-la aos novos tempos...prepará-la para o novo século.

Como tática de jogo nas disputas políticas, Carlos Batinga incorpora e enfatiza a ideia de que sua gestão simboliza uma ruptura de um ciclo político, marcado pela chamada “política de apadrinhamentos”, passando a ser guiada a partir daquele momento por critérios meramente “técnicos”:

Para isto, serão necessárias ações rápidas e enérgicas. Algumas até mesmo consideradas antipáticas e impopulares. (...) Temos de começar agora mesmo, a viver um tempo de realidade (...). Na nossa administração procuraremos fazer justiça com os que realmente trabalham. Vamos remunerar melhor os que se dedicam, os que efetivamente exercem suas funções, pois não achamos justo que tantos recebam e tão poucos trabalhem.(...) **Na prefeitura de Monteiro, a partir de agora, os critérios para escolha dos servidores municipais não serão de apadrinhamento político ou vinculação familiar.** Quem for competente, sério, dedicado, terá vez e oportunidade (...) estamos vindo de um ciclo vicioso provocado pela desesperança e pelo desserviço. Mas temos convicção de que as pessoas sérias e que querem o progresso e o desenvolvimento, haverão de aplaudir e incentivar as nossas ações. (...) Vamos ao trabalho. **Começa uma nova era administrativa para o nosso município. Vamos dar as mãos porque esta talvez seja a última oportunidade que a história nos reserve para mudar esta terra (...).**

Saindo da prefeitura de Monteiro em 2004, Batinga assume o cargo de superintendente estadual do SEBRAE, mas antes ajuda a lançar a candidatura da sua secretária de saúde, Lourdes Aragão (conhecida como Dra. Lourdinha) para as eleições da Prefeitura Municipal naquele ano. Dra. Lourdinha foi eleita prefeita derrotando o candidato da oposição à Batinga, João Henrique. A figura política de João Henrique, de

forma similar à Batinga, também não está legitimada em uma “tradição familiar política”. Sendo natural de Monteiro e filho de produtores rurais, João Henrique é advogado e ficou mais conhecido como um empresário da mineração que “apostou” no jogo político. Após a derrota nas eleições para prefeito em 2004, João Henrique conseguiu ser eleito deputado estadual nas eleições de 2006. Nesse período o jogo de disputas políticas de Monteiro ficou mais acirrado, na medida em que vereadores da cidade retiraram o apoio a Carlos Batinga, que também foi eleito deputado estadual, “passando para o lado” de João Henrique que, em 2008, lançou a candidatura de sua esposa, Edna Henrique à prefeitura de Monteiro, saindo vitoriosa diante da “Dra. Lourdinha” apoiada por Carlos Batinga.

Esse cenário político de Monteiro, não mais protagonizado por famílias, irá ter como uma das principais arenas de disputas as instituições de fomento a caprinocultura: o CENDOV e a CAPRIBOM. Situações de conflito como a que ficou conhecida nas rádios de Monteiro, a saber, a “CPI do CENDOV” envolveram pessoas dos quadros de instituições ligadas a caprinocultura leiteira na polarização política entre os partidários de Carlos Batinga e João Henrique.

TONINHO DA CAPRIBOM E A “CPI DO CENDOV”

Sendo uma das primeiras associações a serem criadas, articulada aos programas de incentivo a produção de leite de cabra, a AOCOP se destacou por ter a maior usina de leite do Cariri chamada de Laticínio Carimilk. A CAPRIBOM foi constituída em 2006 através da transformação da AOCOP em cooperativa. Além do tamanho, a usina da CAPRIBOM possui diferencial em relação às demais usinas do Cariri: estrutura mais ampla de tanques para pasteurização, beneficiamento e envasamento tanto para leite de cabra como de vaca, caminhões para transporte dos produtos e de uma rede de tanques de resfriamento que ficam distribuídos em associações comunitárias na zona rural de Monteiro. Além disso, a usina da CAPRIBOM é a única no Cariri a ter uma produção regular de iogurte de origem bovina, que é registrada na logomarca comercial da cooperativa:



Foto 5: Logomarca da CAPRIBOM



Foto 6: Tanques de resfriamento para leite de cabra (esquerda) e leite de vaca (à direita)



Foto 7: Iogurte comercializado pela CAPRIBOM

A ata de constituição da CAPRIBOM que data de 4 de dezembro de 2006 descreve o processo de fundação da cooperativa que funcionou durante seus primeiros anos na sede do CENDOV, localizado na Fazenda Morro Fechado, em Monteiro. No fim da ata há registros de agradecimentos ao “Dr.” Antônio Braga que na época estava na superintendência do CENDOV.

Antônio Braga, identificado em muitas entrevistas com pessoas de Monteiro como o “Toninho da Capribom”, participou do processo de criação tanto da AOCOP, em 1997, quanto da instalação das usinas de beneficiamento e da fundação do CENDOV, em 2000. Natural de Monteiro, veterinário formado na UFPB na década de 1990, Toni iniciou as atividades no escritório do CENDOV junto com o zootecnista Wallace Silva (ver Box 2 abaixo) que depois foi para o escritório da Emater de Sumé. Toni demarca

com certa regularidade nas suas entrevistas o argumento de que “se a caprinocultura leiteira atingiu certo status no Cariri este resulta da vontade política e da visão empreendedora de Carlos Batinga”. Toni também argumenta que a escolha de Batinga pelo seu nome, tanto no CENDOV, como na AOCOP, seguiu apenas critérios técnicos, pois ele já tinha experiência em assistência voltada para a pecuária.

Em 2009 visitamos pela primeira vez a CAPRIBOM, na ocasião estava acompanhado da equipe de pesquisadores vinculados ao projeto de iniciação científica. Tentamos entrevistar alguns caprinocultores que estavam em reunião e fomos praticamente “barrados” por Toni, alegando que para falar com os associados seria necessário antes falar com ele, além do que deixou claro que já estava “cansado” de receber o pessoal da universidade e que não “trazia nenhum retorno” para a cooperativa. Já no momento da pesquisa de mestrado, amenizada a desconfiança, como foi narrado nas notas metodológicas, houve mais facilidade de acesso ao próprio Toni e no acompanhamento de duas reuniões da CAPRIBOM.

A primeira foi uma reunião “informal” com a presença de caprinocultores e de funcionários da CAPRIBOM a frente da usina. O que estava sendo discutido eram alguns problemas quanto ao transporte do leite de cabra nos tanques de resfriamento que ficam nas localidades mais distantes da zona rural de Monteiro. A questão era mudar os horários em que o carro da CAPRIBOM passa nos tanques para pegar o leite dos produtores e levar para as usinas. O discurso dos funcionários era quase que uniforme: as demandas, decisões e dúvidas deveriam ser levadas para Toni.

A segunda reunião que acompanhei na CAPRIBOM ocorreu um dia depois da primeira, esta foi realizada dentro do escritório na presença de funcionários, presidentes e alguns produtores para fazer um balanço dos gastos da usina. A reunião começou as 14:00 horas do dia 1 de agosto de 2013. Havia uma série de papéis na mesa e estavam presentes a secretária da CAPRIBOM, um dos técnicos da cooperativa, um funcionário da contabilidade e dois produtores. Antes de começar a reunião um trabalhador da usina chegou com as mãos cortadas e perguntou a Toni se podia ir até à cidade fazer um curativo. De forma ríspida, Toni respondeu para ir rápido e não atrasar a limpeza das máquinas, em seguida pediu para um dos funcionários presentes levar o trabalhador da usina para o hospital de Monteiro. “Aqui você pode ver que a gente tem muito trabalho e não para um instante” falou dirigindo-se a mim.

Ao iniciar uma das entrevistas, Toninho expõe uma visão empresarial para gerir um controle de gastos e direcionamento de mercado dentro da cooperativa:

T- Uma usina dessa é caríssima pra você operacionalizar elas (...) a gente tava falando de imposto (...) aí tem o serviço de inspeção e tem uma federal e outras de estadual (...) e são exigências normais e legais que tem de ser cumpridas (...) então não adianta dizer por que é de pequeno produtor, por que é leite de cabra que é só comprar um pasteurizador que é só pasteurizar o leite (...) não, é complicado numa estrutura dessa (...) e caro pra você idealizar (...) e não é fácil entrar no mercado privado (...) os supermercados, as grandes redes pra comprar do pequeno tabelam os negócios de forma uniforme (...) do mesmo jeito que trabalham com a empresa grande, quer trabalhar com o pequeno você tem de manter um mostruário lá um funcionário seu pra abastecer (...) e divulgar teu produto (...) isso é caro (...) embalagem é muito caro (...) então não adianta você colocar embalagem de um design sem ter um projeto de marketing bem feito pra concorrer com a Lebon, com a Nestlé, com a Parmalat (...) teu produto não vai vender no mercado.

A reunião encerrou suas pautas a partir da organização do cadastro dos caprinocultores associados à CAPRIBOM, marcando os que já tinham atingido a cota semestral de leite para encaminhar ao governo estadual, para inserir novas cotas de produtores. As demandas por tanque de resfriamento advindas das localidades mais distantes da zona rural também foram colocadas. Toninho apontou que os funcionários e técnicos deveriam fazer um levantamento de quantos produtores já tinham atingido a cota de leite na localidade que abastecia o tanque.

Falando sobre as cotas do PAA e da dificuldade em comercializar o leite de cabra no mercado privado, Toni começa a colocar o que ele pensa ser um dos grandes desafios dentro da cooperativa. A linguagem é de uma *luta* coletiva para tentar viabilizar uma cota maior de compra do principal comprador de leite de cabra que é o Programa do Leite:

T- Coloque aí no seu trabalho de mestrado que tem o problema da cota (...). A gente tem batalhado junto ao comitê gestor do MDS contra essa barreira [da cota] (...) é necessário hoje mais do que nunca porque aumentam o preço do leite e não aumenta o limite. Então o limite é dezessete litros por produtor e isso inviabiliza o programa. E pra o leite de cabra fica difícil, pois o único mercado é esse do Governo.

Um detalhe interessante no espaço do escritório da cooperativa era a posição da pilha de documentos e dos funcionários centralizada em Toni, que quase sempre dava a “última palavra” nas decisões da reunião que acabara de encerrar. Essa percepção do

Toni como uma figura central me fez pensar que ele era o presidente, ao fazer as perguntas, descritas no diálogo que segue, quando estávamos falando sobre a transformação da antiga AOCOP em uma cooperativa:

V: Nessa mudança você já era o presidente daqui ou era outro?

T: Na verdade eu nunca fui presidente daqui. (...) Por eu ser um profissional, geralmente eu exerço cargos de gerenciamento e de assistência técnica, de responsabilidade técnica dos estabelecimentos. A diretoria geralmente é composta por produtor e agricultor familiar. Durante esse período nós já tivemos uns seis presidentes. Diretorias que são renovadas aí de quatro em quatro anos, no caso da associação, da cooperativa, é de quatro... podemos renovar um terço, apenas um terço dos dois conselhos administrativo e fiscal (...).

Um dos produtores que estava na reunião era o presidente eleito da CAPRIBOM, Fabiano Sousa. Quando perguntei sobre os desafios de ser presidente da cooperativa, Fabiano anunciou respostas curtas, chamou a atenção para combater o “individualismo do produtor rural” e assinalou que Toninho já tinha falado o bastante. Quando a palavra voltou a Toni ele destacou a “luta” para introduzir na CAPRIBOM uma gestão privada, independente de parcerias públicas, em que se faz necessário um controle de gastos com relação aos impostos altos que um laticínio precisa pagar. Novamente a linguagem da luta e do coletivo é reforçada, dessa vez para defender a “independência” econômica e principalmente política da cooperativa:

V- Tem alguma disputa política dentro da cooperativa?

T- A gente **nunca fez trabalhos políticos** aqui. Tem consciência do que tá fazendo. Tem espaço pra quem vota em A ou B. A gente nunca discutiu sobre isso não (...). Então hoje a **gente luta** para que o negócio seja privado aqui, independente de política (...).

A ênfase na autonomia da CAPRIBOM, especialmente em relação ao “poder público” e sua crítica ao “fazer trabalhos políticos”, pode ser compreendida observando a trajetória histórica de envolvimento do Toni em conflitos travados recentemente no município de Monteiro. O processo de “saída” de Toni do CENDOV para a CAPRIBOM está ligado diretamente ao desenho dos conflitos políticos de Monteiro entre os grupos de Carlos Batinga e João Henrique. A presença de Toni nesses conflitos

pode ser vista tomando por base uma série de notícias veiculadas no site Vitrine do Cariri¹⁴ entre 2006 a 2009.¹⁵

Os conflitos tiveram início entre janeiro e fevereiro de 2006, a partir da repercussão da decisão de quatro vereadores que estavam “rachando” com a base aliada da prefeita Lourdinha Aragão para apoiarem a candidatura de João Henrique para deputado estadual. Assumindo uma posição favorável à Batinga, Toni expôs sua opinião no programa semanal do CENDOV na Rádio Santa Maria para criticar o que considerou uma “traição” dos vereadores:

Na última sexta-feira (30), durante o programa semanal de rádio em Monteiro, o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, teceu duras críticas aos vereadores Inácio Gabriel, Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo. Em sua análise política, Antônio Braga disse que os vereadores não têm como justificar perante a opinião pública monteirense o fato de apoiarem a candidatura de alguém que se constitui hoje no maior adversário político de Carlos Batinga e da prefeita Lourdinha Aragão. (...) No seu pronunciamento, Toninho, como é mais conhecido, havia dito que tinha coordenado as duas campanhas de Carlos Batinga, sendo o grande responsável pelas vitórias, e que os vereadores deveriam ficar envergonhados de visitarem a zona rural dizendo aos seus eleitores que iriam votar em João Henrique. Chegou a dizer que “esses vereadores terão vergonha de se encontrar com seus eleitores, que não admitem esse comportamento. A história de Monteiro não perdoará essa atitude, eles pagarão caro por isso”. (VITRINE DO CARIRI, 2006a)

Já no dia 6 de janeiro, Toni volta a criticar os vereadores no programa da rádio e desta vez trava-se um “bate boca” ao vivo com um dos vereadores que ligou para a rádio:

O Superintendente do CENDOV disse que “como é que os vereadores vão justificar para o povo, votar em quem tanto perseguiu os amigos de Carlos Batinga e que ainda mantém um processo tentando cassar Doutora Lourdinha”. O presidente da Câmara Municipal, vereador Inácio Gabriel, ligou para o programa e, ao vivo, disse que “não conhecia a liderança política de Toni, e que ele só sabia lidar com cachorros e cavalos, era um homem odiado no meio rural, e a prefeita deveria saber escolher melhor os seus auxiliares”. (VITRINE DO CARIRI, 2006b).

¹⁴ Na última década vem se multiplicando um conjunto de blogs feitos por pessoas dos municípios do Cariri. Esses blogs tem sido utilizados, geralmente, como fonte de notícias, mas também como importante meio de visualizar as disputas políticas locais. Sendo os administradores dos blogs pagos por políticos locais para “falar bem ou mal” das gestões municipais. Há um novo cenário de afirmação de lideranças políticas no Cariri através da internet.

¹⁵ As notícias estão na íntegra nos anexos.

Na volta das atividades da câmara municipal, em fevereiro de 2006, os quatro vereadores iniciaram um movimento que ganhou o apelido de “CPI do CENDOV” para investigar irregularidades no CENDOV e abrir um processo contra Toni:

Quatro vereadores do município de Monteiro movem ação contra o Superintendente do CENDOV que deverá responder perante a Justiça por crime de calúnia e por haver infringido a Lei de Imprensa. (...) O clima tenso que vem desde o final de 2005 e início de 2006, quando os vereadores da situação trocaram acusações com o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, auxiliar da prefeita Lourdinha Aragão, através das emissoras de rádio, criou à expectativa de que o assunto volte a ser debatido no plenário da Casa Legislativa monteirense na noite desta quinta-feira. A semana que começou agitada em virtude das declarações dos vereadores que formam o G-4, afirmando que estariam ingressando com várias ações judiciais contra Antônio Braga, esquentou mais ainda com os comentários de que os vereadores, Heleno de Amadeu e Bero de Bertino pretendem fazer algumas cobranças, em forma de críticas, a prefeita Lourdinha Aragão. (VITRINE DO CARIRI, 2006c).

Um dos principais alvos das críticas de Toninho, Inácio Gabriel, presidente da câmara de vereadores, apresentou um requerimento de um voto de repúdio a Toni que é aprovado na câmara de vereadores. “É a primeira vez que um filho de Monteiro recebe um voto de repúdio” afirma o vereador ao site Vitrine do Cariri no dia 3 de março de 2006¹⁶. Nessa disputa, as associações de caprinocultores e de produtores de leite de vaca começam a se mobilizar em apoio a Toni:

Presidentes de Associações defendem Antônio Braga e desmentem vereadores de Monteiro.

Os Presidentes da AOCOP - Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental, Alberto Veiga e o Presidente da ASPROLVAC - Associação dos Produtores de Leite de Vaca de Monteiro, Juliano Marcelo, prestaram solidariedade ao Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, que recebeu votos de repúdio da Câmara de Vereadores de Monteiro. Segundo informações divulgadas pelos presidentes das duas associações, a Câmara de Vereadores de Monteiro equivocou-se quando aprovaram uma manifestação de repúdio contra o veterinário Antônio Braga, principalmente, quando alegam que o superintendente do CENDOV trata mal os agricultores rurais de Monteiro. Alberto Veiga, Presidente da AOCOP, disse que “nunca o CENDOV ofereceu mal atendimento ao produtores rurais e muito menos Toninho, por isso, eles (os vereadores) estão equivocados em terem apresentado este voto de repúdio contra Toninho”. (VITRINE DO CARIRI, 2006d).

¹⁶ Título da notícia: “Buscando a moralidade: Câmara de Vereadores de Monteiro aprova redução do recesso parlamentar de 90 para 60 dias” (VITRINE DO CARIRI, 2006).

Neste mesmo mês de março a prefeita Lourdinha Aragão recebeu um prêmio de 3º lugar no concurso Prefeito Empreendedor do SEBRAE. Após receber a premiação das mãos do superintendente estadual do SEBRAE e aliado político de Carlos Batinga, a prefeita aproveitou para defender Antônio Braga em meio a uma crise política com os vereadores da base aliada:

Disposta a não ceder as pressões, a prefeita Lourdinha Aragão afirmou na manhã desta terça-feira (21) ao Portal Vitrine do Cariri, que desconhece qualquer insatisfação com o seu assessor Antônio Braga, (...) Segundo a prefeita, algumas pessoas vêm promovendo uma campanha de denúncias infundadas contra o Superintendente do CENDOV, na tentativa de forçarem a sua saída do órgão municipal. (VITRINE DO CARIRI, 2006e).

Após um período de relativa “trégua”, os conflitos reiniciaram durante as eleições municipais de 2008 quando Toninho se candidatou a vereador. Na eleição saiu vitoriosa Edna Henrique, esposa do deputado João Henrique, com maioria na câmara municipal de Monteiro. Nas primeiras sessões após as eleições em outubro de 2008, os vereadores que apoiaram a prefeita eleita Edna Henrique partiram para ataques contra o deputado Carlos Batinga e seus “preferidos”, como é citado o nome de Toni. Um dos vereadores ironizou Batinga usando de uma acusação contra Toni de que este estava instalando postes e pedindo votos na zona rural:

A primeira sessão da Câmara Municipal de Monteiro, após as eleições municipais, ocorrida nesta sexta-feira (17), foi marcada por um verdadeiro tiroteio verbal contra o deputado Carlos Batinga (PSB). A sessão teve como ausências, os vereadores Luis Berto, Lucione Negromonte, Adolfo Berto e Cícero Roberto. Mas, entre os presentes, a máxima do dia foram os ataques ao deputado Batinga. O vereador acrescentou que Batinga fez propostas milionárias para acabar com a candidatura de Heleno Amadeu e Raul Formiga, mas mesmo assim não conseguiu eleger seus protegidos políticos, a exemplo de Antônio Braga (PSB) e Adolfo Berto (PMDB). "Acabou com a sua campanha, mas não conseguiu eleger seus candidatos, como Toninho, o menino que trabalha de eletricitista, subindo nos postes, e Adolfo Berto. Enfim, não conseguiu eleger seus preferidos (...) (VITRINE DO CARIRI, 2008).

A partir de 2009, o CENDOV passa a funcionar como secretaria de agricultura e Toni assume um cargo de veterinário na CAPRIBOM. Uma relação de rivalidade entre essas duas instituições começa a ganhar contornos, na medida em que Toni se insere ativamente no grupo de oposição à prefeita Edna Henrique. É falando desse primeiro

ano de gestão de Edna que Toni aponta que pessoas “da prefeita e do CENDOV” tentaram intervir na CAPRIBOM:

T- Quando começou a gestão dessa prefeita atual eles quiseram intervir aqui na CAPRIBOM, saber como era, querendo colocar pessoas aqui. Simplesmente a gente se reuniu e dispensamos. Hoje aqui a gente faz a gestão própria, gerenciada com os recursos da própria produção dos sócios cooperados. É um negócio dos produtores e a gente dispensa até certos subsídios, entre aspas, que geralmente são maldosos e mal intencionados, pra ser cobrado no futuro (...) não tem mais recurso subsidiado (...) ela gere um negócio de forma empreendedora (...) gestão empreendedora (...) onde não existe mais política pública a nível de prefeitura municipal aqui de Monteiro (...) o que viabiliza é a própria produção, a própria produção da comercialização (...).

A partir destes fatos Toni justifica a sua desconfiança com pessoas desconhecidas indo na CAPRIBOM e também reitera a independência da cooperativa em relação à prefeitura. Ele menciona o afastamento da CAPRIBOM, desde 2009, da Feira de Agronegócios, um evento anual promovido pelo CENDOV.

Um indicativo dessa “saída” da CAPRIBOM da Feira de Agronegócios, a partir de dados obtidos na sede do CENDOV, na manhã de 31 de julho de 2013. Como o atual superintendente do CENDOV, que também é secretário de agricultura, Fernando Santos, conhecido como o “vereador ceboleiro”, não estava, quem me cedeu entrevista foi um técnico agropecuário e chefe de gabinete, Martins Almeida. Antes, aguardamos alguns minutos, pois o Sr. Martins estava atendendo alguns agricultores. Neste momento aproveitamos para ver os quadros expostos nas paredes do escritório que mostravam as Feiras Agropecuárias e exposições organizadas pelo CENDOV. Nestes quadros também destacavam-se as instituições parceiras em cada evento, a exemplo do SEBRAE e BNB. Observando as informações dispostas nos quadros com cartazes da Feira notamos dois aspectos interessantes: o primeiro é que havia um quadro escondido atrás de um armário que tinha um recorte de uma revista do SEBRAE de 2001 com uma reportagem sobre as atividades do CENDOV, destacando o nome de Carlos Batinga e de Antônio Braga, e a segunda é que, a partir de 2009, ano que inicia a gestão da prefeita Edna Henrique, a CAPRIBOM (que vinha presente desde quando era associação) deixa de figurar entre os parceiros dos eventos:

QUADRO 2: EVENTOS ORGANIZADOS PELO CENDOV

EVENTO	ANO	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
2ª Exposição de Caprinos e Ovinos	2000	SEBRAE/AMCAP/BNB/CENDOV/AOCOP
3ª Exposição de Caprinos e Ovinos	2001	PACTO NOVO CARIRI/ SEBRAE/AMCAP/BNB/CENDOV/AOCOP
Feira de Agronegócios do Semiárido	2004	PACTO NOVO CARIRI/SEBRAE/ CENDOV/FAEPA/AMCAP/ CENDOV/ AOCOP
II Feira de Agronegócios do Semiárido	2005	PACTO NOVO CARIRI/SEBRAE/ CENDOV/AOCOP/ BNB
III Feira de Agronegócios do Semiárido	2006	PACTO NOVO CARIRI /SEBRAE/ CENDOV/AOCOP/ BNB
IV Feira de Agronegócios do Semiárido	2007	PACTO NOVO CARIRI /SEBRAE/ CENDOV/CAPRIBOM / GOVERNO ESTADUAL/ CIAGRO/ BNB / PDHC
V Feira de Agronegócios do Semiárido	2008	PACTO NOVO CARIRI /SEBRAE/ CENDOV/CAPRIBOM / BNB / PDHC
Monteiro Mostra Raça: Exposição de Caprinos e Ovinos	2008	SEBRAE/AMCAP/BNB/BB/CENDOV/ CAPRIBOM
VI Feira de Agronegócios do Semiárido	2009	PACTO NOVO CARIRI / SEBRAE/ AMCAP/ CENDOV/ PDHC
VII Feira de Agronegócios do Semiárido	2010	SEBRAE/ AMCAP/ CENDOV/ PDHC
VIII Feira de Agronegócios do Semiárido	2011	SEBRAE/ AMCAP/ CENDOV BNB

Fonte: acervo do CENDOV

Na sua entrevista, o Sr. Martins explica que a saída da CAPRIBOM se deu porque a nova gestão da prefeita Edna Henrique reorientou as ações mais para a agricultura do que para a pecuária. Segundo Martins, visar apenas a pecuária era uma forma limitada de agir da “gestão passada”:

M – O CENDOV foi criado no ano 2000 em uma gestão passada (...) mais voltada para as ações de caprinovinocultura.

V- E como era a gestão passada?

M – Gestões passadas, digamos assim (...) eu não quero citar nomes, certo? (...) onde deram início a atividade da caprinocultura e bovinocultura de leite (...) no entanto, nessa gestão atual, a prefeita

(...) não só a prefeita (...) o grupo da prefeita Edna e do deputado João Henrique propondo novas visões e soluções (...) questões de adequação e de melhoramentos (...) uma outra visão foi visto que o foco não era bem esse da pecuária (...) ou melhor (...) não era apenas só esse (...) que o grande carro-chefe do setor primário é a agricultura familiar (...) que é bem mais abrangente que trabalhar com pecuária apenas (...) uma visão limitada (...) aí foi mudado com essa gestão (...) aí nos eventos a gente tem enfatizado pra ser feira pra agricultura, avicultura, outras atividades pra não ficar só na caprinovinocultura (...) aí pega um leque maior de atividades (...) e isso aumentou o número das pessoas nos eventos (...).

Dessa forma, fica perceptível que o embate político entre o CENDOV e a CAPRIBOM, “grupo de João Henrique contra grupo de Batinga”; fica transposto em um aparente discurso de defesa da agricultura contra o discurso de defesa da pecuária. Como as ações ligadas a caprinocultura tem uma forte ligação com a constituição política do grupo de Carlos Batinga, a “nova gestão” do CENDOV adota uma retórica de enfatizar mais esforços em atividades agrícolas.

Outro conflito mais recente que também traduz a polarização das forças políticas no município de Monteiro está relacionado ao início das atividades de um abatedouro de caprinos e ovinos, que foi construído em terreno localizado por trás da CAPRIBOM. O abatedouro foi viabilizado através de uma parceria com o Projeto Dom Helder Câmara, o projeto COOPERAR, SEBRAE e o CENDOV e com recursos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), governo estadual da Paraíba e no consórcio da CIAGRO, uma parceria entre prefeituras municipais, a qual possibilita a captação de recursos para as atividades agropecuárias. O CMDRS é responsável por colocar em pauta junto às associações de trabalhadores rurais como seria o regulamento de uso do abatedouro. Mesmo com as obras concluídas, o abatedouro ainda não começou a funcionar e está sendo objeto de uma série de disputas e “bate bocas” nas reuniões do CMDRS do município de Monteiro. O presidente do CMDRS, em 2009, Hildeberto Júnior destaca que após a prefeita Edna Henrique assumir a presidência do CIAGRO, Toni da Capribom se utilizou de uma manobra política para ter maioria nas decisões do conselho, dado que pode ser constatado em uma das reuniões que tinha como ponto de pauta o início das atividades do abatedouro:

HJ - O CMDRS é o órgão de maior representação das associações rurais, composto de 12 presidentes de associações escolhidos democraticamente pelas 62 associações rurais existentes no município, membros do poder executivo, legislativo, Secretaria de Serviços

Rurais, Emater e outros (...) e nós soubemos dessa reunião no mês de outubro [de 2009] que estava marcada há mais de 15 dias através do boca a boca, na feira ou na fila do banco e de última hora? Isso demonstra a sua total incompetência, (...) Toninho, além de não representar nenhuma entidade rural lá no Conselho (...) tentou fazer uma manobra política, ao reunir presidentes de associações que fazem parte do seu grupo político para eleger o conselho municipal (...).

Outra questão foi à denúncia feita pelo assessor de imprensa da prefeitura de Monteiro, Sérgio Filho, em 2011, de que Toni estaria utilizando uma caldeira do abatedouro na usina da CAPRIBOM. Sérgio utiliza do espaço do seu blog para ironizar da seguinte forma:

Deu trabalho para Antônio Braga devolver os pertences do Ciagro após a formação de um novo consórcio, agora presidido pela prefeita Edna Henrique. Foi preciso um promotor de Justiça ir pessoalmente recolher os pertences administrados pelo ex-superintendente do Cendov. Entre os pertences existiam desde caminhão baú a aparelho telefônico... (CARIRI LIGADO, 2011).

Toni alega que o problema maior que ainda impede o início do funcionamento do abatedouro é o fato da prefeita Edna “pensar” que, por ser presidente do CIAGRO, ela é dona do espaço. Toni afirma que vai continuar contra essas posturas, as quais diz serem “típicas” do pessoal que trabalha junto com Edna e João Henrique.

POLITICAGEM, DESENVOLVIMENTO E ASSOCIATIVISMO

A reconstrução sociológica dos conflitos políticos que atravessam a CAPRIBOM e o CENDOV nos permite identificar os mecanismos e nuances da politicagem dentro de um cenário polarizado, entre os grupos políticos representados pelos deputados Batinga e João Henrique. O fator “politiqueiro” pode ser levantado, por exemplo, ao interpretarmos as falas de Toni quando ele nega “fazer trabalhos políticos” na CAPRIBOM, acusando que há uma forma “suja de fazer” política típica do grupo do deputado João Henrique. Temos uma classificação social negativa da política que é utilizada para “atacar” um grupo político rival, ao mesmo tempo em que, o líder da CAPRIBOM investe em uma estratégia de negar sua participação em disputas políticas, colocando a cooperativa como independente da “política” local. A reconstrução dos conflitos feitas neste capítulo mostra que a própria “dissimulação” do líder da

CAPRIBOM é uma estratégia diante dos processos de mediação que envolve uma lógica de processos políticos, os quais desencadeiam um conjunto de “punições” para a cooperativa, como é o caso da exclusão nos eventos organizados pelo CENDOV. As movimentações de Toni em relação aos associados da CAPRIBOM e com as elites políticas que apóia e faz oposição podem ser traduzidas dentro de certa economia “moral” da politicagem, que faz com que os agentes sociais mobilizem termos de “gestão empresarial” e “eficiência técnica” dentro de uma visão da “luta” para que a cooperativa seja vista como uma entidade “independente” de processos políticos locais. Nesse sentido a politicagem é sintonizada com o trabalho simbólico que cerca a imagem “técnica” da elite política do deputado Batinga, o que é direcionado como estratégia de disputa contra uma outra elite política concorrente no cenário político monteirense. Esse caso de Monteiro serve para pensar como a politicagem pode estar entrelaçada com visões e representações sociais, articuladas as inovações advindas de um modelo de desenvolvimento e políticas públicas de incentivo a caprinocultura que é posto em prática a partir do fim da década de 1990. Temos um indicativo de como práticas “politiqueiras” acompanham a ascensão do discurso de desenvolvimento e associativismo propagado por instituições como o CENDOV e a CAPRIBOM, fazendo com que seja produzida uma “rivalidade” entre estas, na medida em que o cenário político de Monteiro fica posicionado entre os adeptos dos deputados Carlos Batinga e João Henrique, representantes de uma “safra desfamiliarizada” de políticos em Monteiro.

Os conflitos políticos que envolvem a associação de caprinocultores de São Sebastião do Umbuzeiro, que serão analisados no próximo capítulo, trazem similaridades com o caso da CAPRIBOM em Monteiro. Pois neles percebe-se que há também um *modus operandi*, que visualiza “ganhos ou punições” para a associação, a partir do trabalho de oposição ou apoio de seus líderes no contexto de disputas políticas do município. Contudo, o caso da associação Vila do Caroá de São Sebastião do Umbuzeiro traz para o debate desta dissertação a dimensão do parentesco como elemento que está entrelaçado à lógica da politicagem e dos engajamentos de líderes de associações com elites políticas locais.

BOX 3 – A “USINA DE QUINTANS” EM SUMÉ

Diferente das outras usinas, a UBL de Sumé, cidade próxima a Monteiro, não é gerida diretamente pela Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS). Ela é gerida pela Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (AGUBEL), que iniciou suas atividades em 2004 e é formada por funcionários e técnicos da usina.

A sede da AGUBEL está na zona rural de Sumé, dentro da Fazenda Agreste, propriedade particular do deputado estadual Francisco de Assis Quintans. Em 2003, quando era secretário estadual de agricultura e pesca, o Sr. Quintans cedeu - em acordo de comodato - parte da área de sua propriedade para que a usina fosse instalada.

Por sua vez, a ACCS tem ações mais direcionadas à produção e compra de ração para os animais, o que está relacionado a um endividamento recente que a entidade obteve. O atual presidente Sr. Lúcio reclama que recebeu da gestão anterior uma série de dívidas e também da inadimplência no pagamento da taxa mensal dos associados. Esta associação de criadores se liga politicamente ao nome do Deputado Quintans, através do antigo presidente, o zootecnista Wallace Silva que também participou de todo o processo de implementação da usina. Junto com Toni da CAPRIBOM em Monteiro, Wallace foi um dos fundadores do CENDOV e já atuava desde a década de 1990 na área de assistência técnica para pecuária caprina. Visto por algumas pessoas em Sumé como um importante “cabo eleitoral” de Quintans, Wallace hoje trabalha a frente do escritório municipal da EMATER: instituição responsável por emitir a DAP, ou seja, o cadastro para que o agricultor familiar esteja apto a se inserir no Programa do Leite.



Fotos 8 e 9: Instalações da AGUBEL vizinhas a casa da Fazenda Agreste

Perante problemas de endividamento na ACCS e o processo que fez com que a usina fosse gerida separadamente a um grupo gestor, a figura do deputado Quintans tem sido vista como unificadora de tensões. Todas essas ligações de Quintans com a usina nos fornecem evidências de como a lógica de politicagem circunda o grupo político do deputado em Sumé, fazendo com que este tenha acesso as formas de controle - desde o cadastro dos produtores, passando por pessoas de confiança sendo funcionários da usina - garantindo certa influência política através da produção leiteira local.

CAPÍTULO 3: A ASSOCIAÇÃO “VILA DO CAROÁ” E AS FAMÍLIAS NEVES E FERNANDES EM SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

Diferente da situação vivenciada no município de Monteiro em que há uma relativa diminuição do protagonismo das famílias de “tradição política”, o atual cenário político de São Sebastião do Umbuzeiro é caracterizado por uma polarização de grupos representados pelas famílias Neves e Fernandes. O desenho destas disputas foi sendo firmado por rupturas políticas de membros dessas duas famílias, visando à eleição municipal de 2008, quando o atual prefeito Francisco Alípio Neves (conhecido como Chico Neves ou Chicolá) venceu o candidato Alexandre Fernandes.

A trajetória política de Chico Neves até alcançar o cargo de prefeito possibilita visualizar dois aspectos. Há, primeiro, um investimento feito no universo político por alguém de uma geração mais jovem de um grupo familiar reconhecido mais por relações históricas que mantém com a igreja do que com as tramas da “política” propriamente ditas. E o segundo aspecto está relacionado ao modo como se processou tal investimento, a partir de uma ruptura de alianças políticas com a família Fernandes.

As alterações em torno do vínculo político Neves-Fernandes estão diretamente ligadas a conflitos na associação de caprinocultores do município, a Vila do Caroá, a partir da relação dos caprinocultores associados com o primeiro e segundo presidente da associação, respectivamente, Júnior Neves, que segue o seu irmão Chico Neves na ruptura política e com o segundo presidente, José Vieira, identificado com o grupo político dos Fernandes.

AS ALIANÇAS E RUPTURAS ENTRE A “NOBREZA CATÓLICA” E “OS FILHOS DA FAZENDA CAPITÃO MOR”:

Os relatos registrados no livro *Na Sombra do Umbuzeiro*, do Pe. João Jorge Rietveld (1999), que foi pároco da cidade durante 10 anos, revelam que, desde a metade do século XIX, a família Neves já estava estabelecida na área onde fica o município de São Sebastião do Umbuzeiro. Com o novo regime de propriedades estabelecido na Lei de Terras de 1850, um capitão chamado Mariano José das Neves, neto de portugueses, veio da fazenda Ipoeiras (atualmente na área do município de Camalaú- PB) para comprar terras e estabelecer um grupo, junto ao seu irmão Zeferino, nas proximidades da nascente do rio Paraíba e da área onde hoje fica o município de São Sebastião do Umbuzeiro. Após sobreviver a uma epidemia de cólera, Mariano das Neves fez uma

promessa para doar terras à Igreja Católica e iniciar a construção de uma capela para São Sebastião. Nesse ponto, Rietveld (1999) reitera que essa capela marca o início de uma relação de proximidade da família Neves com a igreja no município: “Mariano José das Neves foi um fundador que não só deixou uma igreja de tijolos, deixou também a sua família para zelar esta igreja, até os dias de hoje (RIETVELD, 1999, p.89).

A partir da defesa da narrativa de “fundação” do capitão Mariano das Neves é que a família Neves constrói uma auto-imagem, em relação as outras famílias, de “nobreza católica”. Essa imagem é tecida através das estratégias de casamentos entre primos, aliada a um vínculo histórico de pessoas da família Neves com os diferentes grupos encarregados das atividades da Igreja, a saber: os grupos de oração, associações de Vicentinos, Apostolados, as antigas “Uniãos Catholicas”, secretarias da paróquia e comissões de organização da festa do padroeiro de São Sebastião (MENESES, GOMES, 2013).

As narrativas que remontam a construção da igreja de São Sebastião também incluem histórias sobre a rivalidade entre o capitão Mariano José das Neves e o capitão João José da Silva, proprietário da Fazenda Santa Clara. João José veio “fugido” de crimes na fazenda Mochila na região onde hoje fica a cidade de Garanhuns em Pernambuco. Segundo Rietveld (1999, p. 82), João José, poucos anos após a chegada, construiu uma capela para Santa Clara a pedido de dois monges capuchinhos que se hospedaram na casa da fazenda. Estes ficaram horrorizados ao ver que o capitão João José estava casado com duas irmãs e pediu para que a capela fosse construída para redimi-lo do pecado.

A partir da chegada de pessoas da família Neves à região em 1850, iniciam-se conflitos entre o capitão Mariano das Neves e o capitão João José. A rivalidade que já vinha sendo intensa pelas acusações mútuas de “ladrão de bode”, brigas nos limites das terras e até duelo de espadas, ficou acirrada quando o capitão Silva se negou a ajudar na construção da capela de São Sebastião do capitão Neves (RIETVELD, 1999). Contudo, escritores da família Fernandes, que descende de um dos vários casamentos de João José, contestam a versão do livro de Rietveld (1999) acerca das motivações que levaram a construção da igreja por parte do Capitão Neves. Esses livros de memórias dos Fernandes colocam que a construção da igreja de São Sebastião não foi uma promessa para o santo por parte do capitão Mariano das Neves, sendo, na verdade “uma represália à igreja de Santa Clara”. (BATISTA FERNANDES Et al. 2005, p. 71).

Apesar dessa rivalidade entre os “capitães fundadores e suas igrejas” no século XIX, é possível supor que o antagonismo mais de caráter político entre as famílias Neves e Fernandes tem uma origem bem mais recente. A reinterpretação das narrativas de fundação de São Sebastião do Umbuzeiro por parte de escritores ligados a essas duas famílias serve apenas como uma estratégia a mais de legitimação do “racha” político que quebrou a aliança, estabelecida ainda na década de 1980. Essa aliança foi traçada na fundação do diretório local do partido MDB que uniu Metódio Pereira Neves, vereador e presidente dos Vicentinos, e o líder político Malaquias Batista Feitosa conhecido como “coronel Malaquias”. Os filhos destas duas lideranças são os principais adversários no atual cenário político de São Sebastião do Umbuzeiro – Chico Neves e a ex-prefeita Fátima Fernandes.

Assim como boa parte dos membros mais “velhos” da geração da família Neves. Metódio Pereira Neves nasceu nas terras do Sítio São Francisco e seguiu duas “tradições” da família: casou-se com uma prima que também morava no mesmo sítio – Maria José das Neves – e foi participante ativo de grupos da igreja, como a “União Catholica” e os Vicentinos, além de ser um dos noiteiros: patrocinadores da festa do padroeiro São Sebastião, realizada no mês de janeiro. Metódio Pereira Neves teve o diferencial de ser um dos primeiros membros da família Neves a firma-se não apenas como um líder religioso, mas também como liderança política. Outro aspecto que diferenciou Metódio na família Neves foi o investimento na educação dos filhos. Na década de 1960, após a emancipação política de São Sebastião do Umbuzeiro, novas escolas foram criadas na cidade e os “meninos de Metódio” passaram parte da infância e adolescência divididos entre atividades agrícolas, a convivência com os tios e primos no sítio São Francisco e as atividades escolares da cidade. No final da década de 1980 e início da década de 1990, o filho mais velho de Metódio, Chico Neves, ingressa no curso de jornalismo e “lidera” uma geração de irmãos e primos que saíram de São Sebastião do Umbuzeiro “para estudar fora”, seja para prestar vestibular para a Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente em João Pessoa, ou para ingressar na Escola Federal Agrotécnica de Belo Jardim em Pernambuco. Fazem parte dessa geração, além do atual prefeito, alguns funcionários do escritório local da Emater e do setor de contabilidade da prefeitura e o primeiro presidente da associação municipal de caprinocultores, Vila do Caroá, o Sr. Júnior Pereira Neves, formado em economia pela UFPB.

O engajamento político mais intenso da geração de Chico Neves tem incomodado pessoas mais “velhas” da família Neves. Estes reclamam que a geração mais nova tem se dedicado intensamente a política e se afastado cada vez mais da participação nos eventos e grupos de oração da igreja católica, que tinham seus pais e avós reconhecidos como principais líderes e mobilizadores. A geração dos “novos Neves”, que acessou novos espaços educacionais, é negativamente avaliada pelos “velhos Neves”, como pode ser visto na fala da Sra. Leila Neves:

L.N: Os netos da turma da minha época não tem mais na cabeça a nobreza e o orgulho de sangue (...). Por mais que a gente não queira, fica uma coisa impregnada. Quando diz “Neves” parece que é outra coisa (...). Eu sei que não é verdade e que somos iguais a todo mundo (...) Mas é um registro dentro da minha memória que não consigo apagar. Quando se trata de Umbuzeiro e uma pessoa diz “eu sou Neves” isso soa diferente aos meus ouvidos.

Diferente da família Neves, que possui um investimento recente na política, a família Fernandes tem uma história mais antiga de envolvimento em processos políticos na região do Cariri. Malaquias Batista Feitosa tinha descendência materna na família Feitosa ligada ao Cel. Nilo Feitosa, que no início do século XX foi prefeito de Monteiro, e possuía fazendas com produção algodoeira na área do município de São Sebastião do Umbuzeiro. Ainda jovem, Malaquias esteve envolvido em uma trama na década de 1940 nas proximidades da sua fazenda Capitão-Mor: uma “questão” que envolveu primos da família Feitosa em disputas motivadas por cabeças de gado e de honra, culminando em um assassinato (BATISTA FERNANDES ET AL, 2005). Essa “questão” dividiu politicamente a família Feitosa, colocando primos, irmãos e netos em lados opostos na disputa política. Ao final da década de 1970, a divisão “entre Feitosas” influenciou a opção de Malaquias Batista pelo MDB, se colocando contra os “outros” Feitosas, como o deputado estadual e médico Dr. João Feitosa, ligado ao partido da ARENA. A aversão dos Feitosa, ligados ao MDB, aos Feitosa, ligados à ARENA, era tanta que os filhos de Malaquias escreveram, em um livro de homenagens póstumas, que além de não passar para a prole o sobrenome, o pai deles comemorou uma situação que teve de fazer transfusão como uma chance de “limpar” o sangue Feitosa das veias (BATISTA FERNANDES ET AL, 2005, p. 52).

O “Coronel Malaquias” casou com Sebastiana Fernandes (Dona Sinhá) no dia 25 de novembro de 1933. A partir deste casamento nasceram os filhos que formaram uma

geração que foi estudar fora e que fizeram o “orgulho da Fazenda Capitão-Mor” (BATISTA FERNANDES ET AL, 2005.p.45). Os oito filhos de Malaquias e Sinhá estudaram em João Pessoa na UFPB, seguindo cursos diferentes como direito, jornalismo e enfermagem. Entre esses filhos “formados” estão o empresário ligado a emissoras de TV e Rádio na Paraíba, José Fernandes, que já ocupou cargos de secretarias nos governos estaduais de José Maranhão (1998-2002), a advogada Fátima Fernandes que foi prefeita de São Sebastião do Umbuzeiro entre 1996-2000 e 2000-2004 e do seu sobrinho Alexandre Fernandes, prefeito de 2004-2008.

É através da ruptura daquela aliança política firmada entre Malaquias Batista e Metódio Neves, que foram tecidos os atuais embates políticos e familiares em São Sebastião do Umbuzeiro. Tal ruptura foi feita pelos descendentes desses dois fundadores do MDB na cidade. Sendo vereador eleito em 2000 na mesma base partidária de Fátima e Alexandre Fernandes, Chico Neves iniciou um racha¹⁷ político, fato que se materializou nas disputas internas que foram travadas pela presidência da câmara municipal de vereadores em 2005. Saindo do PMDB, Chico Neves se filiou ao DEM e lançou sua candidatura para prefeito nas eleições de 2008 contra Alexandre Fernandes. Com a vitória de Chicolá, os seus irmãos – que ocupavam cargos nas secretarias durante as gestões ligadas a família Fernandes – ficaram em um impasse entre permanecer junto aos Fernandes ou apoiar o irmão no seu projeto político. Uma situação exemplar das reverberações de uma nova relação política, não mais de aliança, entre Neves e Fernandes, são os conflitos travados dentro da associação de caprinocultores de São Sebastião do Umbuzeiro. É nesse ponto que as narrativas a seguir nos colocam numa situação exemplar de como o parentesco, entrelaçados a uma lógica política classificada socialmente como “suja”, delimita conflitos dentro da Vila do Caróá.

O BODE EXPIATÓRIO: “PEDINDO VOTO E FAZENDO POLITICAGEM DENTRO DA ASSOCIAÇÃO”

A Associação dos Produtores das Comunidades Capitão-mor, Salgado, Salão, União, Poço Entupido, Boa sorte e Dois Riachos foi fundada em 1997. O nome de

¹⁷ Outro fator que influenciou esse “racha” foi o casamento de Chico Neves com a filha de Adalberto José de Freitas, que foi vice-prefeito de 1989-1992, e esteve ligado as gestões dos “Feitosos” que eram oposição a Malaquias Batista.

“Vila do Caroá”, dado tanto a associação como ao a usina de beneficiamento, é uma homenagem as antigas fábricas de Caroá que funcionaram entre as décadas de 1940-1960 em São Sebastião do Umbuzeiro.

Segundo o primeiro presidente Júnior Neves, a Vila do Caroá foi inicialmente pensada como uma associação voltada para os projetos de eletrificação rural e não para a caprinocultura leiteira. Júnior Neves, que trabalhava em 1997 no escritório local da Emater, foi indicado pela prefeita Fátima Fernandes para organizar os trâmites jurídicos para a fundação da associação. Nessa fase inicial houve conflitos com uma associação de caprinocultores que já existia no município, a ACOMSSU, fundada em 1996, no momento em que o governo estadual lançava os primeiros planos para as ações com programas de compra de leite de cabra voltados para pequenos produtores rurais. A ACOMSSU já possuía algumas estruturas de armazenamento de leite. Júnior Neves afirma que como a ACOMSSU era constituída por representantes e sócios ligados à família Feitosa, que na época rivalizava com o grupo da prefeita Fátima Fernandes, a Vila do Caroá esteve submetida a disputas políticas desde o processo de sua fundação. A disputa ocorreu quando a prefeitura indicou que iria direcionar a associação Vila do Caroá e não da ACOMSSU para captar os recursos de um projeto do BNB e também na construção da usina de beneficiamento de leite. Esse embate foi resolvido, através de José Fernandes, irmão da prefeita Fátima, que na época (1998) era secretário de indústria e comércio do governo de José Maranhão. Falando desse processo de disputas, Júnior Neves fez uma avaliação do associativismo no Cariri e explica como foi a fundação da Vila do Caroá:

J.N – Olha (...) assim a questão do associativismo no Cariri não deslança ainda (...) em virtude da interferência política (...) **da política eu digo não é da política sadia (...) é da politicagem (...)**. Desde a fundação aqui [na Vila do Caroá] já teve questões políticas (...) houve uma política de desenvolvimento do Banco do Nordeste (...) (...) aí esse financiamento do Banco do Nordeste foi direcionado para o financiamento das associações e principalmente na questão da atividade da caprinocultura (...) que descobriu-se que em virtude dos períodos de estiagem (...) a atividade que mais era propícia aqui pra o Cariri era a caprinocultura (...) e o banco direcionava recursos para a caprinocultura (...) mas a outra associação lá (...) não deram andamento lá (...) aí a gente transferiu pra essa nossa associação (...).

V- Qual era a outra associação?

JN- A sigla dela era ACOMSSU, era Associação dos Caprinocultores do Município de São Sebastião do Umbuzeiro (...) houve até uma briga política por causa disso (...).

V- O Sr. poderia falar melhor dessa briga política?

JN - Porque assim o prédio da miniusina tava já construído (...) só que por questão interna da associação lá não ia funcionar (...). O Programa do Leite ia começar e Umbuzeiro ia ficar fora, nós entramos em contato com José Fernandes (...) que era daqui (...) que era irmão da atual prefeita e era o secretário de indústria e comércio do estado da Paraíba (...) entramos em contato com ele e relatamos o fato que o programa ia começar e Umbuzeiro ia ficar de fora (...) aí ele disse não tem como a gente funcionar com essa associação, vou transferir os equipamentos para outro canto (...) aí ele mandou um ofício para que a prefeitura recolhesse os equipamentos lá e colocasse em outro local (...) e colocaram em outro local que é onde tá lá (...) só que lá não tinha nada (...) só tinha um galpão (...) eles chamavam o Centro Comunitário (...) que tinha uns galpões lá (...) e mais era só o vão (...) aí nós fomos a uma reunião em João Pessoa lá na FAC e eles deram um prazo pra gente (...) aí tivemos de colocar a associação Vila do Caroá, reunimos os sócios (...) meio as pressas e a prefeitura começou a construir o prédio (...).

Uma questão polêmica na transferência dos equipamentos a qual o informante se refere está relacionada à mudança dos equipamentos da sede da ACOMSSU para a Vila do Caroá, quando surgiram acusações de roubo. O presidente da ACOMSSU¹⁸, na época, Márcio Costa, chegou a registrar um boletim de ocorrência na delegacia do município. Júnior Neves alega que essas denúncias foram de “caráter político” e tudo ocorreu dentro da legalidade: as máquinas foram transferidas para um galpão localizado em um terreno, cedido pela prefeitura, que fazia parte de uma antiga creche do município, e que também foi o espaço escolhido para as obras de construção da usina de leite de cabra. Segundo Júnior, a necessidade de rapidez nas obras para se adequar aos prazos estabelecidos pelo governo estadual provocou problemas na instalação das máquinas e também no processo de beneficiamento do leite. Isso tudo foi complicado para a usina Vila do Caroá e dificultou para que ela entrasse no enquadramento exigido quanto ao controle da qualidade do leite para o PAA a partir de 2003.

¹⁸ Atualmente a ACOMSSU, apesar de estar juridicamente ativa, não tem mais reuniões regulares e o prédio onde ela funcionava serve apenas para colocar um tanque de resfriamento que os produtores colocam leite de vaca.



Foto 10: entrada do escritório da Vila do Caróá

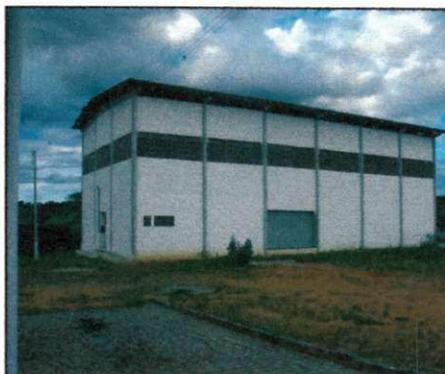


Foto 11: Espaço da usina (antigas instalações de uma creche municipal)



Fotos 12 e 13: instalações da ACOMSSU, onde fica atualmente apenas um tanque de resfriamento

Falando dessa época de dificuldades na manutenção das máquinas na usina, Júnior Neves cita a importância de José Vieira para a Vila do Caróá. José é natural de Paulo Afonso, Bahia e trabalhava “fazendo bicos” na manutenção de eletrodomésticos e em oficinas mecânicas de São Sebastião do Umbuzeiro. Júnior ficou com a parte gerencial da associação, lidando diretamente com os associados, enquanto José Vieira foi contratado para trabalhar na manutenção dos aparelhos da usina.

Em 2006, em decorrência da aprovação em um concurso público para a agência do BNB na cidade de Sumé, Júnior Neves teve que abdicar do cargo de presidente da associação e convocou novas eleições, estruturando uma chapa única, encabeçada por José Vieira como presidente que, segundo Júnior, já era um “homem de confiança” pelos serviços prestados à usina. No mesmo ano de 2006, o então vereador Chico Neves, acentua a disputa para a presidência na câmara municipal com o vereador Alexandre Fernandes, o que terá como consequência sua ruptura com a família Fernandes, seguida da candidatura a prefeito nas eleições de 2008. Júnior Neves narra

as dificuldades em manter as alianças políticas e as relações de parentesco nesse jogo que envolve negociações e rupturas políticas:

JN- Chico [Neves] foi vereador (...) quando ele foi a primeira vez [2000] ele foi com Fátima Fernandes (...) que era prefeita (...) aí veio o segundo mandato e ele ainda foi eleito pelo partido de Fátima Fernandes. Quando foi na eleição da câmara de vereadores, aí Chico já disputou a presidência com o sobrinho de Fátima, aí a partir daí foi que começou o atrito (...) meu pai e Chico saíram da base lá (...) enquanto que eu e outro irmão ficamos (...) a gente trabalhava na prefeitura (...). Marcos que era o tesoureiro de Fátima (...) pra você ver como é complicado o negócio (...) Chico saiu (...) os outros dois irmãos que moravam fora também saíram (...) e eu e meu outro irmão que trabalhava na prefeitura, que era tesoureiro, ficamos com os Fernandes.

A relação de parentesco é utilizada como justificativa por parte de Júnior Neves ao “sair” do grupo que tinha como candidato Alexandre Fernandes e passar a apoiar o seu irmão nas eleições de 2008, sendo este último vitorioso no pleito:

V- Como foi a sua saída do grupo dos Fernandes?

JN- Aí veio a eleição pra prefeito [2008] (...) Chico lançou candidatura contra os Fernandes (...) como o candidato era Chico aí nós chegamos pra Alexandre [Fernandes] e falamos (...) olha Alexandre a gente não tem nada contra você, mas pelo fato dele ser nosso irmão (...) nós vamos apoiar Chico (...) aí nós rachamos também (...).

A saída de Júnior Neves do grupo dos Fernandes potencializou conflitos com o seu “homem de confiança” na associação Vila do Carová. Júnior reclama que Vieira além de não apoiar Chico Neves, pediu voto aos sócios e “fez política” para os Fernandes, dentro da associação, principalmente na eleição de 2012:

JN- Aí veio novamente a questão política para a associação (...) já começou na primeira eleição de Chico (...) Vieira não quis vim pro lado de Chico e ficou do lado dos Fernandes (...) só que quem ganhou a eleição foi Chico (...) e infelizmente não há como a associação usina (...) ou qualquer coisa (...) funcionar em um município como esse (...) sem ter o apoio do poder municipal (...) não tem como (...) é tanto que a usina funciona em um prédio municipal (...) a água é a prefeitura que concede (...) uma parte dos funcionários é paga pela prefeitura (...) a energia elétrica é paga pela prefeitura (...) quando eu era a presidência da associação (...) eu nunca falava de política (...) dizia: “olha vamos tentar não falar em política aqui dentro da associação (...) vamos tratar todo mundo por igual” (...) e a reclamação que eu recebi depois que sai é que Vieira fez muita política dentro (...) pedindo voto e ameaçando os funcionários.

Em uma entrevista, José Vieira expõe o seu ponto de vista argumentando que ele acabou sendo prejudicado por Júnior Neves nesse processo de mudança de “lados”. Vieira coloca que até 2008 ele e Júnior faziam uma parceria muito boa para a associação, pois, cada um cuidava da parte que entendia melhor dentro da associação e dos equipamentos da usina. Vieira afirma que até chegou a brincar com a esposa de Júnior que “era um casamento perfeito”. Contudo, na mudança de gestão na prefeitura, Vieira justifica que apesar de não “viver politicando” acabou sendo alvo de muitos ataques:

JV - (...) Aí hoje inverteu a posição (...). Júnior já faz parte do governo de (...) de Chico. Algumas pessoas ligadas ao governo de Chico já não querem que eu faça parte disso aqui [a associação] pelo fato de eu já ter trabalhado no passado pelo outro partido (...). E que por coincidência eu acho engraçado. (...) Quando o próprio Júnior saiu, largou os Fernandes, pra fazer parte da equipe do governo

V - Não teve nenhum atrito com essa mudança aqui dentro da associação?

JV- Porque aconteceu o seguinte. Ele [Júnior] é muito inteligente (...). Ele fez o seguinte. Eu acho que talvez tenha sido a decisão que ele tomou pra me preservar, preservar ele e a Associação (...). Porém, no frígir dos ovos eu acho que quem ficou com o prejuízo fui eu. (...) Porque? Eu fazia parte do mesmo grupo político que ele. Não que eu vivesse em mei de rua politicando. Mas que, vamos dizer assim, a gente trabalhava na mesma linha, né? Tava ligado. Só que quando ele apoiou... Foi apoiar o irmão, ele foi e eu disse “eu vou também”. Aí ele disse “não, você fica”. Aí ele disse “eu não sei se meu irmão ganha a campanha, certo?” Eu fui escolhido pra ficar aqui [na associação]. Eu não fui escolhido pra ter a opção (...).

No fim da entrevista, quase como um desabafo, Vieira diz que acabou como o “bode expiatório” da associação dentro da política local da cidade:

JV - E hoje quando se fala em política dentro do município que a gente mora eu não sou benquisto, pela equipe que atua na prefeitura. Eu só não sei lhe dizer com toda sinceridade o motivo (...). Porque eu nunca joguei uma pedrada em nenhum deles (...)Então o que é que aconteceu? O irmão de Júnior ganhou e a partir de então desde o primeiro dia de mandato de Chico (...) eu só tenho levado burduada de um e de outro (...) já que a gente fala de cabra aqui (...) acabei sendo o bode expiatório (...) até hoje querem me tirar daqui pra poder botar uma pessoa que seja deles (...) e a associação se prejudica com isso (...) como na questão do maquinário para forragens (...).

Vieira acusa a prefeitura de ter “escondido” um maquinário, obtido com recursos do PAC do governo federal em 2011 e que serviria para um melhor processamento de ração e forragem para fornecer aos próprios produtores da usina. Segundo Vieira, isso

foi estratégia para colocar as máquinas para funcionar apenas quando estivesse próximo ao período eleitoral, as eleições de 2012.

Outro elemento de disputa entre Júnior Neves e José Vieira é a relação deles com os caprinocultores associados à Vila do Caroá. Júnior coloca que Vieira deveria entregar o cargo, já que os sócios não estão satisfeitos com o trabalho dele e que nem o prefeito Chico Neves poderia intervir na situação:

JN: Recentemente (...) os sócios vieram pra mim pra fazer uma reunião e colocar Vieira pra fora (...) aí eu digo (...) não é assim que funciona (...) vocês que são sócios é que tem que fazer uma reunião e dizer que não querem ele (...) tem que seguir os estatutos (...) aí ficou naquele impasse (...) nem ele entregou (...) eu cheguei pra Zé Vieira e disse pra entregar (...) você tá numa associação sem ter aceitação dos sócios (...) de que adianta (...) não adianta (...) mas ele nem entregou (...) nem Chico pode dar o apoio que queria (...) porque você sabe que cidade pequena chega muita pressão (...) e principalmente agora nesse segundo mandato (...) porque no primeiro mandato (...) aí o pessoal dizia (...) não Vieira ficou com os Fernandes (...) porque o prefeito era dos Fernandes dava todo apoio a ele (...) mas no segundo mandato de Chico ele já era pra estar na situação (...) então não fazia mais sentido ele fazer política de novo pela oposição.

Nesta entrevista aconteceu uma situação interessante. A conversa com Júnior Neves teve que ser interrompida, pois a esposa de um caprinocultor havia chegado a sua casa para tirar dúvidas sobre como ela e o marido poderiam se cadastrar no Programa do Leite e passar a entregar o leite “da criação” deles na usina. Durante a entrevista Júnior aproveitou a situação da agricultora que havia ido a sua procura para mostrar sua popularidade e liderança, como “até em dias santos e feriados” recebia pessoas em sua casa para tratar de problemas da associação, mesmo ele não sendo mais o presidente. Júnior ressaltou que as pessoas vêm até ele pela falta de confiança dos caprinocultores em Vieira.

É interessante perceber também como os caprinocultores associados vinculam a figura de Vieira a uma série de atrasos no pagamento do Programa do Leite. Na visão do Sr. Naldo Chaves, um dos caprinocultores entrevistados, Vieira não soube organizar a associação quando houve atraso nos pagamentos em agosto de 2012:

NC- Eu quase que deixo de criar cabras de leite (...) algumas dividas que vinha adquirindo com a ração dos animais e também há os atrasos do Programa do Leite no pagamento. E o menino que tá hoje na associação não sabe levar bem a coisa (...) quando era o irmão do prefeito presidente, era mais organizado as coisas por lá.

Por sua vez, Vieira argumentou que a pressão que recebeu da associação quando houve o tal atraso no pagamento foi algo comum, e fez parte da “luta” dos presidentes das outras associações de caprinocultores do Cariri:

V- Como foi essa época do atraso aqui na associação?

JV- Aí os produtores não receberam uns meses (...). Porque na verdade o pagador do... Do produtor é o Estado (...). Mas o resultado pra mim foi um bocado de nome de ladrão (...). Daí eles diziam nas reuniões “Tô preocupado com a Associação não, eu quero que a Associação se preocupe comigo”. E eu fique sossegado um pouco porque eu vi que isso acontecia também com as outras associações. Eu pensava que era só comigo aqui. (...) Essa é a luta da gente aqui contra esse individualismo e uma ganância absurda entre alguns deles.

José Vieira argumentou também que a questão dos atrasos no pagamento foi utilizada por funcionários da prefeitura ligados a Chico Neves para “queimar” o seu nome junto aos produtores:

JV- Se [os caprinocultores] não lhe respeitam, passam por cima de você (...) É como tentaram fazer aqui comigo. Aqui mesmo nessa mesma época do atraso, veio funcionário da prefeitura dizendo “mas quem manda aqui é Fernandes, né?”(...). Eu digo “Aqui nem eu mando, meu senhor”. Porque quem mandar aqui eu vou lhe mostrar agora quem é que manda aqui nesse negócio (...) é ata e as regras da associação.

No fim da entrevista, quando perguntado sobre as dificuldades de ser líder de associação, Vieira citou o “pulso forte” das posturas de Toninho na CAPRIBOM, em Monteiro, como exemplo a ser seguido se o Presidente da associação desejar ser respeitado, tanto entre os produtores associados e, principalmente, perante os de fora e quando as “questões da política mais ampla, partidária e local” influenciam na associação.

POLITICAGEM, FAMÍLIA E ASSOCIATIVISMO

“Eu decidi apoiar ele porque é meu irmão”. Essa frase afirmativa proferida por Júnior Neves ao justificar as razões porque passou a apoiar Chico Neves na prefeitura de São Sebastião do Umbuzeiro é bastante emblemática. Dita de uma forma espontânea e natural, a afirmação do parentesco nessa frase traz a discussão de como a posição de

um líder de associação como mediador, na relação politicagem e associativismo, também pode conter estratégias de famílias dentro de um universo político.

O debate que pode ser delineado a partir dos exemplos descritos no capítulo 3 é como, em um primeiro momento, um código de valores ou conjunto de relações de poder são legitimadas e classificadas sob uma noção de “família” e, em segundo momento, como as relações de parentesco influenciam em processos políticos que se passam na dinâmica de uma associação instituída não por “valores familiares”, mas jurídicos. Analisar o caso das alianças e rupturas entre Fernandes e Neves – e as tensões internas desta família com os “jovens” políticos – fez com que fosse incorporada à dissertação uma “desnaturalização” da noção de família, como célula coesa e harmônica. Seguindo a linha de autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1985), realçamos o caráter conflituoso de alianças e disputas como fator constitutivo das relações sociais classificadas como “familiares”. Mesmo que os compadrios e alianças apoiados por laços e sistemas de lealdades se sustentem até em parentelas que habitam afastadas, tais relações não são estáticas, mas dotadas de mobilidades e tensões. A justificação de alianças políticas no argumento do “sangue” não pode ser tratada como um *a priori* no contexto da pesquisa, pois as famílias não constituem roteiros predefinidos: elas são provedoras de recursos materiais e simbólicos mobilizados e passíveis de transformação em operações de mapeamentos e classificações sociais de pessoas, situações e lugares (QUIROS, 2007). A noção de “sangue” associada ao parentesco acaba sendo apenas um substrato orgânico para relações, valores e representações sociais.

No caso da associação de São Sebastião do Umbuzeiro, a “invocação” do parentesco acaba sendo uma estratégia da legitimidade de um líder de associação, tanto para buscar eficácia no jogo da politicagem e para reforçar as táticas familiares dos Neves, uma espécie de reconversão¹⁹ de capitais acumulados em relações com a igreja católica para o campo político.

¹⁹ Quando trata dos bens simbólicos, a teoria de Pierre Bourdieu (2007) faz uma adaptação de termos do pensamento econômico (capital, investimento, ganho, produção, mercado) para analisar como se dão as disputas dentro dos campos sociais. A natureza dos capitais (econômico, cultural, social e simbólico, dentre outros) e as suas formas de investimento são regidas pela lógica de funcionamento específica de hierarquias e disputas travadas nos domínios dos campos sociais por onde os agentes sociais elaboram suas movimentações. São nesses domínios que os agentes sociais elaboram estratégias “práticas” de jogadas, apostas e blefes que visualizamos as reconversões que ocorrem principalmente em termos de deslocamentos horizontais em que são alteradas as naturezas de um capital adquirido em um campo e transferidas para campos diferentes (BOURDIEU, 2007, p. 424). Tal processo de “alterar” um capital pode trazer ganhos, mas também tem suas complicações, pois implica em desafiar um *habitus* que incorporou estruturas e práticas sociais específicas de um universo social submetendo-o a novas

Além do parentesco, destacam-se também as relações de proximidade, as brincadeiras vivenciadas no cotidiano da associação que também são importantes referências para analisar o grau de tensões na Vila do Caroá. Neste tópico de sociabilidades locais, problematiza-se a passagem marcante do relato de José Vieira, citando o tempo em que ele e Júnior Neves eram dos “Fernandes”, eles chegaram a brincar com as esposas ao afirmar que os dois faziam um “casamento perfeito” para a associação. Com as conseqüências da ruptura entre Neves e Fernandes, e os posicionamentos opostos de Júnior e de Vieira, José Vieira faz uma apresentação de si como alguém que “foi queimado e não é benquisto” na associação e na “política” do município de São Sebastião do Umbuzeiro. Essa questão moral que Vieira levanta como a politicagem também está conectada com os elementos da sociabilidade cotidiana do universo associativo rural, - reputação, honra e confiança - conceitos e relações trabalhadas também por Comerford (2001) e que são esquecidos em análises que prezam apenas pelos aspectos formais e jurídicos das associações. Seja pelas piadas que mostram uma “época” de amizade entre os presidentes da Vila do Caroá, seja pela expressão de sentimentos de desonra após uma ruptura política, observam-se como os engajamentos políticos em uma associação de trabalhadores rurais são construídos e desconstruídos mais por relações cotidianas do que pelo despertar de um ideal coletivo que supostamente estaria adormecido nos associados.

condições que nem sempre estão dentro da “causalidade do provável”: “uma espécie de dialética entre *habitus* e antecipações práticas que repousam sobre experiências anteriores” (BOURDIEU, 2008b, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate colocado nos capítulos anteriores podemos inferir que a relação associativismo/politicagem/políticas públicas, enquanto uma chave de análise construída para analisar a dinâmica produtiva da caprinocultura, revela uma maleabilidade, no sentido da plasticidade e capacidade de adaptação de uma lógica de relações de poder. Destaco que apesar da politicagem não “se reproduzir” apenas no associativismo rural, é a partir desse tipo de mobilização coletiva que há um entrelaçamento de práticas “politiqueiras” com valores tão distintos como os de parentesco, eficiência técnica, família, discurso de desenvolvimento e planejamento, questões de reputação e honra. Daí pode ser sintetizada a crítica que já havíamos assinalado: é necessário “dissecar” a politicagem para então desconstruir, tanto noções propagadas na literatura das ciências sociais que colocam um novo coronelismo reproduzido dentro de projetos de intervenção, como por outro lado, no discurso de instituições como o SEBRAE e a AMCAP, que defendem o modelo de “associativismo para pequenos” junto a caprinocultura no Cariri.

1) A politicagem não é “um novo coronelismo”: Desde o início da pesquisa uma das principais referências foram estudos de Burstyn (1985; 2003) e Burstyn e Chacon (2011) que apontam para o fato de que as relações de poder e dominação classificadas como coronelismo – via estudos clássicos como o de Victor Nunes Leal (1986) – estariam sendo reelaboradas a partir tanto dos projetos de desenvolvimento da Sudene e do Dnocs, nas décadas de 1970 e 1980, até os dias atuais, através de iniciativas recentes como os programas de transferência de renda. Um dado interessante do trabalho de Burstyn (1985), que se aproxima do fio condutor desta pesquisa, é como a implementação de um modelo de cooperativismo e os critérios de escolha de “pessoas boas” para morar nos loteamentos do DNOCS, acaba sendo vetor para reprodução de relações paternalistas e clientelistas que, não sendo mais operacionalizadas pelos coronéis, são ditadas por um corpo técnico, funcionários das instituições de planejamento e execução das ações para implementação de políticas públicas. Portanto, o novo coronelismo, uma simbiose entre poderes estatal e local, é representado pelos técnico- burocratas atrelados ao poder público (a exemplo dos técnicos e agrônomos da Emater, DNOCS, funcionários do Banco do Brasil ou BNB) e envolvidos em uma reelaboração de práticas políticas “não mais baseadas no patrimônio, como no velho coronelismo, mas ao caráter de operadores de ações governamentais” (BURSTYN,

2003, p. 75). Contudo, apesar das possíveis similaridades dos casos analisados nesta dissertação e por Burstyn (2003), politicagem e novo coronelismo não são sinônimos. A primeira é uma lógica de relações sociais “jogadas” em torno de classificações do universo político que, quando conectada ao associativismo rural, gera um sistema de pertencimentos políticos, “punições” e obrigações para as associações. Já a definição do novo coronelismo é uma tentativa de entender um processo de aproximação entre elites locais e políticas públicas no Nordeste, utilizando o argumento de que há uma reelaboração de formas políticas do passado. A pesquisa que resultou nesta dissertação também buscou compreender a relação entre elites políticas e políticas públicas, mas com um argumento diferente. Na politicagem destaca-se uma sistemática de poder que não é um “resquício do passado” e sim, uma apropriação politicamente “inovadora” que ganha intensidade a partir da transformação e do surgimento de novos espaços de políticas públicas no Cariri. A partir desse debate, também se afasta a possibilidade de qualificar os líderes de associação, ou os políticos “ligados” a estes, como novos coronéis. O que se destaca é uma capacidade de mediação traduzida pelas manobras de negociação diante das tensões inscritas na lógica da politicagem.

2) A relação politicagem - associativismo não é uma “interferência externa” em um modelo de políticas públicas: nota-se que sob o associativismo e o estímulo à produção de leite de cabra no Cariri Paraibano há uma mixagem entre dois processos que possuem relações contraditórias entre si. A mesma lógica associativista, que é defendida como meio para promover o avanço de espaços de participação e gestão democrática (COSTA; FERREIRA, 2010, p.43), é também uma via propícia para cooptação de forças políticas que limitam as possibilidades de autonomia e maior participação política. Por parte dos discursos acadêmicos mais recentes vinculados ao SEBRAE, há um certo reconhecimento de que disputas ligadas a política local têm influência nas associações. Porém, o argumento é que tais disputas ocorrem quando são pressões políticas “externas” sobre as associações, projetos e pactos, ou que também seriam pela “sobrevivência” de supostas práticas arcaicas:

Nos municípios em que o prefeito “boicotou” a participação e não aconteceram, sequer, as reuniões iniciais de esclarecimentos aos cidadãos (...) Nessas cidades, as velhas mentalidades e disputas políticas, restritas aos feudos familiares, atravancam as iniciativas de qualquer mudança (COSTA; FERREIRA, 2010, p.46)

Ao longo desta dissertação a abordagem conceitual e analítica se direciona para um caminho diferente de tais afirmações. A análise dos casos de conflitos ligados às

associações de caprinocultores de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro nos permite afirmar que é justamente nas lógicas endógenas às associações, instituições e programas de incentivo a produção de leite de cabra que são dinamizadas as relações de politicagem. O modelo associativo não é algo “puro” que vem sendo maculado pelos moldes da politicagem. Situações como a de Monteiro mostram que a politicagem pode acoplar-se a um ambiente político que não corresponde a uma dominância de famílias, fazendo com que práticas politiqueiras sejam dinamizadas por agentes sociais que defendem um projeto político que se apóia em valores como gestão empresarial, visão de mercado, eficiência técnica e outros termos bastante distantes de uma “velha mentalidade”. Já em São Sebastião do Umbuzeiro, que poderia nos levar a concordar com o termo de impacto, mas sem significado claro, como “feudo familiar”, cai a versão de que há um “boicote” político às mudanças propostas pela entrada do associativismo. Os entrelaçamentos de duas famílias e a influencia destas, justamente nos canais de participação associativos, revelam justamente uma aptidão, não por evitar ou “boicotar”, mas para uma participação efetiva, visando abarcar e condicionar os processos dentro das associações de caprinocultores.

O diálogo com a pesquisa empírica reforça o argumento de que o vínculo politicagem/associativismo contém engenhosas articulações políticas que dinamizam níveis e articulações internas das transformações projetadas a partir de um projeto de desenvolvimento para a pecuária caprina, às vezes fornecendo o próprio sustentáculo institucional para a ação pública. Essa sustentação, e até mesmo um elemento de “sobrevivência” das associações, pela politicagem pode ser visualizada de forma mais acentuada em uma fase de fragilidade da articulação do Pacto Novo Cariri, que produziu a força motriz inicial para o modelo de associativismo, e principalmente nos atrasos no pagamento de programas de incentivo a produção de leite de cabra. Analisar a relação politicagem e políticas públicas viabilizou o acesso a uma gama de representações e classificações sociais que adentram um modelo de associativismo, quase exclusivo “para pequenos” agricultores, produtores, criadores etc, que é apresentado como uma das principais bandeiras e conquistas de um projeto de desenvolvimento, mas que por outra via dissimula as imposições de elites políticas nos espaços de ação pública, voltadas para a agricultura familiar na região do Cariri Paraibano e no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO (AMCAP). *Com a força da União*. Revista AMCAP. Edição Especial, 2005.

_____. *A força do trabalho*. Revista AMCAP. 2ª Edição, 2006.

_____. *No rumo do desenvolvimento*. Revista AMCAP. 4ª Edição, 2008.

BARNES, J.A. Networks and political processes. In: SWARTZ, J. (Ed.) *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Aldine Publishing Company, Michigan, 1968, p. 107-130.

BATISTA, F. *Movimentos sociais no campo: O caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro – Trajetória política do dirigente Luiz Silva*. Editora Imprell, João Pessoa, 1997.

BOISSEVOIN, J. *Friends of Friends: Networks, manipulators and coalitions*. University of Amsterdam, Basil Blackwell, 1976.

BOTT, E. *Família e rede social: Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. *La representation politique. Actes de La recherche em sciences sociales*. Vol. 36-37, fevrier/mars 1981, p. 3-24.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Editora Zouk, São Paulo, 2007^a.

_____. *Contradições da herança*. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de Educação*, 9 ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2007 b.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar o que dizer*. 2ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. *Escritos de educação*, 10ed. Petropolis, Vozes 2008b.

_____. *O senso prático*. Petrópolis, Vozes, 2009.

BURSTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1985.

_____. *O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas*. Campina Grande: **Raízes**, vol. 22, nº 01, jan./jun, 2003, p. 73-79.

_____. CHACON, S.S. *Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordestino*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2011, vol. 19, n. 1, p. 30-61.

CARIRI LIGADO. *Produtores de leite cobram mudança em Monteiro*. Disponível em www.caririligado.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1839&Itemid=45> Acesso em agosto de 2011

CARNEIRO, M. S. *Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento*. **Sociologia & Antropologia**, v. 02.04, 2002, p. 129-158

COMERFORD, J.C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará: Núcleo Antropologia da Política, 1999

_____. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*, Rio de Janeiro: Relume- Dumará: Núcleo Antropologia da Política, 2003.

COSTA, M.S; FERREIRA, M.R. *Desenvolvimento local e participação popular: a experiência do Pacto Novo Cariri*. **Cadernos Gestão e Cidadania**, v.15, n.56. São Paulo, 2010.

CUNHA, L.H; PAULINO, J.S (2013) *Convivência com o Semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste?* No prelo

DEPONTI, C. M; ALMEIDA, J. *Sobre o processo de mediação nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Rio Branco – AC, 2008.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edição 70 Ltda. Nova Biblioteca 70, 1999.

FILHO, Pedro Nunes. *Guerreiro Togado: Fatos históricos de Alagoa de Monteiro*. Recife: Ed. Universitária – UFPE. 1997

FORUM DE INOVAÇÃO. *Linha do tempo de inovação*. SEBRAE, São Paulo, FGV, 2007.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/IICA. *Desenvolvimento Regional Sustentável: reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil*. Recife/Brasília, 2008.

GOFFMAN. E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1971

GLUCKMAN, M. Inter Hierarchical roles: Professional and party ethics in tribal areas in South and Central Africa In: SWARTZ, J. (Ed.) *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Aldine Publishing Company, 1968, p. 69-94.

_____. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. 2ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2010, p. 237-364.

IBGE. Dados 2010. Cidades < www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em dezembro de 2013.

JORNAL SEBRAE BOLSA DE NEGOCIOS. Ano III, nº14, SEBRAE Paraíba, 1999.

JORNAL DO CARIRI. Ano II, Nº 21, Agosto, 2000.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª edição, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1986.

MARESCA, S. La représentation de la paysannerie. In: **Actes de Recherche em sciences sociales**, V. 38, mai 1981, p. 3-18.

MENESES; V.F; GOMES, R. A A mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano, 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Belém-PA, 2012a

_____.A caprinocultura no Cariri Paraibano: políticas públicas, associativismo e relações de poder. XV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Teresina-PI, 2012b.

_____. A. Uma “nobreza católica”: relações de poder e estratégias familiares dos Neves na Paróquia de São Sebastião de Umbuzeiro – PB. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 5, p. 169-189, 2013a

_____. Pacto Novo Cariri: Contradições na defesa do potencial da caprinocultura no Cariri Paraibano. V ESADR – Alimentar Mentalidades Vencer a Crise Global, Evora- Portugal, 2013b

MENEZES, J. R Patriarcas da Alagoa de Monteiro – Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1992

MITCHELL, J.C . The concept and use of Social Networks In MITCHELL, J.C (Ed.) Social Networks in urban situations: analyses of personal relationships in central Africa Towns. 1969, p. 1-50

NEVES, D.P.Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S; MOTA, D.M;SILVA, T.M (Orgs.)Ensaio: Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju. 2002, p. 131-159.

_____. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: Mota, D. M; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. (Orgs.) Agricultura familiar e abordagem sistêmica. Aracaju, 2005, p. 183-198

_____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, v. 1, p. 21-44

_____. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. In: II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas: Unicamp, 2005

OLIVEIRA, J.P. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um verto mal-estar na antropologia. In: LANGDON, E.J.; GARNELO, L. (Orgs.) Saúde dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, ABA, 2004, p.9-32

OLIVEIRA, V.L; SILVA, M.K. Interdependência e poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica. Teoria & Pesquisa, Vol. XVI – nº 2 – Jul-Dez, 2007, p. 29-49

QUEIROZ, M.I. O coronelismo em uma interpretação sociológica. In FAUSTO, B. (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, v.1. São Paulo, Difel, 1985. p. 155-190.

QUIROS, J. Sobre la union en la division. Algunas reflexiones acerca de las luchas de familia como objeto antropológico,). Revista de Ciências Sociais, v. 38 (02), 2007, p. 105-114

PACTO NOVO CARIRI (Diretrizes do Plano Novo Cariri 2009/2012), 2009.

PROJETO DOM HELDER CÂMARA, Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Território do Cariri Paraibano. Sub- Projeto I. 2007

RIETVIELD, J.J. Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa: Imprell, 1999

_____. ; XAVIER, S.V; SOUSA SILVA; E. Herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de igreja católica em Monteiro (1800-2000). João Pessoa, Imprell 2002

SABOURIN, P. Mudanças sociais, organização de produtores e intervenção externa. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (ed.). Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003, p. 179-200

SARDAN, J-P. O. Anthropologie et développement : essai en socio-anthropologie du changement social, Paris, Éditions Karthala, 1995.

_____. Les trois approches em anthropologie du développement. In: Tiers-Monde, 2001, tome 42 n° 168, p. 729-754

SEBRAE O agronegócio da caprinocultura nos Cariris Paraibanos, SEBRAE Paraíba, João Pessoa, 2000

_____ Cartilha do caprinocultor. João Pessoa. 2000b

_____ Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. SEBRAE Paraíba, João Pessoa. 2003

_____ Desenvolvimento Local: como fazer? SEBRAE, Brasília-DF, 2008

_____ Cultura de Cooperação, Série Empreendimentos Coletivos, 2009

VITRINE DO CARIRI, “Alta temperatura”. Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9051&Itemid=84> 2006a

_____, “Rebelião na Câmara” Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9066&Itemid=84> 2006b

_____, “CPI DO CENDOV” Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9240&Itemid=84> 2006c

_____, “ Em pé de guerra”. Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9240&Itemid=84> 2006d

_____, Em defesa da honra. Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9440&Itemid=84> 2006e

_____, Em estado de abandono. Disponível em <
http://www.vitrinedocariri.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20102&Itemid=84> 2008

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF. Ed. UNB. 1999.

WOLF, E. Aspecto das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN – BIANCO, B; RIBEIRO, G.L (Orgs.). Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora da UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 72-93

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Carta do Leite, 08 de junho de 2005

Decreto 4722, de 2 de julho de 2003

Resolução N°16 de 10 de outubro de 2005, normas do PAA/Leite

ANEXOS

ANEXO 1- CARTA DO LEITE

CARTA DO LEITE

Os Estados abaixo relacionados, reunidos em 08 de junho de 2005, em João Pessoa, executores do Programa de Aquisição de Leite, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresentam alguns pontos para a reflexão e também para compor as diretrizes do referido Programa, a saber:

- O Programa foi instituído pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 e em seu Art. 19 menciona o objetivo de aquisição de alimentos dentro da política de incentivo à agricultura familiar e a conseqüente distribuição dos produtos às pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos;
- O Programa foi regulamentado pelo Decreto Presidencial 4.772, de 2 de julho de 2003, que em seu Art. 5, estabelece o valor de R\$ 2.500,00, por agricultor familiar e também ressalta a compreensão do Programa dentro do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- Fruto dos dispositivos do Decreto, o Grupo Gestor publicou a Resolução nº 06, de 12 de novembro de 2003, na qual há um grande detalhamento do Programa e que ressalta no item III – **DETALHAMENTO DO PROJETO**, o público alvo como sendo Beneficiários Consumidores e Beneficiários Produtores. A Resolução limita os Beneficiários Produtores somente aqueles das classes A, B, C e D do PRONAF. A mesma Resolução estabelece o Público Alvo como sendo: Gestantes,

Nutrizes, Criança de 06 meses a 6 anos e Idosos acima de 60 anos, todos preferencialmente com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Ainda, há que mencionar que o objetivo central do Programa, descrito no item III.1 da portaria, é: *o objetivo primaz é o de incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.*

- ⊙ Com base no exposto, percebe-se claramente que existem dois pilares: **um de combater a fome e a desnutrição e reduzir a mortalidade infantil** e outro de **fortalecer o setor produtivo da agricultura familiar por meio de um preço estável para o leite adquirido para o programa**. Portanto, diferentemente de todos os demais produtos, tais como feijão, arroz, milho entre outros, adquiridos por safra, o leite não serve à política de estoques estratégicos, visto que necessita ser adquirido diariamente, ser pasteurizado e distribuído imediatamente aos beneficiários consumidores, previamente cadastrados nas cidades contempladas. Assim, não há como igualar o processo de aquisição de leite com os demais produtos e nem tão pouco excluir produtores que atingiram a cota estabelecida, sem levar em conta o compromisso assumido com as comunidades de entregar um volume fixo de leite para atender famílias previamente cadastradas.

Diante desse impasse, gestores do programa, acompanhados de parlamentares de seus Estados, estiveram em audiência com o Sr. Ministro **Patrus Ananias**, quando foi entregue Ofício/DECON/CNA/28/05, do qual resultou a resposta do Assessor Especial **Arnóbio Viana David**, que informou que o Grupo Gestor do Programa, reunido em 22 de fevereiro do

corrente, fez algumas alterações na Resolução 06, que inclui a elevação do limite financeiro para R\$ 2.500,00 por semestre. Há que mencionar que a referida alteração foi publicada recentemente, Resolução 14, em 3 de junho, e frisamos que também não atende às necessidades apresentadas pelos gestores do Programa em seus Estados. Para tanto, solicitamos de V. Exa. criar um canal de diálogo entre o Grupo Gestor e os representantes do Programa de cada Estado, conforme decidido no seminário realizado em dezembro de 2004, em Brasília e até agora não implementado.

Como forma de contribuir neste processo, apresentamos abaixo, uma sugestão de nova redação para o tópico da Resolução 06, que trata desse assunto:

Art ... – A aquisição de Leite deverá seguir as seguintes diretrizes:

- 1 – priorizar a aquisição de leite junto aos agricultores familiares do PRONAF, em cota máxima de até 100 litros/dia; (C)
- 2 – não sendo obtida a cota de leite do Programa junto aos agricultores familiares, poderão ser cadastrados aqueles pequenos produtores que não possuam a DAP, mas que estejam classificados nos limites estabelecidos para a categoria do PROGER RURAL, desde que sejam credenciados pelo órgão competente do Poder Público Estadual;
- 3 – no decorrer da execução do programa, sempre que houver o interesse de beneficiários com DAP, de se tornarem contemplados, o órgão executor deverá promover a exclusão de produtores cadastrados na categoria PROGER RURAL ou transferir cotas de leite desses produtores para os agricultores

familiares, para viabilizar a inclusão dos mesmos, que são prioritários no atendimento;

A adoção das medidas acima refletirá, positivamente, na execução do programa, sem causar descontinuidade na oferta do leite, garantindo o alcance das metas pactuadas e o atendimento dos compromissos com a comunidade de beneficiários produtores, beneficiários consumidores, sociedade civil organizada e parceiros mobilizados na política pública de combate à fome e desnutrição, bem como a redução da mortalidade infantil.

Certos da aquiescência de V. Exa., apresentamos nossos agradecimentos e nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

João Pessoa, 08 de junho de 2005.

FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico
Paraíba

ELBE BRANDÃO
Secretária de Estado
Minas Gerais

PEDRO BARBOSA DE DEUS
Secretário de Estado da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Bahia

ETÉLIO DE CARVALHO PRADO
Secretário de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação
Sergipe

ANEXO 2: TRECHOS DA ATA DE CONSTITUIÇÃO DA CAPRIBOM

Ata da Assembléia Geral de Constituição da CAPRIBOM
Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.



Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, às dez horas e trinta minutos no Auditório da Agência do SEBRAE - Monteiro-Pb, situado à rua Tobias Remígio Gomes, s/n, no município de Monteiro, Estado da Paraíba, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas: Adamastor Ferreira Sobrinho, brasileiro, viúvo, natural de Monteiro-Pb, nascido em 24 de dezembro de 1928, 78 anos, agricultor, RG: 140.289 SSP/Pb, CPF: 023.796.354-04, residente no Sítio do Meio, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Adélia Felix Ferreira, brasileira, casada com comunhão universal de bens, natural de Monteiro - Pb, nascida em 17 de março de 1947, 59 anos, agricultora, RG: 920.392 SSP/Pb, CPF: 991.393.834-15, residente no Sítio do Garapa, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Admilson Nunes de Araújo, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 23 de maio de 1975, 31 anos, agricultor, RG: 1.744.816 SSP/Pb, CPF: 804.903.014-87, residente no Sítio Cacimba de Cima, município de Monteiro-Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Ailton Alves Roldão, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Camalaú - Pb, nascido em 01 de janeiro de 1962, 44 anos, agricultor, RG: 914.110 SSP/Pb, CPF: 752.496.424-20, residente no Sítio Cacimba de Cima, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Alessandra Enoi Lima dos Santos, brasileira, casada com comunhão parcial de bens, natural de São Bernardo do Campo - SP, nascida em 29 de junho de 1978, 28 anos, agricultora, RG: 28.956.795-6 SSP/SP, CPF: 040.753.134-33, residente na rua Projetada, 87 Lote Francisco de Assis, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Alfredo de Queiroz Viana, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 12 de janeiro de 1966, 40 anos, agricultor, RG: 817.413 Pb, CPF: 373.920.004-97, residente no Sítio Cacimbinha, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Anailton Sousa Araújo, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 29 de julho de 1972, 34 anos, agricultor, RG: 1.948.131 SSP/Pb, CPF: 020.245.504-10, residente no Sítio Cupiras, município

1

Sérgio Pereira Borges de Aquino
Advogado - OAB 5368 - PB



de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Antônio Batista de Oliveira, brasileiro, casado, natural de Monteiro - Pb, nascido em 12 de junho de 1939, 67 anos, agricultor, RG: 780.774 SSP/Pb, CPF: 123.458.574-04, residente no Sítio Malhada Vermelha, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Antônio Luiz da Silva, brasileiro, casado com separação de bens, natural de Santa Cruz do Capibaribe - PE, nascido em 09 de junho de 1948, 58 anos, agricultor, RG: 180.153 SSP/Pb, CPF: 151.219.334-87, residente no Sítio Olho D'Água das Dores, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Antônio Marcos da Silva, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 24 de setembro de 1977, 29 anos, agricultor, RG: 2.247.706 SSP/Pb, CPF: 029.755.094-21, residente no Sítio Limpo Branco, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Arnaldo Alves da Silva, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, natural de Lajedo - PE, nascido em 04 de abril de 1948, 58 anos, agricultor, RG: 1.204.293 SSP/PE, CPF: 191.026.074-68, residente Sítio no Pindurão, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Aurison Rogério Batista Silva, brasileiro, solteiro, natural de Monteiro - Pb, nascido em 27 de setembro de 1983, 23 anos, agricultor, RG: 3.276.852 SSP/Pb, CPF: 070.226.174-22, residente no Sítio Garapa, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Bartolomeu Barbosa Monteiro, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 23 de março de 1955, 51 anos, agricultor, RG: 304.667 SSP/Pb, CPF: 574.020.194-20, residente na Rua Projetada s/n, município de Zabelê - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Carlos André da Silva Miranda, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 06 de novembro de 1974, 32 anos, agricultor, RG: 2.011.744 SSP/Pb, CPF: 059.097.454-84, residente no Sítio Cacimba de Cima, município de Monteiro-Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Carlos Ferreira Barros, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 08 de maio de 1966, 40 anos, agricultor, RG: 1.571.199 SSP/Pb, CPF: 530.804.754-53, residente Sítio no José Gomes, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Cícero Batista, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 16 de agosto de 1974, 32 anos, agricultor, RG: 1.949.053 - 2ª via SSP/Pb, CPF: 040.737.064-11, residente no Sítio Ipueira

2

Sergio Pereira Soares de Aguiar
Advogado - OAB 5388 - pfj



cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Severino dos Ramos Xavier, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 27 de janeiro de 1956, 49 anos, agricultor, RG: 445.258 - 2ª via SSP/Pb, CPF: 176.383.564-20, residente na rua Vespaziano Guerra, 70 município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Severino Ramos de Sousa, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 25 de junho de 1946, 60 anos, agricultor, RG: 941.600 SSP/Pb, CPF: 110.124.204-34, residente no Sítio Poço de Baixo, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Valmir de Freitas Silva, brasileiro, Solteiro, natural de Monteiro - Pb, nascido em 31 de maio de 1980, 26 anos, agricultor, RG: 2.246.994 SSP/Pb, CPF: 058.673.364-76, residente na rua Sizemando Rafael, 118, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00; Zitelmam Romão de Vasconcelos, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Monteiro - Pb, nascido em 26 de agosto de 1958, 48 anos, agricultor, RG: 469.901 - 2ª via SSP/Pb, CPF: 181.375.984-72, residente no Sítio Bom Jesus, município de Monteiro - Pb, subscrevendo cem quotas-partes no valor de R\$ 100,00. Participaram ainda da mesa as seguintes pessoas: o Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura, senhor Dr. Francisco Rubens Remígio, o vice – prefeito do município Senhor Sebastião César Júnior, a representante da UNISOL BRASIL, senhora Vitória Pereira Vitor, o representante do SEBRAE Monteiro, senhor Samuel Mayer e coordenadora da Comissão Eleitoral de Constituição da Cooperativa, senhora Maria Josenice da Silva Martins. Esta última, tomando a palavra, disse: "Neste dia 04 de dezembro de 2006, estamos reunidos para darmos continuidade a um trabalho que vem sendo desenvolvido a aproximadamente seis meses, atendendo a uma solicitação do CENDOV, que não é só dele, mas de todos os produtores rurais de Monteiro, vêm almejando dias melhores, visando o desenvolvimento sustentável do nosso município e da região do Cariri. Em virtude da nossa união e do nosso compromisso é que estamos aqui para constituir a nossa CAPRIBOM LTDA". Em seguida o senhor Sebastião César Júnior sugeriu que a Assembléia escolhesse uma pessoa para coordenar os trabalhos de constituição da Cooperativa e que fosse votada a chapa por aclamação, uma vez que houve consenso na formação da chapa Cariri Forte 2006. A Assembléia concordou e assim foi feito. A comissão, no uso de suas atribuições, nomeou a senhora Maria Josenice da Silva Martins para secretariar os trabalhos redigir a

13



presente Ata e a senhora Vitória Pereira Vítor para presidir a Assembléia. Assumindo os trabalhos, a senhora Vitória Pereira solicitou que fosse lido, explicado e debatido o projeto de Estatuto Social da Cooperativa, anteriormente elaborado e discutido, o que foi feito artigo por artigo. O estatuto foi aprovado pelo voto dos cooperados fundadores, cujas assinaturas estão devidamente consignadas na relação dos cooperados fundadores. A seguir, a senhora coordenadora determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos sociais, conforme o que dispõe o Estatuto recém-aprovado. Procedida a votação, foram eleitos para compor o Conselho Administrativo os seguintes cooperados: Presidente: senhor Alfredo de Queiroz Viana; Diretor Administrativo e Financeiro: senhor Gisomar Alves de Moraes; Diretor de Produção e Mercado: senhor José Terto da Silva; Conselheiros: senhor Sebastião Espinhara Santa Cruz e a senhora Clemilda Inácio da Silva com mandato de três anos; Para membros do Conselho Fiscal: senhor Severino dos Ramos Xavier, senhor Adamastor Ferreira Sobrinho, senhor José Edilson Figueira Guedes; Suplentes: senhor Roberto Salustiano da Silva, senhor Cícero Batista, e o senhor Morizalton de Carvalho Chaves com mandato de um ano, todos já devidamente qualificados nesta Ata. Todos foram empossados nos seus cargos e o Presidente eleito para o Conselho de Administração, senhor Alfredo de Queiroz Viana, assumindo a direção dos trabalhos, declarou definitivamente constituída, a partir desta data, a CAPRIBOM - Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda sociedade sem fins lucrativos, com sede provisória no Escritório do CENDOV - Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura, localizado no Parque de Exposição de Animais - Fazenda Morro Fechado, nesta cidade, que tem o seguinte objetivo, conforme estabelecido no Artigo 2º do estatuto aprovado: proporcionar o exercício da atividade profissional aos seus sócios, procurando assim garantir-lhes trabalho, produção e renda com dignidade. Foi colocada em votação a filiação da CAPRIBOM LTDA à UNISOL BRASIL o que foi aprovado por todos. O senhor presidente, ainda, agradeceu o empenho dos parceiros: Prefeitura Municipal de Monteiro na pessoa do senhor Sebastião César Júnior, CENDOV na pessoa do senhor Dr. Francisco Rubens Remígio, SEBRAE, BANCO DO BRASIL, BANCO DO NORDESTE, UFPB, EMBRAPA, UNISOL, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL e aos demais que vieram prestigiar este momento histórico para o desenvolvimento sustentável do município e região. Como nada mais houvesse a ser tratado, o senhor Presidente da Cooperativa deu por encerrados os trabalhos e eu, Maria Josenice da

Silva Martins, secretária, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, contém as assinaturas na relação dos cooperados fundadores, como por prova da livre vontade de cada um de organizar a Cooperativa. Os cooperados fundadores declaram, sob as penas da lei que não estão inclusos em qualquer dos crimes previstos em lei ou suas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis. Monteiro, 04 de dezembro de 2006.



Maria Josenice da Silva Martins
Maria Josenice da Silva Martins
secretária

Alfredo de Queiroz Viana
Alfredo de Queiroz Viana
Presidente da CAPRIBOM LTDA



CARTÓRIO FIPITACIO LEAL
SERVICO NOTARIAL 2º OFICIO
CEI Nº 34010000502
EPITACIO LEAL NETO

TABELIAO
Alda Lúcia Ferreira
1ª Escrevente
Arcilheide Luciene Ferreira Amorim
2ª Escrevente

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de Maria Josenice da Silva Martins e Alfredo de Queiroz Viana

Em testemunho da verdade
 Monteiro (PB) 04/12/2006 de 1 hora

Arcilheide Luciene Ferreira Amorim
 Arcilheide Luciene Ferreira Amorim
 2ª Escrevente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA
 CERTIFICO O REGISTRO EM 21/05/2007
 SOB Nº: 25400007500
 Protocolo: 07/013893-1

José Petronio Queiroga Gadelha
 JOSÉ PETRÔNIO QUEIROGA GADELHA
 SECRETARIO GERAL



Sergio Petronio Borges de Aguiar
Advogado - OAB 5368 - PB

ANEXO 3: NOTÍCIAS SOBRE O CENDOV E A CAPRIBOM

02 de Janeiro de 2006

Se antes o próprio ex-prefeito Carlos Batinga havia, numa entrevista concedida em emissora de rádio, criticado a posição política assumida pelos vereadores da sua base política em apoiarem a candidatura do advogado João Henrique a deputado estadual, agora a carga foi mais pesada e as críticas partiram de um auxiliar direto da prefeita Lourdinha Aragão. Na **última sexta-feira (30)**, durante programa semanal de rádio em Monteiro, o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, renovou duras críticas aos vereadores Inácio Gabriel, Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo, este último que tem a filha, Rosa Almeida, como Secretária Municipal de Educação.

Em sua análise política, Antônio Braga disse que os vereadores não têm como justificar perante a opinião pública monteirense o fato de apoiarem a candidatura de alguém que se constitui hoje no maior adversário político de Carlos Batinga e da prefeita Lourdinha Aragão, contra quem mantém em nível de recurso no TRE, um processo pedindo a cassação do seu mandato, **alegando captação ilícita de votos**. No seu pronunciamento, Toninho, como é mais conhecido, chegou a dizer que “esses vereadores terão vergonha de se encontrar com seus eleitores, que não admitem esse comportamento. A história de Monteiro não perdoará essa atitude, eles pagarão caro por isso”. O clima entre a prefeita Lourdinha Aragão e o advogado João Henrique azedou ainda mais nos últimos dias. Após decisão da justiça eleitoral, em primeiro grau, que deu ganho de causa à prefeita, João Henrique ingressou com recurso no TRE, pedindo a sua cassação.

No último dia do ano, outro embate entre João Henrique e Lourdinha Aragão terminou na Justiça. Uma festa organizada pela esposa do advogado, Ednacé Henrique, só foi realizada graças à uma decisão judicial que acatou um Mandado de Segurança, já que a prefeitura não havia permitido o isolamento da área pública em frente à residência do adversário da prefeita, onde seria realizado o evento.

A festa, que a princípio teria sido impedida de ser realizada pela prefeita, acabou sendo realizada, e os correligionários encararam como uma vitória do advogado, que comemorou a chegada de 2006, contando, inclusive com a participação dos vereadores da base política de Lourdinha Aragão e de Carlos Batinga.

Segundo informações de um participante do evento, a euforia foi comemorada de forma triunfante, merecendo o comentário de João Henrique: “Eu vou acabar politicamente com Batinga, é apenas questão de tempo”.

09 de Janeiro de 2006

Vereador Inácio Gabriel acusa superintendente do CENDOV de só saber lidar com cavalo, porco e cachorro.

O tempo esquentou de vez na última sexta-feira (6), em Monteiro, com o acirramento das discussões entre os 4 vereadores da base aliada da prefeita Lourdinha Aragão e o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga. Utilizando os microfones da Rádio Santa Maria, onde o CENDOV mantém um programa semanal, Antônio Braga (Toninho) criticou a posição dos 4 vereadores que foram eleitos na base aliada da prefeita e que agora anunciam apoio à candidatura do advogado João Henrique (PFL), maior adversário de Lourdinha Aragão e do ex-prefeito Carlos Batinga. O Superintendente do CENDOV disse que “como é que os vereadores vão justificar para o povo, votar em quem tanto perseguiu os amigos de Carlos Batinga e que ainda mantém um processo tentando cassar Doutora Lourdinha”.

O presidente da Câmara Municipal, vereador Inácio Gabriel, ligou para o programa e, ao vivo, disse que “não conhecia a liderança política de Toninho, e que ele só sabia lidar com cachorros e cavalos, era um homem odiado no meio rural, e a prefeita deveria saber escolher melhor os seus auxiliares”. Após essas declarações, a voz do presidente da Câmara foi bruscamente retirada do ar, e o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, voltou à tona, dizendo que “vamos derrotá-los nas próximas eleições, teremos as candidaturas de Christianne Leal, Bião e Rominho César, e vamos derrotá-los”. Em programa anterior, Toninho havia dito que tinha coordenado as duas campanhas de Carlos Batinga, sendo o grande responsável pelas vitórias, e que os vereadores deveriam ficar envergonhados de visitarem a zona rural dizendo aos seus eleitores que iriam votar em João Henrique. Nos últimos 30 anos, é a primeira vez que os vereadores da base aliada de uma administração municipal de Monteiro se desentendem com um secretário municipal, principalmente de forma pública e através dos microfones de uma emissora de rádio.

10 de Janeiro de 2006

Vereadores se unem para pedir a demissão do Superintendente do CENDOV, Antônio Braga.

Os vereadores da base aliada da prefeita Lourdinha Aragão, o famoso G-4, estão se unindo a outros parlamentares com o intuito de exigirem a demissão do atual Superintendente do CENDOV, Antônio Braga. Segundo informações recebidas pelo Portal Vitrine do Cariri, a crise entre os parlamentares e o Superintendente vem se agravando desde que os vereadores anunciaram o apoio à candidatura do advogado João Henrique, e passaram a ser alvo das críticas de Antônio Braga, que durante o programa do CENDOV, realizado sempre as sextas-feiras na Rádio Santa Maria, não poupa crítica aos vereadores, acusando-os de traidores e afirmando que os mesmos, terão vergonha de encarar o povo de Monteiro.

Na última sexta-feira (6) o clima esquentou mais ainda, quando o Presidente da Câmara de Vereadores, vereador Inácio Gabriel, participou do programa, por telefone, para defender-se das acusações e teve sua ligação bruscamente cortada pelo Superintendente do CENDOV. A revolta dos parlamentares é com a falta de respeito que um auxiliar da administração pública vem tendo com o Poder Legislativo, procurando desmoralizar os legítimos representantes do povo, cortando inclusive, uma ligação telefônica do Presidente da Câmara, impedindo-o de defender os vereadores, em um programa pago com os recursos do município.

25 de Janeiro de 2006

Câmara de Vereadores de Monteiro poderá aprovar CPI para apurar irregularidades no CENDOV.

Informações divulgadas pelo Presidente do PDT de Monteiro, João Bosco Batinga de Freitas, e publicadas no site Notícias Popular, dão conta de que em virtude das constantes agressões que estão sendo feitas pelo superintendente do CENDOV, Antônio Braga, contra os vereadores Inácio Gabriel, Heleno de Amadeu, Bero de Bertino e Dé Severo, a Câmara de Vereadores estaria propensa a aprovar o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no CENDOV - Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura.

Nos bastidores da Câmara Municipal, há especulações de que a CPI pretende investigar o CENDOV desde a sua criação, inclusive em relação a eventos que foram coordenados pela direção da Autarquia, e segundo alguns vereadores nunca foram prestadas contas. “Embora o Tribunal de Contas tenha dado parecer favorável às contas administrativas do CENDOV, a decisão final é do Poder Legislativo, e muita coisa precisa ser esclarecida”, afirmam os vereadores que compõem o G-4. Na manhã desta terça-feira (24) Antônio Braga voltou a criticar o Presidente da Câmara, afirmando que é inadmissível um parlamentar com 30 anos de mandatos não saber conduzir uma sessão legislativa, e durante todos estes anos, a única ação registrada no plenário da Casa Legislativa foi apresentar requerimentos, que não passam de simples pedidos formais aos prefeitos. As acusações e críticas do superintendente do CENDOV aos vereadores do G-4, viraram rotina na cidade, e o clima deve aquecer com o retorno das atividades do Poder Legislativo, previsto para o mês de fevereiro. Até lá, os ataques e contra-ataques será através das emissoras de rádio e nas vias públicas.

27 de Janeiro de 2006

Vereadores dizem que Toninho fala muito, produz pouco e tem alto índice de rejeição.

O impasse entre os vereadores da situação e o superintendente do CENDOV, Antônio Braga, vem alcançando níveis incontrolláveis, com ameaças de todos os lados, não se sabendo quais as conseqüências que estas críticas poderão atingir. A revolta maior dos parlamentares, é em virtude do superintendente do CENDOV, Antônio Braga, o popular Toninho, está utilizando constantemente o espaço do programa Rádio Rural para fazer críticas aos integrantes do G4 (Inácio Gabriel, Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo), pelo fato dos parlamentares terem declarado apoio à candidatura do advogado João Henrique, para deputado estadual.

Segundo o vereador Heleno de Amadeu, "o grupo tem o objetivo de apoiar dois filhos de Monteiro nas próximas eleições, Carlos Batinga, para deputado federal e João Henrique, para deputado estadual, mas, alguns indivíduos estão dificultando este apoio do grupo até mesmo ao nome do ex-prefeito de Monteiro, através de entrevistas que não somam nada para o crescimento cultural, ou informativo da população monteirense". "Os vereadores, desde o primeiro anúncio de apoio a candidatura de João Henrique, já defendiam o nome do ex-prefeito Carlos Batinga, por se tratarem de dois nomes do município, e por acreditarem neles como verdadeiros representantes para a região caririzeira", acrescenta Heleno. Todos os vereadores que compõem o G-4, afirmam categoricamente que o apoio à candidatura do advogado João Henrique foi comunicado com antecedência ao ex-prefeito Carlos Batinga, que chegou a dizer que era um bom nome, por se tratar de um filho da terra, e também a prefeita Lourdinha Aragão.

É ponto consensual entre os vereadores que os ataques dirigidos por Antônio Braga, atingindo principalmente o presidente da Câmara, vereador Inácio Gabriel, tem por objetivo o intuito de desmoralizar o Poder Legislativo de Monteiro. Segundo ainda afirmou um dos vereadores, "Toninho, utiliza um programa na rádio Santa Maria AM, intitulado Rádio Rural, que segundo a própria vinheta de abertura diz ter o apoio do CENDOV e da Prefeitura de Municipal de Monteiro. É um programa pago com dinheiro do povo para falar dos representantes do povo". O vereador Bero de Bertino,

outro componente do G-4 e alvo das críticas do superintendente do CENDOV, disse que o pedido de CPI divulgado na imprensa, realmente está sendo avaliado, e poderá ser ampliado para outros órgãos, apesar de que este não é o intuito principal dos vereadores. O retorno dos trabalhos do Poder Legislativo de Monteiro promete esquentar o clima político, uma vez que praticamente todos os componentes do Poder Legislativo de Monteiro estão solidários com o presidente da Casa.

13 de Fevereiro de 2006

Quatro vereadores do município de Monteiro movem ação contra o Superintendente do CENDOV.

O veterinário Antônio Braga, Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura do Cariri, deverá responder perante a Justiça por crime de calúnia e por haver infringido a Lei de Imprensa. Segundo informações obtidas pelo Portal Vitrine do Cariri, o Presidente da Câmara de Vereadores de Monteiro, vereador Inácio Gabriel, juntamente com os vereadores Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo, devem protocolar na manhã desta segunda-feira (13), duas ações, sendo umacriminal e uma outra ação baseada na Lei de Imprensa. Apesar da ação ainda não ter sido protocolada no Fórum de Monteiro, os advogados dos vereadores estão anexando ao processo, fitas cassetes com várias gravações dos programas radiofônico, onde o veterinário faz duras críticas contra os vereadores, inclusive, acusando-os de “terem se vendido por dois contos de reis”.

A briga entre os vereadores e o superintendente do CENDOV, é um caso inusitado, pois, não se tem conhecimento na história política do município de Monteiro, que vereadores da situação tenham acionado judicialmente um auxiliar do Poder Executivo. O retorno das atividades parlamentares, prevista para esta semana, deverá aquecer o clima político do município, já que existem as possibilidades de alguns vereadores formalizarem oficialmente o rompimento com a prefeita Lourdinha Aragão.

15 de Fevereiro de 2006

Câmara de Vereadores retorna as suas atividades legislativas nesta quinta-feira (16), em clima de expectativas.

São vários os motivos para que a população monteirense esteja com as suas atenções voltadas para a abertura dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal, que volta as suas atividades às 20h desta quinta-feira (16).

O clima tenso que vem rolando desde o final de 2005 e início de 2006, quando os vereadores da situação trocaram acusações com o Superintendente do CENDOV – Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura do Cariri, Antônio Braga, auxiliar da prefeita Lourdinha Aragão, através das emissoras de rádio, criou-se à expectativa de que o assunto volte a ser debatido no plenário da Casa Legislativa monteirense na noite desta quinta-feira.

A semana que começou agitada em virtude das declarações dos vereadores que formam o G-4, afirmando que estariam ingressando com várias ações judiciais contra Antônio Braga, esquentou mais ainda com os comentários de que os vereadores, Heleno de Amadeu e Bero de Bertino pretendem fazer algumas cobranças, em forma de críticas, a prefeita Lourdinha Aragão.

03 de Março de 2006

Buscando a moralidade

Ainda na mesma sessão, a apresentação de um requerimento de Voto de Repúdio contra o veterinário Antônio Braga, atual Superintendente do CENDOV, órgão vinculado à administração municipal, foi aprovado por unanimidade e deverá entrar para a história de Monteiro, como o primeiro voto de repúdio a um filho da terra.

Os motivos apresentados pelo Presidente da Câmara de Vereadores, vereador Inácio Gabriel, autor da propositura, é de que o superintendente do CENDOV vem utilizando um programa de rádio, pago com recursos públicos, para denegrir a imagem

de políticos, inclusive a dos próprios vereadores, e de pessoas de bem da comunidade monteirense, além de tratar com desprezo as pessoas que prestam serviços ao CENDOV

06 de Março de 2006

Presidentes de Associações defendem Antônio Braga e desmentem vereadores de Monteiro.

Os Presidentes da AOCOP - Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental, Alfredo Viana e o Presidente da ASPROLVAC - Associação dos Produtores de Leite de Vaca de Monteiro, Júlio Martins, prestaram solidariedade ao Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, que recebeu votos de repúdio da Câmara de Vereadores de Monteiro.

Segundo informações divulgadas pelos presidentes das duas associações, a Câmara de Vereadores de Monteiro equivocou-se quando aprovaram uma manifestação de repúdio contra o veterinário Antônio Braga, principalmente, quando alegam que o superintendente do CENDOV trata mal agricultores rurais de Monteiro.

Alfredo Viana, Presidente da AOCOP, disse que "nunca o CENDOV ofereceu mal atendimento ao produtores rurais e muito menos Toninho, por isso, eles (os vereadores) estão equivocados em terem apresentados este voto de repúdio contra Toninho".

Outro fato que causou estranheza aos dirigentes das associações e em alguns auxiliares da administração municipal, é que no mês de 2005, a mesma Casa Legislativa aprovou votos de aplausos e congratulações, por unanimidade, pelo trabalho que estava sendo desenvolvido pelo superintendente do CENDOV.

A briga envolvendo os vereadores e o superintendente do CENDOV, Antônio Braga, teve início desde o final do ano passado, quando os parlamentares decidiram apoiar a candidatura de João Henrique, o que provocou a reação de alguns auxiliares da prefeita Lourdinha Aragão, entre eles, Antônio Braga.

08 de Março de 2006

Vereadores protocolam no Fórum da Comarca de Monteiro oito ações contra Antônio Braga.

Os vereadores que compõem o G-4 protocolaram na manhã desta terça-feira (7), no Fórum Ministro Rafael Mayer, oito ações judiciais, sendo de ordem criminal e danos morais, contra o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga (Toninho).

O Portal Vitrine do Cariri antecipou em primeira mão, no dia 13 de fevereiro, que os vereadores Inácio Gabriel, Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo, estariam acionando judicialmente o superintendente do CENDOV, por terem sido agredidos moralmente durante um programa de rádio.

A crise política gerada entre os vereadores e o superintendente teve início quando os quatro parlamentares decidiram apoiar a candidatura do advogado João Henrique para deputado estadual. Toninho, que apresenta um programa semanal na rádio Santa Maria, intitulado Rádio Rural, fez duras críticas pela decisão dos parlamentares em dar apoio ao advogado, chegando a afirmar que eles haviam se vendido por "dois contos de réis".

As ações não foram protocoladas logo no mês de fevereiro, porque, segundo informações, o ex-prefeito Carlos Batinga, teria ponderado junto aos parlamentares do G-4, para evitarem um maior desgaste político, tendo os parlamentares, exigido a exoneração de Antônio Braga da superintendência do CENDOV, o que terminou por não acontecer.

A crise política, em Monteiro, é sem precedentes e atinge em cheio o grupo liderado pelo ex-prefeito Carlos Batinga e a prefeita Lourdinha Aragão, comprometendo a administração municipal.

No município de Monteiro, o assunto em todos os locais públicos e privados, é a disputa interna entre os vereadores e a prefeita Lourdinha Aragão, que deve se agravar mais ainda, principalmente com a aproximação do período eleitoral.

10 de Março de 2006

Antena do Portal Vitrine do Cariri flagrou encontro de Carlos Batinga e vereadores do G4, em Campina Grande.

Longe das câmaras e mais distante ainda da população de Monteiro, Carlos Batinga e os vereadores do G-4, formado por Inácio Gabriel, Bero de Bertino, Heleno de Amadeu e Dé Severo, estiveram reunidos nesta quinta-feira (9), na cidade de Campina Grande.

O local escolhido para o encontro entre os vereadores e o ex-prefeito, não foi o núcleo da guerra, Monteiro, nem a Capital Paraibana, eles preferiram um local camuflado, onde talvez ninguém de Monteiro pudesse observar.

O clima frio da Serra da Borborema serviu para resfriar os ânimos entre os vereadores que formam o G-4 e o ex-prefeito de Monteiro, Carlos Batinga, que estão vivendo momentos de turbulência em seus relacionamentos políticos.

Nesta quinta-feira (9) por volta das 19h, a Unidade Móvel do Portal Vitrine do Cariri, totalmente antenada com os acontecimentos da região, flagrou um encontro político que estava acontecendo em um local, no mínimo, inusitado.

Ao pé da escada rolante do Shopping Iguatemi (subsolo) em Campina Grande, estavam reunidos o ex-prefeito Carlos Batinga e os vereadores do G-4, que travam uma verdadeira batalha política em Monteiro.

O encontro aconteceu praticamente 24 horas após os 4 vereadores terem dado entrada no Fórum de Monteiro, a 8 ações contra o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, principal porta-voz do ex-prefeito, e um dos responsáveis pelo agravamento da crise política que vive o grupo comandado por Carlos Batinga e a prefeita Lourdinha Aragão.

Conforme relato do nosso atento correspondente, a única dúvida é se, após as fortes gesticulações, ocorrida durante o encontro, à paz voltará a reinar entre Batinga e o G-4.

Mesmo sem conseguir fotografar, o informante do Portal Vitrine do Cariri captou

imagens mostrando que Heleno de Amadeu usava uma vistosa camisa preta, mas Batinga foi de camisa branca, talvez em busca de paz.

Este é o segundo encontro ocorrido esta semana, já que no dia anterior os mesmo vereadores estiveram reunidos com a prefeita Lourdinha Aragão, na tentativa de solucionarem a crise, mas, segundo informações, o grau de comprometimento do G-4 com o advogado João Henrique, inviabilizam qualquer possibilidade.

25 de março de 2006

Monteiro fica em 3º lugar no Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor e Lourdinha agradece trabalho de produtores e do Cendov.

O município de Monteiro recebeu o título destaque Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, ficando com o 3º lugar na etapa estadual. A cidade apresentou o projeto de fortalecimento das ações da ovinocaprinocultura.

A prefeita Lourdinha Aragão recebeu o troféu, na última quinta-feira (23), no Hotel Tambaú, em João Pessoa, numa cerimônia que reuniu mais de 200 pessoas, entre prefeitos e representantes de instituições financeiras, de pesquisa e desenvolvimento.

"Estou feliz em representar a minha terra e dar continuidade a um projeto vitorioso. O trabalho desenvolvido por meio das associações de caprinocultores é uma referência nacional, gerando mais de 700 **empregos**.

A missão da prefeitura foi dar continuidade ao processo, ampliando as ações do Centro de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura, buscando novos mercados e fortalecendo as associações?, disse a prefeita Lourdinha Aragão. O vice-prefeito, César Júnior, o secretário Rômulo César, e o superintendente do Cendov, Antônio Braga, participaram do evento.

A experiência do município foi exibida em vídeo documentário sobre o projeto, mostrando as fases de produção do leite, aquisição de caminhões, novas máquinas de beneficiamento e a ampliação da distribuição na rede pública escolar do município, introduzindo no cardápio o leite de cabra achocolatado.

A produção mostrando a experiência exitosa de Monteiro e articulação com parceiros, como a Fundação Banco do Brasil e Conab, será exibida em outras cidades do país pelo Sebrae Nacional, segundo informou a direção.

"Monteiro continua um trabalho de destaque na área de desenvolvimento sustentável. Durante um bom tempo, os Governos Federal e Estadual eram considerados como os grandes geradores de trabalho.

Hoje, os municípios são convocados a dar resposta a um dos principais problemas do país, o **desemprego**. É apenas por meio da criatividade e do incentivo aos micro e pequenos empreendedores, que é possível gerar trabalho e desenvolvimento", afirmou o superintendente do Sebrae Paraíba, Carlos Batinga.

Resultados

Com o apoio a floricultura como atividade pioneira na Paraíba e fonte de desenvolvimento para 22 famílias, o prefeito de Pilões, Iremar Flor de Souza, foi o vencedor do 2005 - etapa estadual. Em 2º lugar, recebeu o título a prefeita de Bananeiras, Marta Ramalho, com projeto de psicanicultura.

João Pessoa também representa a Paraíba na próxima etapa do **concurso**, concorrendo na categoria "grandes cidades". As cidades de Gurjão, São Bentinho, Patos, Livramento e Boqueirão inscritos no Prêmio Prefeito Empreendedor foram homenageados com certificados de participação.

25 de abril de 2006

A guerra continua

Vereadores do G-4 atacam agora Christianne Leal, ex-Secretária de Saúde de Monteiro. Após investirem de forma pesada contra o Superintendente do CENDOV, Antônio Braga, vereadores que formam o G-4, bloco que faz dissidência política ao governo da prefeita Lourdinha Aragão, mudaram de alvo. Nos últimos dias, a artilharia do grupo voltou-se contra a ex-Secretária de Saúde do Município de Monteiro, Christianne Leal, que faz parte da equipe diretiva da atual administração. O vereador Heleno de Amadeu, líder dos dissidentes, tachou a ex-Secretária de "desequilibrada", criticando de forma veemente o seu trabalho e dizendo que ela contribuiu para o desgaste da prefeita. Nos meios políticos, a atitude dos membros do G-4 vem sendo considerada como uma demonstração de que o rompimento do grupo com Doutora Lordinha é irreversível, e que terá efeitos até mesmo para a próxima eleição municipal. O segundo alvo dos vereadores é uma pessoa ligada politicamente ao ex-

prefeito Carlos Batinga, da mesma forma que Antônio Braga, o alvo anterior e que chegou a ser processado judicialmente pelos vereadores. O clima entre os vereadores do G-4 e membros do governo municipal, em Monteiro, é bastante crítico, embora nas votações da Câmara os parlamentares tenham se posicionado favorável aos projetos encaminhados pela prefeita, até mesmo como forma de manterem alguns familiares em funções gratificadas.

25 de Maio de 2006

III Feira de Agronegócios já inscreve para torneio de cabras e vacas leiteiras com prêmios de R\$ 2mil.

O Torneio Leiteiro da 7ª Exposição de Caprinos e Ovinos de Monteiro, em meio à programação da III Feira de Agronegócios do Semi-árido Nordeste, nos dias 27 e 28, será estrelado por animais de pequenos produtores do Cariri Ocidental.

Cerca de 20 cabras e 10 vacas já estão inscritas pelos seus respectivos criadores para participarem do campeonato, para melhor divulgar e premiar a produção leiteira da região.

O torneio é uma competição de matrizes produtoras de leite dos associados da AOCOP (Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano), que visa incentivar e promover a pecuária municipal, difundindo e incrementando o consumo de leite e seus derivados. “Nós mediremos os índices de desempenho dos animais, das diferentes raças, através da produção do leite durante o campeonato”, disse o coordenador do evento, Antônio Braga, complementando que as ordenhas serão realizadas de manhã cedo e no início da noite.

Para o torneio leiteiro caprino, os produtores só poderão inscrever até dois animais pelas categorias cabrita (até dois dentes), cabras jovens (quatro a seis dentes) e adultas (“boca cheia”). O torneio das vacas terá o mesmo formato, nas categorias novilha (até 48 meses) e adulta (acima de 48 meses). O julgamento será feito por quatro membros escolhidos pela coordenação geral do evento, mais dois suplentes para eventual substituição. Os prêmios serão de R\$ 2 mil para cabras e o mesmo valor para as vacas, mais troféus, divididos em três categorias caprinas e bovinas.

O público reunirá técnicos e criadores para formar a interação de conhecimentos e aperfeiçoamentos de métodos destinados ao aumento da produtividade do rebanho leiteiro. Os participantes do torneio serão fiscalizados por Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs), quanto à produção ao final das quatro ordenhas, nos dois dias. Esta produção é medida por quilos e, no ano passado, o torneio gerou mais de 6 mil quilos de leite de cabra e quase 40 mil quilos de leite de vaca.

Esse armazenamento leiteiro é doado à Usina de Beneficiamento do Leite de Cabra, que distribui o leite já empacotado pelo programa de doação do leite do Governo Estadual e à Associação dos Produtores de Leite de Vaca do Cariri (ASPROLVAC), que faz a refrigeração e prepara para a entrega ao mesmo programa estadual. Muitas crianças de baixa renda estão se beneficiando com estas doações e consumindo produtos regionais de alta qualidade.

Campeonato de pista – Como parte do Monteiro Mostra Raça, o Campeonato de pista será mostrado logo após as ordenhas do torneio leiteiro, um desfile de ovinos e caprinos das raças Dopper, Anglo Nubiana, Santa Inês e Boer, a “elite animal”.

Como a programação do torneio leiteiro, o campeonato ocorrerá nos mesmos dias e terá premiações de R\$ 4 mil dividido para três categorias. O julgamento será realizado por dois técnicos da Apacco (Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos).

Além dessas duas atratividades, o Monteiro Mostra Raça realiza também a comercialização de animais através dos bancos do Brasil e do Nordeste, que estarão disponibilizando incentivos financeiros do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) durante a Feira, em seus respectivos estandes.

25 de Maio de 2006

Forró e animação em Monteiro com a III Feira de Agronegócios e a Exposição de Animais.

Negócios, torneios e demonstrações práticas das vocações econômicas locais serão a principal atração da VII Exposição Monteiro Mostra Raça e a III Feira de Agronegócios do Semi-Árido Nordeste, em Monteiro, Cariri paraibano. Mas o evento também contará com uma animada programação cultural.

Após a abertura oficial, às 19h desta sexta-feira - com as presenças da prefeita Lourdinha Aragão e do superintendente estadual do Sebrae, Carlos Batinga, entre outras autoridades - haverá shows de Nico Batista, Delmiro Barros e Banda Moleca 100 Vergonha.

A maioria das atrações musicais se apresentará no Parque de Exposições João Feitosa Ventura, local do evento. Na noite desta quinta-feira (25), Luiz Xavier e Banda vão animar a noite, tocando muito pé-de-serra para os participantes da feira e o público em geral. No sábado (27), a festa se transporta para o centro da cidade, nas imediações do Arraial Zé Marcolino, quando acontecerá a segunda eliminatória do Forró Fest 2006. Por fim, no domingo, último dia do evento, será a vez de Nanado Alves, Forró Gente Boa e banda Medalha de Ouro.

Tendo na ovinocaprinocultura o eixo principal, o evento se consolidou como um dos maiores do gênero na Paraíba. Em Monteiro, representou avanço na pecuária leiteira de caprinos e ovinos, com a implementação da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra e a produção de derivados lácteos. "Saímos de uma produção quase nula para uma produção de até três mil litros por dia, com 100 produtores associados", enfatizou Antônio Braga, superintendente do Centro de Desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura (Cendov), que sedia o evento.

Haverá torneios leiteiros; mostra de apicultura; exposição de tecnologia, produtos e insumos agropecuários; oferta de financiamentos; realização de palestras; apresentação de clínicas tecnológicas; e gastronomia regional. A feira movimentará, segundo Remígio, por volta de R\$ 1,5 milhão a cada realização - mas para este ano pretende chegar aos R\$ 2,5 milhões. Os participantes vêm cidades do Cariri

(integradas ao programa da ovinocaprinocultura), Curimataú e Sertão paraibano

02 de Junho de 2006

Produção de leite de cabra e de vaca será comercializada com a iniciativa privada.

O Superintendente do Cendov Antônio Braga informou hoje pela manhã em seu programa Rádio Rural na Rádio Santa Maria que está aberto o cadastramento para produtores de leite de cabra e de vaca que desejem comercializar seu produto com a iniciativa privada.

A notícia é considerada positiva, pois dispensa uma série de exigências que o governo federal vem impondo aos agricultores familiares.

Os preços praticados serão, de R\$ 0,60 para a associação que deixará R\$ 0,5 para uma receita que será usada para manter os tanques de resfriamento em funcionamento, e R\$ 0,55 o preço líquido por litro para cada produtor.

A notícia traz uma certa tranquilidade às famílias que estavam sem poder disponibilizar suas produções devido às restrições aos agricultores familiares, devido o limite de R\$ 2,5 mil por semestre, para cada agricultor.

A expectativa agora é em relação à aprovação da Resolução 17, baseada em um documento que foi elaborado no Cariri e entregue ao Secretario Executivo do Programa de Combate a Fome. Nela estão inseridas várias mudanças no funcionamento do programa, entre elas, o pagamento direto ao produtor, na sua conta, o que segundo Antônio Braga na verdade, não seria um ponto positivo. “Não adianta o produtor ir bem, e a associação ir mal. Essa medida pode trazer a quebra de várias associações, e isso é extremamente negativo”, explicou.

28 de Julho de 2006

O Superintendente Regional de Agricultura, Robsom Leandro, o secretário de Serviços Rurais de Monteiro, Romulo César, e o Presidente do sindicato dos Servidores Rurais de Monteiro, Arcelino Ferreira, foram alguns deles, que estiveram em um programa especial da promovido pela Rádio Santa Maria, comandado pelo jornalista Fábio Brito, sobre o tema.

Segundo o Presidente do Sindicato Rural de Monteiro Acelino Ferreira, os grandes anseios dos agricultores, são a valorização da sua mão de obra como elemento de desenvolvimento do município como um todo, além de uma maior contra partida por parte dos poderes executivos estadual e federal, nos programas de fomento ao desenvolvimento da área agrícola.

Para o Superintendente do CENDOV Antônio Braga, um maior empenho na solução do drama das dívidas agrícolas também seria uma maneira de valorizar mais o pequeno e médio agricultor familiar.

02 de Novembro de 2006

Novos nomes surgem na disputa para vereador em Monteiro.

Após as declarações do presidente do PTB de Monteiro, Juraci Conrado, de que poderão surgir novas lideranças na política monteirense, admitindo inclusive o lançamento de candidaturas sólidas pela oposição à Prefeitura de Monteiro, começam a ser confirmadas também candidaturas a vereador.

Na manhã de quarta-feira, 1º, o ex- vice prefeito e ex-vereador Walmir Azevedo, que é esposo da vereadora Lucione Azevedo (PTB), confirmou que será candidato em 2008.

“Se Walmir for realmente candidato, a disputa por uma vaga na Câmara de Monteiro vai esquentar, porque outros nomes fortes estão aparecendo, como os de Raul Formiga, Chuta, Toinho de Nequinho e Galego da Granja”, adiantou um eleitor cassista.

Outro nome que está sendo especulado para buscar uma volta à Câmara de Vereadores é o do presidente do PFL de Monteiro, Raul Formiga.

Pelo grupo liderado pelo deputado Carlos Batinga e que deverá apoiar a

candidatura à reeleição da prefeita Lourdinha Aragão, já surgiram como prováveis candidatos à Câmara Municipal os nomes de Christiane Leal, Bião Nunes e Antônio Braga, todos fazendo parte da atual equipe de governo.

14 de Junho de 2007

Cansado de embates:

“Estou com a mão estendida, não quero mais briga política”. O vereador monteirense Heleno de Amadeu (PSB) disse que está cansado dos embates políticos, e acrescentou que não resulta em nada positivo a não ser em divergências e inimizades.

Ele disse que durante sua vida política conheceu pessoas de todos os tipos e gêneros, onde criou amizades e perdeu em algumas ocasiões.

Na eleição municipal de 2004 foi adversário ferrenho do atual deputado estadual João Henrique, e do seu grupo, principalmente, na época formada por Raul Formiga, Simorion Matos e outros. O vereador chegou a ser o líder do governo na administração do ex-prefeito Carlos Batinga, e na eleição estadual passada, por divergências, se afastou do grupo, onde travou embates com os aliados de frente do deputado socialista, Rubens Remigio, popular Toninho e Cristianne Leal, além da prefeita Lourdinha Aragão.

Na sessão legislativa que concedeu o título de Cidadão Monteirense, a representantes do Banco do Nordeste, foi o momento de reconciliação com ex-vereador Fred Menezes. Para Heleno, não é mais momento de brigar e sim de **trabalhar**.

“Estou com a mão estendida, não quero mais briga política. Aqueles que feri durante meus discursos ou campanhas políticas que me perdoem, e os que por algum momento me atingiram, sintam-se perdoados”, disse Heleno.

Na visão do vereador socialista, a verdadeira política é construída com união e não com ataques pessoais. Ele acrescentou, que em suas reflexões seguindo orientação de Deus resolveu tomar essa atitude e que a partir de agora procurará fazer uma política voltada aos que mais precisam.

“Em minhas meditações percebi que não vale a pena brigar, por brigar. Existem os momentos de lutar pelos nossos ideais, isso é natural. Por isso, ponho fim, e chamo

para trabalhar-mos juntos por aqueles que mais precisam. Acho lamentável ver tanta gente sofrendo nas ruas a mendigarem por um pedaço de pão, enquanto isso, embates que não constroem em nada são proferidos”, afirmou o vereador.

Heleno disse que adotará uma postura de parlamentar articulador, onde procurará discutir com os mais diversos seguimentos políticos os problemas enfrentados pela comunidade monteirense.

02 de Outubro de 2008

Justiça Eleitoral flagra candidato a vereador Antônio Braga (foto), fazendo doação de poste a eleitores da zona rural de Monteiro.

A Justiça Eleitoral, na pessoa do promotor Eduardo Mayer, juntamente com agentes da Polícia Federal e das policias Civil e Militar, apreenderam, na madrugada desta quinta-feira (02), na comunidade rural Tingui de Cima, um poste que seria doado a uma eleitora. O caminhão, um veículo D-40, de placas CQD 8671 – Sertânia-PE, que transportava o objeto também foi a apreendido e encontra-se recolhido nas proximidades da Superintendência da Polícia Civil de Monteiro. O poste ainda encontra-se na comunidade rural, mas já foi devidamente fotografado por agentes da PF.

A eleitora que receberia o poste e seu filho também foram presos. Após a prisão, a senhora confessou que a doação foi feita pelo candidato a vereador pela coligação “O Melhor Para Monteiro”, Francisco Rubens Remigio, conhecido como Toninho, do PSB. Segundo informações extra-oficiais, no momento em que a polícia chegou à residência da eleitora, no sítio Tingui de Cima, o candidato estava lá, mas conseguiu fugir do flagrante, tomando rumo ignorado.

Após a confissão da eleitora, a PF passou a madrugada à procura do candidato, mas não o encontrou. As buscas continuaram durante toda esta quinta-feira (02), mas até o momento (15h), Toninho ainda não foi encontrado pelos policiais.

04 de Outubro de 2008

Ainda em Monteiro, a Polícia Federal apreendeu um poste que estava sendo doado pelo candidato a vereador, Rubens Remigio (PSB), na comunidade rural Tingui de Cima, em

troca de votos. Duas pessoas foram autuadas em flagrante e o candidato até o momento está foragido. Uma caminhonete Hilux também foi apreendida pela PF em Monteiro. O motivo: seu proprietário colocou uma faixa desafiando os correligionários adversários para apostar o veículo no resultado das eleições.

17 de Outubro de 2008

Sessão da Câmara de Vereadores de Monteiro é marcada por denúncias contra a administração municipal e ao deputado Carlos Batinga.

A primeira sessão da Câmara Municipal de Monteiro, após as eleições municipais, ocorrida nesta sexta-feira (17), foi marcada por um verdadeiro tiroteio verbal contra o deputado Carlos Batinga (PSB). A sessão teve como ausências, os vereadores Luis Berto, Lucione Negromonte, Adolfo Berto e Cícero Roberto. Mas, entre os presentes, a máxima do dia foram os ataques ao deputado Batinga.

Inicialmente, o vereador Piúta fez uma denúncia contra o secretário de saúde Leônio Sérgio, que teria adquirido um equipamento hospitalar usado no valor de R\$ 55 mil, apenas R\$ 5 mil a menos que o mesmo aparelho custaria novo. Segundo Piúta, o pior de tudo é que o equipamento não está sendo utilizado e a população tem lhe procurado para reclamar do fato.

Entretanto, Doutor Leônio não foi o alvo principal do pronunciamento de Piúta. Todas as baterias do parlamentar mirim foram descarregadas contra o deputado Batinga. "Alertei ao amigo Heleno, que Batinga queria destruí-lo, aniquilar a sua candidatura. Eu esta tava mentindo vereador", indagou Piúta.

O vereador acrescentou que Batinga fez propostas milionárias para acabar com a candidatura de Heleno Amadeu e Raul Formiga, mas mesmo assim não conseguiu eleger seus protegidos políticos, a exemplo de Antônio Braga (PSB) e Adolfo Berto (PMDB). "Acabou com a sua campanha, mas não conseguiu eleger seus candidatos, como Toninho, o menino que trabalha de electricista, subindo nos postes, e Adolfo Berto. Enfim, não conseguiu eleger seus preferidos, mas fez propostas milionárias para tirar votos de Heleno e de Raul Formiga. Isto eu digo e provo", sustentou.

O presidente da Câmara, Bero de Bertino (PP), também não se fez de rogado e partiu para a o ataque contra Batinga. Na sua ofensiva Bero disse que derrotou o "Rei"

pelos menos cinco vezes nos últimos anos, “sem contar com a derrota humilhante da prefeita Lourdinha Aragão (PMDB)”.

"Batinga perdeu cinco vezes para mim: três na justiça, quando tentou impugnar minha candidatura, e perdeu, de maneira humilhante, no processo da minha eleição para a presidência da Casa e na minha vitória no último dia 05 de Outubro. Então, o humilde vereador aqui derrotou o rei. O rei está derrotado, mas ainda tem a audácia de dizer que é o maior vitorioso de campanhas aqui em Monteiro, por isso vai continuar perdendo", afirmou.

14 de Novembro de 2008

Em estado de abandono

Autoridades e representantes da sociedade civil organizada realizam reunião para discutir problemática do abatedouro de caprinos e ovinos de Monteiro.

Várias autoridades e representantes da sociedade civil organizada, entre eles: presidente de associações, diretores e coordenadores de órgãos estaduais, jornalista, veterinário, participaram de uma reunião informal, na manhã desta sexta-feira (14), na sede do Sebrae de Monteiro, para discutir a problemática do abandono do abatedouro de caprinos e ovinos construído na cidade. Estiveram presentes no encontro o coordenador do programa “Leite da Paraíba”, Aldomário Rodrigues; o presidente da Capribom, Alfredo Viana; o gerente regional de Saúde do Cariri, Cajó Menezes; o veterinário Ricardo Morato; o criador de avestruz, Paulo Siqueira; o jornalista Geordie Filho, entre outros. Na oportunidade, os participantes constataram que é preocupante o nível de abandono no qual se encontra o abatedouro. Aldomário Rodrigues se declarou surpreso com o grau de desorganização da obra. Ele disse que levará o problema ao conhecimento das autoridades estaduais para vê que solução será dada. Entretanto, o discurso do coordenador estadual do programa do leite não é nada animador. Segundo ele, todos os recursos para construir o abatedouro já foram repassados (e gastos) para o órgão que cuidaria da execução da obra. A obra foi construída com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo do Estado, e com a participação da Prefeitura Municipal de Monteiro. De acordo com todos os participantes, a responsabilidade pela fiscalização da obra era do

ex-superintendente do Cendov, Antônio Braga.

Ainda segundo os participantes da reunião, o maior problema é que o abatedouro foi construído de forma totalmente irregular, sem respeitar as normas técnicas da vigilância sanitária. Segundo o criador de avestruz, Paulo Siqueira, a situação é preocupante, já que muito **dinheiro** foi investido, mas o resultado foi desastroso.

“Dentre os problemas está a máquina para abater os animais, pois como o abatedouro é para caprinos e ovinos deveriam ter comprado um equipamento para abater estes tipos de animais, e não para abater bovinos como fizeram. Construíram o abatedouro de todo jeito”, desabafou um participante.

Apesar de não ser de sua responsabilidade, a expectativa dos participantes é que a prefeita eleita de Monteiro, Edna Henrique (PSDB), quando assumir a prefeitura, a partir de janeiro, dê um jeito na obra, refazendo o que foi feito errado.

02 de Março de 2009

Aliados de Cássio abandonam o barco e serão nomeados por José Maranhão para as gerências regionais no Cariri paraibano.

Estão praticamente definidos os nomes do vereador Raul Formiga (PMDB) e do ex-vice-prefeito de Monteiro, Walmir Azevedo (PR), para ocuparem as gerências regionais de Saúde e Educação da região do Cariri paraibano.

A escolha dos nomes que irão ocupar as gerências regionais de Saúde, Educação, Direção Geral do Hospital Regional, Comando da Polícia Militar, Superintendência de Polícia Civil, Detran e Cagepa, estão sendo conduzidas pessoalmente pelo deputado estadual Carlos Batinga (PSB). O deputado deverá encaminhar lista, ainda esta semana, ao governador José Maranhão (PMDB), para a assinatura e publicação dos atos de nomeação.

A surpresa na escolha dos nomes de Raul Formiga e Walmir Azevedo, aliados do ex-governador Cássio Cunha Lima, decorre pelas declarações que eles concederam recentemente em emissoras de rádio, reafirmando apoio a Cássio e a confiança de que ele não teria o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, além de terem ocupados cargos comissionados durante a governo Cunha Lima.

Um fato que chamou a atenção da reportagem do Portal Vitrine do Cariri é que

alguns prefeitos da região, ligados ao grupo Cunha Lima, comemoraram a indicação. Eles entendem que mesmo estando servindo a outro governo, os indicados poderão facilitar o trabalho que os núcleos regionais mantêm com os municípios.

A reunião que praticamente definiu todos os ocupantes dos cargos regionais aconteceu neste final de semana, sob o comando do deputado Carlos Batinga e, após muitos entendimentos, chegou-se ao consenso em torno dos nomes do delegado Antônio Wergniaud Chaves para a Superintendência de Polícia Civil; Murilo de Oliveira Costa, sargento reformado da PM para a chefia da 7ª Ciretran (Detran); Marcone Patriota para a CAGEPA; Christianne Leal para a Direção do Hospital Regional; Raul Formiga para a Saúde e Walmir Azevedo para a Educação. O cargo de Comandante da 8ª Companhia de Polícia Militar será discutido pelo deputado socialista com o secretário de Defesa Social e o Comandante Geral da Polícia Militar.

Segundo apurou a reportagem, outros nomes que estariam sendo cotados para ocuparem cargos na estrutura regional do Governo do Estado na região, a exemplo do engenheiro Humberto Mendes, que exerceu no governo Maranhão II a gerência da CAGEPA; Antônio Braga (ex-superintendente do CENDOV) e o ex-vereador e ex-secretário de Educação do município de Monteiro, Edvaldo Bezerra, serão aproveitados em outras funções na Capital do Estado.

06 de Junho de 2009

...Trabalho deu para Antônio Braga devolver os pertences do Ciagro após a formação de um novo consórcio, agora presidido pela prefeita Edna Henrique. Foi preciso um promotor de Justiça ir pessoalmente recolher os pertences administrados pelo ex-superintendente do Cendov. Entre os pertences existiam desde caminhão baú a aparelho telefônico. Dois gaiatos apelidaram Toninho de Jakson Lago do Cariri.

18 de Setembro de 2009

Presidente do CMDRS de Monteiro chama Antônio Braga de incompetente e denuncia manobra política

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Monteiro, Hilariano da Silva Barbosa (Júnior), chamou publicamente Antônio Braga (Toninho) de Incompetente e de tentar fazer uma manobra política no processo de escolha do conselho municipal do Cooperar, em reunião realizada na manhã desta quinta-feira (17) na Câmara Municipal de Monteiro.

A denúncia foi feita em razão de que a reunião havia sido agendada há mais de 15 dias, pelos técnicos do Cooperar, ficando a cargo de Toninho a responsabilidade de enviar os convites para as associações rurais, o que não ocorreu segundo Júnior, sendo convidados apenas os presidentes de associações que faziam parte do grupo político de Toninho.

Um outro fato levantado por Júnior, foi o de que Antônio Braga não representava nenhuma entidade rural, não passando de um técnico agrícola, devendo a atribuição da convocação dos presidentes ter ficado a cargo da Emater, órgão parceiro do Governo do Estado, do CMDRS ou da Secretaria de Serviços Rurais.

O clima esquentou ainda mais quando os técnicos do Cooperar exibiram uma lista de representantes de associações que foram aglutinadas indiscriminadamente, segundo Júnior, inclusive sem conhecimento dos presidentes que estavam presentes e não haviam eleito nenhum representante.

“Toninho tentou fazer uma manobra política, ao reunir presidentes de associações que fazem parte do seu grupo político para eleger o conselho municipal do Cooperar”. Afirmou Junior.

A querela é em razão da disponibilidade de U\$ 30 milhões de dólares destinados à Paraíba pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) mais conhecido como Banco Mundial, que serão investidos através de projetos encaminhados ao Cooperar.

A importância dos conselhos municipais do Cooperar, é que cabe ao conselho definir as prioridades dos projetos e onde deverão ser investidos estes recursos.

“Se democraticamente eleitos, mesmo com divergências políticas entre seus

membros, imagina-se que após as discussões que são comuns nesses casos, é possível se chegar a um consenso. Nós só não vamos permitir que Toninho queira empurrar um conselho goela abaixo, prejudicando mais de 40 associações.” Disse júnior.

Em razão dos protestos por parte dos presidentes que não foram convocados, os técnicos do Cooperar decidiram remarcar nova data para eleição do conselho, desta vez com ampla divulgação e convocação dos presidentes das 62 associações rurais.

A data escolhida foi o dia 29 de setembro, às 9h da manhã no plenário da Câmara Municipal.

20 de Outubro de 2009

Cooperar não cooperou

Terceira tentativa de escolha do conselho municipal do Cooperar em Monteiro termina em bate boca

Pela terceira vez em menos de dois meses, a reunião com os presidentes de associações rurais do município de Monteiro, com o intuito de eleger o Conselho Municipal do Cooperar foi frustrada, com acusações de suposta manobra política, terminando em bate boca.

O clima tenso da reunião realizada na manhã desta terça-feira (20), é consequência das duas reuniões anteriores. Na primeira, realizada em agosto, os técnicos do Cooperar tiveram de remarcar a data da reunião pelo fato do órgão haver enviado ofício convidando os presidentes de associações, através do técnico da Capribom, Antônio Braga (Toninho), que não tem representação em nenhuma entidade rural.

Segundo o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Hilariano Junior, Toninho convidou apenas cerca de 18 presidentes de associações que fazem parte de seu grupo político, sem comunicar aos outros presidentes que representam aproximadamente 44 associações, como forma de realizar uma manobra política e eleger o conselho de seu interesse.

Com a presença e o protesto dos outros presidentes que foram avisados em cima da hora, os técnicos do Cooperar decidiram por marcar a segunda reunião para o dia 29 de setembro. Na data marcada e com presença de maioria contrária a Toninho, os técnicos do Cooperar não compareceram.

A reunião de hoje pela manhã, mais uma vez contava com a maioria dos presidentes

de associações do município e devido a alguns ajustes que deveriam ser feitos em relação a representantes que não foram eleitos democraticamente, surgiram alguns desentendimentos. Fato que levou Toninho a propor o encerramento da reunião e que foi prontamente aceito pelos técnicos do Cooperar gerando um bate boca de todos os lados.

Para o vereador Lito de Dona Socorro, faltou pulso aos técnicos do órgão, que deveriam ter solicitado a saída de todos aqueles que não fossem presidentes de associações e que eram os únicos interessados na eleição do conselho.

O presidente do CMDRS, afirmou que irá procurar o Ministério Público, para que designe um promotor e que a partir daí seja agendada uma nova data, sendo a reunião mediada pelo promotor e de preferência com a substituição dos técnicos que vieram à cidade e que já demonstraram pela terceira vez não ter competência para gerenciar um simples processo de eleição de conselho.

10 de Março de 2011

Diretoria da Capribom se compromete em devolver “Caldeira” ao Abatedouro de Monteiro

Um acordo entre o secretário de Agricultura do Estado, Marenilson Batista e a diretoria da CAPRIBOM, levará de volta ao Abatedouro de Caprinos e Ovinos de Monteiro, uma Caldeira que foi retirada do referido abatedouro sem conhecimento e sem autorização dos responsáveis pelo equipamento.

O fato chegou a ser denunciado à polícia, mas logo que tomou conhecimento o Coordenador e Gerente da CAPRIBOM, Antônio Braga, assumiu a responsabilidade de haver retirado a caldeira sem haver solicitado autorização, alegando que à época o Governo do Estado estava em fase de transição e, portanto, não havia a quem se dirigir. Os motivos que levaram a direção da CAPRIBOM retirar a caldeira, sem consentimento, foi esclarecido posteriormente através de ofício ao próprio secretário de Agricultura e ao Assessor do Território do Cariri Ocidental.

Segundo justificativa da CAPRIBOM, a utilização da caldeira do abatedouro se fez necessário para evitar o prejuízo a centenas de produtores de leite de cabra e vaca que fornecem a CAPRIBOM, uma vez que a caldeira havia apresentado defeito e a única

saída emergencial era a substituição imediata pela do abatedouro que estava sem utilização.

No último dia 18 de fevereiro, quando da presença do secretário Marenilson Batista no encontro sobre Alimentação Animal realizado no município de Monteiro, ficou acordado que a CAPRIBOM devolverá ao Abatedouro de Caprinos e Ovinos de Monteiro, até o próximo dia 18 de março, um equipamento idêntico e instalado nos mesmos moldes de anteriormente.

Nos esclarecimentos prestados, a CAPRIBOM agradece a compreensão de todos, reafirmando que o “acontecido foi uma extrema necessidade da utilização do equipamento em uma situação de emergência, não havendo em hipótese alguma má fé “furto”, “como foi divulgado, mostrando que mentiras nunca vencem a verdade”.

28 de abril de 2009

Presidentes da Aocop e da Capribom estariam prestes a entregar os cargos

Alguns cooperados da Cooperativa Capribom e associados da Associação Aocop, que são aliados da prefeita Edna Henrique, revelaram a nossa redação que pouca coisa mudou por lá desde o início do ano, mesmo com a saída de Rubens Remigio do Cendov – Centro de desenvolvimento Integrado da Ovinocaprinocultura.

Os produtores alegam que Toninho, como é mais conhecido o ex-superintendente do Cendov, continua mandando e desmandando na usina de leite de cabra e de vaca. Segundo a queixa dos produtores, ele saiu do Cendov, mas está praticamente instalado na sede da Aocop, decidindo quase todos os procedimentos adotados pela usina de leite, através do Ciagro.

Segundo informações, o presidente da Capribom, Alfredo Viana e o da Aocop, Gisomar Moraes, estariam prestes a entregar os cargos, sendo este último aliado de Lourdinha Aragão, pois não estariam aceitando as medidas adotadas por Toninho. A redação do Cariri Ligado procurou Toninho para esclarecimentos, mas não conseguiu localizá-lo.

**ANEXO 4: MODELO DE QUESTÕES INICIAIS NAS ENTREVISTAS COM
LÍDERES E PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES**

- 1) Qual a sua trajetória aqui dentro da associação?
- 2) Como é o trabalho de comunicação nas reuniões da associação?
- 3) Como é o diálogo entre o líder de associação e os sócios?
- 4) Quais os principais desafios e problemas aqui na associação?
- 5) A associação já esteve envolvida em algum conflito político?